

SESSÕES DO PLENÁRIO

12ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de maio de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora marcada verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão em que votaremos o requerimento de urgência nº 6.785/2009 para o projeto de lei nº 17.968/2009, bem como o projeto de lei nº 17.940/2009, de autoria do Poder Executivo.

Há um requerimento, assinado por mais de 21 Srs. Deputados, que, com base no que dispõe o inciso II do art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes proposições: requerimento de urgência nº 6.785/2009 para o projeto de lei nº 17. 968/2009, bem como o projeto de lei nº 17.940/2009, de autoria do Poder Executivo.

Não há Pequeno Expediente. Não há Grande Expediente.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou conceder as questões de ordem que forem sobre o Regimento.

Questão de ordem do deputado Gilberto Brito, depois V.Ex^a.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Marcelo Nilo, na próxima reunião da Mesa eu gostaria de que se arranjasse um procedimento para que se pudesse facultar às pessoas que circunstancialmente vêm à Assembleia e ficam nas Galerias emitirem um juízo de valor do que elas escutam e veem na Casa.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Isso não é questão de ordem, deputado.

Questão de ordem do deputado Gaban. Gostaria de que fosse realmente uma questão de ordem, faço esse apelo a V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, gostaria apenas de lembrar a V.Ex^a, é louvável, concordo, acho que temos que ter um código de ética, uma comissão para reforma do Regimento, pois para implantarmos o código de ética temos que aprovar o projeto do código de ética. Tenho um projeto, de minha autoria, que está dormindo na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, e acho que V.Ex^a deveria reunir os Líderes para que discutam esse projeto e possam implantá-lo. É louvável, concordo que deveríamos ter nesta Casa, só gostaria da ajuda de V.Ex^a para que votemos esse projeto e que a partir de 1º de junho a comissão de ética possa estar atuando nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O projeto de V.Ex^a será analisado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, ou ao representante do PCdoB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, o deputado Javier Alfaya falará pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, companheiros da comitiva dos pataxós-hã-hã-hãe que estão visitando a nossa assembleia, demais organizações aqui presentes, tomei a palavra para fazer a minha homenagem a um grande artista muito vinculado às lutas populares do nosso País, inclusive as lutas indígenas, o teatrólogo Augusto Boal, que faleceu há poucos dias. Figura extraordinariamente comprometida com a cultura popular do nosso País, e não só do Brasil, comprometido com a arte e com a cultura em sua expressão mais ampla e rica em diversos pontos do nosso mundo, que vanguardou, em determinado momento, a renovação do teatro brasileiro e das artes cênicas como um todo, influenciando também outras manifestações artísticas.

Ele desenvolveu o método batizado como o Teatro do Oprimido, feito a partir do estudo de diversos rituais de festas populares em nosso País e em diversos outros lugares e que acabou redundando numa sistematização de métodos de desrepressão corporal e emocional. Isso que fez com que Augusto Boal se transformasse numa referência da cultura brasileira, da cultura universal, no Japão, Itália, Argentina,

Chile, Estados Unidos, em todo Brasil, Uruguai, Canadá e Suécia. Ele foi a figura que circulou pelo mundo inteiro levando a mensagem e a proposta do Teatro do Oprimido, falando de uma nova forma de fazer teatro a partir da expressão popular, dos rituais populares, transfigurando esses rituais em novas formas de expressão e propondo também um teatro que incorporasse o espectador, fazendo com que o público ou os públicos fossem também atores e partícipes do processo histórico.

A proposta de Augusto Boal era de fundir as funções do espectador com as funções do ator, não mais uma divisão rígida entre os que representam e aqueles que assistem a uma representação na medida em que, segundo ele, na vida e no mundo estamos sempre, de uma certa maneira, representando em determinado teatro. A representação teatral aí entendida da maneira mais pura possível, não de maneira caricata nem negativa como alguns utilizam equivocadamente, mas a expressão teatral que expressa valores, posições e métodos que temos que utilizar na vida, no dia a dia, para defender o nosso ponto de vista, para tocar o cotidiano para adiante.

Augusto Boal detectou essa representação cotidiana e estudando o teatro clássico grego acabou reinventando ou inventando outros métodos e propondo um teatro que fundisse o ritual dos movimentos populares, da luta popular, da luta dos índios, da luta dos operários, da luta dos movimentos sociais, da luta da juventude, dos estudantes, fazendo com que arte, espetáculo, luta, movimento, batalha por direitos fossem uma coisa única e assim despertando em diversos segmentos, em diversas sociedades, a vontade de se levantar e batalhar por direitos.

Augusto Boal foi perseguido político na época da ditadura, foi exilado na Argentina, conviveu com companheiros e companheiras que foram perseguidos pela ditadura militar, conviveu muito de perto com companheiros do PCdoB, destacadamente com a companheira Loreta Valadares e com o seu marido, na época, o companheiro Carlos Valadares, eles também vítimas de perseguição política, na condição de refugiados políticos na Argentina e posteriormente na Suécia. Então, Augusto Boal conviveu com nossos companheiros e companheiras que foram perseguidos; ele foi também um militante pela anistia ampla, geral e irrestrita, um grande batalhador pelas liberdades democráticas e acabou sendo eleito, deputado Bira, vereador pelo Partido dos Trabalhadores lá no Rio de Janeiro, inventando também outra modalidade de teatro que foi o teatro do Legislativo, aliás, o teatro legislativo, porque o teatro do Legislativo esse já existe com muita frequência; ele na verdade inventou o teatro legislativo que é uma maneira de legislar a partir da ação teatral nas ruas do Rio de Janeiro.

Então, conheci Augusto Boal de perto, foi um grande impacto a sua perda. Vi algumas cenas em momentos próximos ao do seu falecimento, e ele deu uma entrevista muito bonita em que sempre afirmava: sou um otimista, e mesmo com a saúde abalada deu entrevista sorrindo, falando que é um otimista, propondo a ação, a transformação e dizendo que o teatro e a arte têm que ser para construir a solidariedade, que era a grande bandeira dele; a luta contra o egoísmo, contra o capitalismo, e a transformação do ponto de vista do atendimento aos direitos universais, direitos humanos que ainda não são uma realidade para boa parte da

humanidade.

Augusto Boal nos deixou, mas a sua marca é definitiva no teatro, na arte e na cultura brasileira; ele esteve aqui em Salvador, na época do debate sobre a lei de financiamento da cultura, a lei de fomento à cultura, a lei da renúncia fiscal municipal de Salvador, que foi batizada como Lei Alfaya, foi uma proposta minha, é uma lei que está em vigência e, segundo o prefeito atual de Salvador, vai ser utilizada ou reutilizada. Augusto Boal esteve no debate politizando a política de cultura na época que vigorava a tese do neoliberalismo, da redução dos recursos em áreas que o neoliberalismo considerava secundárias, com a destruição que foi feita no governo Collor de grandes estruturas de incentivo à cultura e à arte brasileira, como é o caso da Embrafilmes, da Funarte e de outras instituições que foram esvaziadas, assim como o próprio Ministério da Cultura que, em determinado momento, passou a ser uma secretaria da Presidência da República e, mais recentemente voltou a ser Ministério da Cultura...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Tenho ainda dois minutos, Sr. Presidente, permita-me concluir porque a homenagem a Augusto Boal é muito significativa.

Acredito que ninguém a tinha feito antes, e tocou-me de perto porque, já disse aqui, tive a oportunidade de estar com ele três vezes, numa delas veio a Salvador por proposta minha, na época em que eu estava na Câmara de Vereadores. Para quem esteve perto dele, essa perda foi muito forte, muito grande e para todos os artistas brasileiros também, mas ele deixou uma obra que vai, com o passar do tempo, deputado Waldenor, compensar a sua ausência física. A sua obra ficou, sua obra intelectual, sua obra artística, sua militância junto ao PT, sua militância junto aos demais partidos progressistas e movimentos sociais. Ele foi também doutor *honoris causa* em diversas universidades, embora sua formação fosse de engenheiro químico, mas ele ganhou a condição de *honoris causa* por ser um grande teatrólogo, um grande teórico do teatro, um grande diretor, um grande artista, um grande criador. Então, um grande brasileiro se foi, um grande homem de esquerda, um grande humanista que perdemos, mas que deixa uma obra inquestionável e de valor não apenas brasileiro, eu diria, de valor universal.

Concluo dizendo, mais uma vez, deputado presidente Marcelo Nilo, que não temos aqui a presença do sindicato do funcionalismo porque eu consultei diversas lideranças da Fazenda, dos professores, da Saúde e V.Ex^a pode ficar seguro de que o sindicalismo que representa os funcionários do Estado está de acordo com a matéria que vamos apreciar agora nesta sessão. Digo isso porque alguns colegas manifestaram com estranheza, segundo eles, a ausência do sindicalismo nesta sessão, já que a matéria que vai ser votada é vinculada à previdência dos funcionários. Mas insisto, há uma concordância com a matéria, já que o nosso governador está enviando a mensagem que faz com que os recursos da previdência estejam mantidos na esfera dela para os funcionários. Não há nenhum risco de o funcionalismo ter a sua aposentadoria ou as suas pensões de alguma maneira prejudicada. Por essa razão, o projeto merece nossa atenção, merece nossa concordância e vamos votar

favoravelmente. Espero que a Bancada da Oposição, o antigo PFL, agora Democratas, se convença da justeza da matéria e também vote favoravelmente àquilo que está sendo proposto para melhorar o sistema previdenciário e para equilibrar as finanças do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSB ou do governo e da Maioria para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores aqui presentes, temos a oportunidade, hoje, de fazer justiça a uma categoria importante...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna. Por favor...

O Sr. YULO OITICICA:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

(...) do funcionalismo público baiano, que são os agentes de presídio. Vale lembrar, e tenho repetido muitas vezes, Srs. Deputados, que agente de presídio é a segunda profissão mais estressante do planeta. E, na Bahia, é duplamente desrespeitada primeiro, porque não tem salário e acompanhamento dignos; segundo, há mais de dez anos espera a possibilidade de concurso e esse não acontece. Infelizmente, no ano de 2002, no mais flagrante delito do governo do Estado de violação aos direitos humanos, demitiu sumariamente, por conta de uma portaria da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, vários desses funcionários públicos. E hoje esta Casa tem a possibilidade de votar o projeto de lei 17.966/09, que anistia aos agentes de presídio que foram demitidos quando do desempenho de atividade político- sindical. Não tenho dúvida, ou melhor, quero crer que os Líderes irão assinar a dispensa de todas as formalidades para que possamos, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ainda hoje votá-lo.

Vale lembrar que já há a assinatura do Líder da Maioria, o deputado Waldenor Pereira, que mais uma vez dá uma demonstração de sensibilidade e importância na perspectiva da justiça. Já há também a assinatura do deputado Pedro Alcântara como Líder do PR, também numa atitude relevante neste sentido. Só restando a do deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria. E não tenho dúvida de que ele, que foi secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, terá uma atitude coerente e irá também assinar a dispensa de formalidades. O deputado Heraldo Rocha sempre foi sensível às demandas dessa importante categoria e aqui não vai ser um empecilho para que nós possamos votar hoje com toda a dispensa de formalidades, como já disse, esse projeto de anistia que restabelece a justiça para esses dignos trabalhadores

e trabalhadoras.

Portanto, bem-vindos a essa boa luta e a esta tarde-noite em que iremos fazer justiça, graças à boa compreensão dos deputados Pedro Alcântara, Waldenor Pereira e - espero muito em breve, nos próximos minutos - também Heraldo Rocha.

Quero igualmente saudar com o mesmo entusiasmo lideranças indígenas do povo pataxó-hã-hã-hãe aqui presentes. A cacique Iuza, o cacique Gérson, o companheiro Agnaldo Pataxó, o companheiro Jerry Mataloê, que é coordenador de assuntos indígenas da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a nossa companheira Patrícia Pataxó, importante militante das lutas dos direitos humanos, e os companheiros do Cimi aqui presentes.

Quero dizer, Sr. Presidente, que infelizmente há 26 anos adormece na maior força da Justiça brasileira, o STF, o processo de nulidade de títulos referente ao povo pataxó hã-hã-hãe aqui da Bahia, mais especificamente de cinco cidades do sul do nosso Estado, entre elas Pau Brasil e Itaju do Colônia. Nestes 26 anos mais de vinte militantes índios foram mortos nessa luta, que levou inclusive militantes importantes como o companheiro Galdino, brutalmente assassinado no Distrito Federal numa dessas caminhadas e peregrinações a Brasília na perspectiva de garantir terras indígenas.

Lamentavelmente muitos foram assassinados, torturados. Gérson, inclusive você foi muitas vezes sequestrado, torturado, espancado por fazendeiros que talvez tenham dado uma demonstração de bons administradores de fazenda, mas também deixaram na região rastro de péssimos administradores do dinheiro público. Alguns até dizem por lá que querem me ver de volta. Talvez seja saudade. Estive lá muito recentemente, e provavelmente eles têm saudade dos meus discursos, que não são nada elogiosos aos que já deram péssima demonstração não só da gestão do que é público, muitas vezes sendo prefeitos das nossas cidades baianas do sul. Muitos são responsáveis por essas atrocidades que aconteceram nestes 26 anos.

Por isso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, gostaria de apresentar nesta tarde uma Moção de Apoio à luta pelo território indígena Pataxó Hã-hã-hãe.

Vale lembrar que já temos 16 assinaturas de deputados do governo e da Oposição, de todos os deputados do PT, deputado Bira Corôa, inclusive de V. Ex.^a; dos deputados do PCdoB, inclusive do deputado Javier Alfaya; dos deputados do governo, como o deputado João Carlos Bacelar, presidente da Comissão de Direitos Humanos; do deputado Gildásio Penedo Filho, ex-Líder da Minoria nesta Casa.

Quero, Sr. Presidente, convocar S. Ex.^a, o deputado Reinaldo Braga, que é um deputado atuante nas comunidades ribeirinhas, na defesa dos direitos humanos, da água, da solidariedade àquele povo tão sofrido, a participar também dessa luta e pedir a V.Ex.^a que insira nos Anais desta Casa essa Moção de apoio e também subscreva, como sei que irá fazer, esse manifesto, que deve ser não deste ou daquele partido, não deste ou daquele segmento, mas do Poder Legislativo baiano na perspectiva de que o Supremo Tribunal Federal faça, verdadeiramente, justiça e siga o relator do processo, deputado Eros Grau, que já apresentou parecer favorável ao povo indígena Pataxó Hã-hã-hãe, que, hoje, Srs. Deputados, estiveram aqui por iniciativa desse importante

movimento e de vários deputados, entre os quais o deputado Bira Corôa e eu além de mim... a presença de um importante cacique da cultura baiana, poeta, músico, reconhecido não só na Bahia e no Brasil mas também em todo o planeta, o brilhante baiano Carlinhos Brown, que esteve aqui pela manhã e não vacilou, companheira Patrícia e companheiro Agnaldo, em reafirmar o apoio dele a essa importante luta para que, no dia em que for marcada, se não no final deste mês ou, tudo indica, esperamos nós, ainda na primeira quinzena do próximo mês – todos possamos ir a Brasília para, em frente ao Supremo Tribunal Federal, realizar um grande ato, com lideranças políticas, religiosas e culturais, sobretudo da Bahia, para dizer àquele Poder, que muitas vezes tem se preocupado muito, até demasiadamente diria, quando o preso é rico e lhe são postas algemas quando da sua prisão... Por isso, seria muito bom que o presidente daquele Poder se preocupasse mais... e, com maior celeridade, fizesse justiça aos povo indígenas, em vez de estar se preocupando, com tanta celeridade, com bandidos ricos que são legitimamente, como deve ser, algemados.

Portanto, Sr. Presidente, quero concluir dizendo a todos os líderes Pataxós Hã-hã-hã que não tenho dúvida de que poderemos, muito em breve, nesse ato em frente ao Supremo, dançando Toré, dizer que vale a pena brigar, se organizar, garantir a cidadania popular, a soberania popular a partir de povo organizado e consciente.

Não tenho nenhuma dúvida, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes às Galerias Deputado Paulo Jackson, de que a soberania deste País irá se consolidar quando o brasileiro, Ilza, fizer o que vocês estão fazendo: lutando por justiça, dignidade e direitos humanos.

Parabéns! E venceremos juntos essa luta.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Minoria ou do PTN para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo Filho, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhores presentes às Galerias, que se encontram repletas, os quais muitos nos honram com suas presenças, de modo especial os índios da tribo Pataxó Hã-hã-hã, o governo envia a esta Casa dois projetos de lei que dão a dimensão real da situação financeira em que se encontra o Estado baiano neste momento e dão a noção exata de quanto é preocupante a saúde financeira dos cofres públicos baianos.

O primeiro deles aprovado inclusive com um requerimento de urgência, trata de uma alteração na lei que instituiu o Fundo de Previdência dos Servidores do Estado da Bahia. Esse fundo, deputada Maria Luiza Laudano, fora concebido no ano de 1998, por uma determinação de uma emenda constitucional, aprovada no Congresso, que obrigava àquela altura a separação dos institutos de seguridade social da previdência. Àquela época, deputado Paulo Câmara, nós tínhamos o instituto que previa a parte da seguridade, o IAPSEB no Estado baiano, era quem fazia a gestão.

Criou-se, naquele momento, uma previdência própria dos servidores públicos com o objetivo de custear as futuras pensões e aposentadorias dos funcionários públicos baianos.

Não precisa ser expert em previdência pública para saber que o modelo concebido até aquele momento era fadado ao insucesso, a chamada previdência contributiva. Havia um entendimento em todos os estados que precisaria remodelar a previdência, já que o modelo concebido não teria senão um futuro de gerar o chamado déficit da previdência. Naquele momento, em 1998, o governo de Paulo Souto, e aqui faço justiça às falas do deputado Paulo Câmara, homem notoriamente conhecedor da questão financeira e tributária do Estado, elogiava, e com justeza, o espírito de grandeza do ex-governador Paulo Souto, que na concepção ao privatizar a Coelba, atendendo a uma tendência nacional de privatização das companhias elétricas, aportou daquele recurso cerca de R\$ 450 milhões para custear inicialmente o fundo de previdência do Estado. E o modelo, como era da expectativa de todos, acabou sendo deficitário, porque a parte patronal, o que o Estado, o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas aportam, que hoje significam 24% da remuneração do servidor mais a contribuição do segurado que perfaz 12% era insuficiente, deputado Gaban, para equilibrar a receita e a despesa do Funprev.

Então todo mês havia um aporte, desde 2001, e o deputado coloca de uma forma que dá a ideia de que somente o governo Jaques Wagner vem fazendo o aporte. Esse aporte é feito desde o ano de 2001. Deputado Marcelo Nilo, V.Ex^a é presidente da Casa e sabe que mesmo a contribuição patronal paga pela Assembleia Legislativa mais a contribuição dos segurados e a compensação financeira feita entre os entes que foram ligados no passado ao INSS e hoje são ao Funprev não é auto-suficiente. A Assembleia precisa ainda aportar recurso mensalmente para manutenção desse fundo, assim como o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e os Tribunais de Contas.

É um fundo deficitário, como é a regra do País. Tanto é assim que foi aprovado recentemente, deputado Heraldo Rocha, e aí é que se criou em 2007, por determinação de uma emenda constitucional, a segregação de servidores que já estavam no quadro efetivo do Estado e os que entraram a partir daquela data, porque agora, diferentemente do passado, quando o servidor se aposentava com a totalidade dos seus proventos, deputado Gaban, a partir de hoje, os que adentrarem no Estado por concurso público vão se aposentar pela média da contribuição. Ou seja, quem tinha direito até o ano de 2007 se aposentará ou terá uma pensão na totalidade dos seus vencimentos; a partir de hoje, quem ingressar no serviço público terá somente a média contributiva, uma forma de encontrar o chamado equilíbrio atuarial dos planos de previdência não só da Bahia, mas do Brasil como um todo. Essa é uma determinação, como foi, deputado Marcelo Nilo, uma determinação da emenda constitucional de incluir os agentes políticos na emenda de 98, deputado Paulo Câmara, como segurados obrigatórios: vereadores, deputados estaduais, federais que tinham sua previdência própria. Era uma forma de encontrar o equilíbrio, o chamado equilíbrio atuarial e financeiro dos fundos de previdência de todo o País.

Então, é natural que o Estado aporte, porque há uma demanda de 70 mil

servidores, inativos e pensionistas, que precisam ser custeados com esse aporte. O que fez o governo? É importante: quero louvar a iniciativa do governador Jaques Wagner, quando no final do ano de 2007 apresentou uma alteração à lei criando uma conta específica, deputada Maria Luiza, uma poupança capitalizada com objetivo de que ao longo de 10 anos esse fundo capitalizado pudesse servir de fomento, aporte para talvez se encontrar o equilíbrio financeiro, depois de 10 anos como tentativa, já que o déficit da previdência, para aqueles que não têm conhecimento, hoje é de 40 bilhões de reais. Só se encontrará o equilíbrio financeiro atuarial do fundo de previdência da Bahia quando se chegar a 40 bilhões. Veja a dificuldade, o gigantismo que é o fundo!

Em 2007 o governo Jaques Wagner criou uma poupança específica, e é esse o ponto de discórdia da tarde de hoje. É louvável a iniciativa do passado? Louvável. Merece o registro, aqui, com a isenção de quem pode discutir a matéria. Mas no primeiro momento em que a crise chega, o que faz o governo? Passa a mão, deputada Maria Luiza, lança mão, corrijo, desses recursos, deputado Gilberto Brito, no sentido de poder devolver a própria previdência. Eu, inclusive, usei uma expressão que talvez dê um pouco da noção, que é fritar o porco com a própria banha, ou seja, o governo vai deixar de aportar, durante 02 anos, essa conta específica, e ainda poder retirar esses recursos para poder(...), o que, efetivamente, não há como fugir disso: vai comprometer ainda mais o equilíbrio do deficitário plano de previdência do Estado. Não há como fugir disso, deputado João Carlos Bacelar!

A sugestão da Bancada de Oposição, reconhecendo a dificuldade que o governo passa neste momento, reconhecendo que o governo equivocou-se nos seus números, projetou, e não foi por falta de aviso, o secretário Carlos Martins esteve aqui em dezembro, a Bancada, inclusive, colocou a possibilidade de uma revisão da peça orçamentária, porque havia projeções, deputado Pedro Alcântara, do crescimento do PIB nacional em 6%. Todos nós já sabíamos que isso não iria acontecer, mas a imodéstia do secretário da Fazenda, a falta de humildade de reconhecer a gravidade, não quis reverter. Resultado: a peça orçamentária não está, nem de longe, sendo executada e cumprida, e levando a um desgaste muito grande nesse momento. Portanto, não há como fugir dessa realidade.

Nós sugerimos, como forma de colaboração, que o governo pudesse se utilizar de outras fontes de recursos e não comprometer o fundo. Por exemplo, há uma rubrica no orçamento de 2009, a chamada, deputada Maria Luiza, reserva de contingência, que são recursos que estão lá orçamentariamente definidos, hoje na totalidade de 30 milhões de reais, que o governo poderia, eventualmente, utilizar sem vinculação de procedimento numa dificuldade como essa. Portanto, há outras fontes que poderiam ser utilizadas e não comprometer ainda mais o fundo de previdência dos servidores baianos.

Concluirei, Sr. Presidente, com a tolerância de V.Ex^a.

E no outro projeto encaminhado a esta Casa, o governo baiano se arvora de uma benevolência do governo federal, que teria, agora, um financiamento de 375 milhões de reais junto ao BNDES...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) é importante que a Casa tenha conhecimento que os juros que estão sendo postos, deputado Maria Luiza, 3% mais TJLP são juros escorchantes, são juros extremamente impensáveis e dão noção da gravidade da situação. Para que a população tenha noção, é aquele cidadão que está ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) desesperado, sem ter mais a quem recorrer e consegue lançar mão de qualquer recurso para poder suprir as dificuldades. É a verdadeira agiotagem estatal que está sendo tomada neste momento, e o pior, sem a clareza do detalhamento...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Concluo.

Não há clareza de onde, efetivamente, serão repassados esses recursos.

Por conta disso, a Bancada de Oposição apresentou uma série de emendas no sentido de esclarecer e assegurar que esses recursos possam ser revertidos, efetivamente, em investimentos e não em despesas de capital, como está propondo, inclusive, o secretário Walter Pinheiro.

Eu agradeço e peço desculpas pela insistência, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem se refere à desobediência aos artigos 134 a 138 do Regimento Interno que tratam das questões relativas a requerimentos, Sr. Presidente. Nós temos requerimentos de 2007 na Mesa Diretora, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Requerimento aqui?

O Sr. João Carlos Bacelar:- Aqui, requerimentos encaminhados, dada entrada na Secretaria e encaminhados à Mesa Diretora, a Mesa nomeou relator e até hoje os relatores não resolveram.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Porque é o seguinte, deputado: V.Ex^a daquela vez falou, nós mandamos apurar e não estavam na Mesa Diretora. V.Ex^a me entregue todos esses requerimentos que eu garanto a V.Ex^a que todos que estiverem na Mesa Diretora serão aprovados ou reprovados amanhã. Eu faço um apelo a V.Ex^a, se realmente for comprovado, está aqui a relação, vou levar amanhã para a Mesa Diretora e prometo a V.Ex^a que amanhã serão votados, vou ver quem é que está como relator.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias. Com a palavra o Líder do Governo ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Paulo Alcântara:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, aqueles que nos ouvem via TV-Assembleia, Sr. Presidente, o conceituado jornal *Tribuna da Bahia*, matéria de Lorena Costa, de sábado e domingo, diz o seguinte:

(Lê) *“O presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA), Walter Barreto, declarou, na última quinta-feira - durante seu pronunciamento no Prêmio Ademi, se sentir perseguido pelos Ministérios Públicos, estadual e federal.. A indignação está relacionada à recomendação dos órgãos para que nove bancos públicos e privados suspendam, cancelem ou, simplesmente, não liberem mais nenhum tipo de financiamento para 32 empreendimentos localizados em áreas da Avenida Paralela, na capital baiana.*

Na mesma ocasião, Barreto chegou ;a anunciar que, em conjunto com outras representatividades atingidas, teria entrado com representação contra o procurador da República Ramiro Roquebach e a promotora de Justiça Cristina Seixas Graça, que assinam a determinação.”

E aí, deputado João Carlos Bacelar, há outras porém, e concederei um aparte a V.Ex^a, porque V.Ex^a é um estudioso desse assunto.

Então, o que me impressiona, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que um investimento desta monta, já em andamento, com geração de emprego, com contratos em banco, o Ministério Público tome uma decisão desse tipo.

Então, esta Casa, é bom que se esclareça, que as comissões têm tido um trabalho fundamental, superando, inclusive, o trabalho em Plenário desta Casa. Nós, hoje, entramos com um requerimento na Comissão de InfraEstrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo desta Casa, tão bem presidida pelo deputado Ivo de Assis, para que convoque àquela comissão, tanto o presidente da Ademi como os autores dessa determinação para que possamos debater este assunto aqui na Casa, porque é incompreensível, está fora da razão. Assim como está aí o Aeroclube, um espaço como aquele. Se já houve alguma perda para o meio ambiente, já houve e a medida é fora de tempo, é fora de hora.

Então, é necessário que esta Casa traga para aqui a intermediação desse debate. Acho que é de fundamental importância que nós comecemos pela comissão presidida pelo deputado Ivo de Assis e em Plenário também, deputado João Carlos Bacelar.

Por isso eu concedo um aparte a V.Ex^a, que não é o primeiro deputado que traz esse assunto. Acho que o senhor também já abordou esse tema na tribuna ou na comissão.

Concedo-lhe o aparte, porque sei que V.Ex^a vai fortalecer o nosso pronunciamento em relação a esse problema que traz prejuízos grandes para Salvador, como também para os outros municípios do nosso Estado.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Pedro Alcântara, V.Ex^a sempre foi um defensor do São Francisco, dos ribeirinhos e dos moradores daquela região, mas agora também é um defensor do povo de Salvador. São R\$ 32 milhões nesses dois empreendimentos públicos, um do Estado e outro da Prefeitura. O do governo estadual é o Parque Tecnológico, que é importantíssimo para a Bahia, que tem perdido espaço nessa área para estados que já têm seus parques tecnológicos.

Já o canal de Mussurunga, realizado pela Prefeitura de Salvador, tem de ser feito ou uma parcela grande daquele populoso bairro continuará sofrendo com as chuvas e as enchentes.

Pois bem, o Ministério Público se dá ao desprazer de querer impedir essas obras. E o pior é que está exorbitando as suas funções, pressionando os bancos, dizendo que eles não podem emprestar dinheiro. Ou seja, o MP agora também é órgão de análise de crédito.

Há um excesso! O Ministério Público é uma instituição importante para a democracia, tem feito grandes trabalhos, mas ele também precisa, tanto o estadual quanto o federal, acabar com essa sua mania midiática.

Nesse caso, uma cidade como Salvador, que tanto precisa de geração de emprego e renda, deputado Pedro Alcântara, não pode ver esses empreendimentos impedidos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- O nosso requerimento, deputado João Bacelar, já foi aprovado na comissão hoje pela manhã. Deveremos combinar uma data com as partes para essa reunião. E já o convido para esse evento. Na verdade, nem é preciso convidá-lo, pois, com certeza, V.Ex^a estará presente.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Com o aparte o deputado Gaban. Peço que seja rápido, para que eu possa concluir.

O Sr. Gaban:- Deputado Pedro Alcântara, gostaria de parabenizá-lo por tratar de um assunto importantíssimo para a economia baiana. Confesso-lhe que estava pensando em aprovar, na Comissão de Meio Ambiente desta Casa, a convocação dos membros do Ministério Público que estão tendo essa atuação que provoca a paralisação extemporânea de investimentos, como nesse caso que V.Ex^a cita muito bem.

Chegaram ao cúmulo de, na véspera da inauguração do Shopping Paralela, tentar embargar a obra. Existem vários empreendimentos aqui na Paralela – não quero entrar no mérito da questão neste momento – que, se realmente causaram algum mal ao meio ambiente, deveriam ter sido paralisados no início, não agora.

Então esse tema é extremamente pertinente. Eu me comprometo, e falo em nome dos membros da Comissão de Meio Ambiente – poderíamos até buscar uma posição conjunta das duas comissões –, a ajudá-lo a indagar o que efetivamente o MP está querendo. Porque, no meu modo de ver, ele está extrapolando as suas funções.

Parabenizo V.Ex^a por esse pronunciamento importante para a economia baiana.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Como incorporo o aparte do deputado João Carlos Bacelar, é claro que também incorporo o de V.Ex^a, que só vem somar.

É claro que, como disse o deputado João Carlos Bacelar, o Ministério Público faz a sua parte. Devemos aplaudir essa ação. Agora, não pode tomar uma medida como essa. Acho que é uma atitude irracional impedir esse empreendimento, especialmente num momento difícil da economia que atinge o todo o mundo.

Acho que o empresariado é realmente o grande prejudicado nesse processo que estamos vivendo a cada dia. Então não se pode tomar uma medida tardia e inoportuna. Além de ser tardia, é inoportuna. O momento é o menos oportuno para se tomar uma atitude dessa monta.

Por isso, espero a contribuição, deputado Gaban, da Comissão de Meio Ambiente. V.Ex^a poderia entrar com um requerimento dessa comissão, porque na de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo já está aprovado, depende apenas de uma reunião, e assim façamos um encontro conjunto. E isso não pode demorar muito. Eu sugiro que já seja na próxima semana ou, no mais tardar, daqui a 15 dias, para que não se leve avante isso.

Não sei se logrou êxito essa tentativa do Ministério Público de interferir nessas transações bancárias entre as partes prejudicadas e o próprio banco.

Agradeço a compreensão e a colaboração dos deputados. Espero contar com o apoio unânime das comissões e desta Casa como um todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, questão de ordem do nobre deputado Heraldo Rocha. Pois não, deputado.

O Sr. Heraldo Rocha:- Hoje, Sr. Presidente, está sendo um dos dias mais importantes...

Suspendo porque o Fernando vai falar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está bom.

Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRTB para falar ou indicar pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo...

O Sr. Heraldo Rocha:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, eu estava recebendo um telefonema. O senhor já chamou o Líder da Minoria aí ou não?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- De jeito nenhum, deputado, jamais.

Quando eu falo pode ter certeza de que...

O Sr. Heraldo Rocha:- Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Questão de ordem do deputado Arthur Maia.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, a questão de ordem é no sentido de saber, é uma dúvida em relação à Mesa, quando a Mesa pergunta ao Líder do Bloco para indicar o orador, cabe prioritariamente a quem fazer isso?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ao Líder do Bloco, ao Líder da Maioria ou da Minoria, isso é prioritário. A prioridade é total.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Há prioridade em relação ao partido.

Obrigado, Sr. Presidente. Está respondido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem, isso aqui é praxe.

O Sr. Fernando Torres:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Fernando Torres.

O Sr. Fernando Torres:- Sr. Presidente, eu gostaria de falar no horário do PRTB.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Do PRTB?

O Sr. Fernando Torres:- PRTB, o meu partido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas o Líder da Maioria disse que não havia orador.

O Sr. Fernando Torres:- Mas eu quero falar no Horário do Partido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a não é nem Líder do Bloco, deputado. V.Ex^a faz parte da Mesa Diretora, com muita honra.

O Sr. Fernando Torres:- Sr. Presidente, eu quero protocolar a saída do PRTB desse Bloco.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. É só trazer o protocolo que eu tiro.

O Sr. Fernando Torres:- Eu estou pedindo a saída do PRTB do Bloco.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas o PRTB, deputado, só tem V.Ex^a?

O Sr. Fernando Torres:- Só tem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faça o requerimento que eu defiro e amanhã será publicado, deputado.

O Sr. Fernando Torres:- Está bom, amanhã eu sairei do Bloco porque ele não cumpre trato. O trato que fiz com o governo era para quando o deputado Fernando Torres quisesse falar o governo liberaria o horário para ele falar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a tem todo o direito de encaminhar um requerimento. Tem quantos deputados o PRTB? Só tem V.Ex^a não é

isso?

O Sr. Fernando Torres:- Que eu saiba só tem o deputado Fernando Torres.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Porque se tiver 2 deputados é preciso a assinatura dos dois.

O Sr. Fernando Torres:- O deputado Jurandy Oliveira está saindo do PRTB.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já saiu? Se os 2 assinarem para sair eu retiro amanhã. Se já está dentro do Bloco só sai com a assinatura da Maioria, aí tem que ter os 2 deputados porque os 2 assinaram.

O Sr. Fernando Torres:- Sr. Presidente, eu não assinei...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Fernando Torres, ele já está no Bloco há muito tempo. V.Ex^a concordou.

O Sr. Fernando Torres:- Não, eu não concordei. Eu não assinei.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem 6 meses. Faça um requerimento pedindo para sair, deputado. Faça um requerimento que eu vou analisar juridicamente.

O Sr. Fernando Torres:- Eu vou fazer o requerimento pedindo para sair. Porque eu fiz o Bloco por um pedido do deputado Luiz Augusto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então V.Ex^a está confirmando que concordou.

O Sr. Fernando Torres:- O deputado fez um trato comigo de quando eu quisesse falar ele liberaria tranquilamente. E o Líder do Governo não quer cumprir o trato, então estou saindo do Bloco.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado, aí é um acordo entre V.Ex^a e o Líder do Governo. V.Ex^a ratificou aqui que concordou em ir para o Bloco. V.Ex^a disse aí, está registrado. Agora para sair tem que ter a maioria.

Com a palavra o Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará o deputado Paulo Azi por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, deputado Fernando Torres, será que V.Ex^a não aprendeu que esse governo não cumpre acordo nenhum? Pensei que V.Ex^a já sabia disso, deputado Fernando. Pensei que V.Ex^a já tinha conhecimento disso, mas até a palavra de V.Ex^a não tem direito nesta Casa.

Vou, inclusive, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estou ouvindo V.Ex^a.

O Sr. PAULO AZI:- (...) diminuir o meu tempo, de 9 minutos, pela metade para ceder ao deputado Fernando Torres. Eu vou falar 5 minutos e o deputado Fernando, 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quando completarem os 5 minutos, avisarei a V.Ex^a. O deputado Heraldo Rocha concorda? Tudo bem.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, definitivamente, estamos diante de uma verdadeira caixa-preta no que se refere às finanças do atual governo. O governo, no fim do ano, publicou um balanço, deputado Gilberto Brito, dizendo que tinha no seu caixa recursos da ordem de 1 bilhão e 500 mil reais. São dados oficiais do governo, deputado Paulo Rangel.

Pois bem, Srs. e Sr^{as} Deputadas, presenciamos nos últimos 90 dias uma verdadeira quebradeira das finanças e dos compromissos deste governo com os diversos fornecedores do Estado da Bahia. O governo só deve a duas pessoas, Srs. e Sr^{as} Deputadas, a Deus e ao mundo. Ele deve a Deus e ao mundo. O governo maquiou um balanço para dizer que tinha recursos em caixa, agora na iminência inclusive do atraso do pagamento dos funcionários públicos, vai buscar dinheiro aonde tiver. Vai buscar dinheiro emprestado no Banco do Brasil, vai atrás de dinheiro no BNDES e o que é pior: vai meter a mão no dinheiro sagrado da aposentadoria dos servidores públicos.

Este é, infelizmente, o retrato de um governo incompetente, despreparado que infelicita a Bahia e os baianos com a piora acentuada de todos os serviços públicos que deveriam ser prestados a nossa população.

O próprio governo reconhece a sua situação falimentar em carta enviada ao nosso Líder, deputado Heraldo Rocha. O Secretário Carlos Martins já reconhece a degradante situação das finanças públicas do nosso Estado, agravada pelo descontrole dos seus gastos, deputado Luiz de Deus. Apesar dos avisos da Oposição quando da votação do Orçamento no ano passado, apesar dos avisos, dos alertas que a Oposição fazia a este governo. Ele preferiu continuar com o seu discurso vazio e com as suas promessas da lua. Agora, se vê reconhecido da grave situação em que se encontra não por aumento de investimentos, não por aumento de obras públicas, mas pelo aumento indiscriminado dos gastos e da burocracia do Estado da Bahia.

Agora, o secretário da Fazenda parece que foi responsabilizado pelo governador, deputado Arthur Maia, silencia-se. Parece que o deputado Walter Pinheiro assume a Secretaria do Planejamento e também a Secretaria da Fazenda de nosso Estado. Agora, quem fala das finanças da Bahia é o secretário Walter Pinheiro. E o pior, qual seja, parece que o deputado e secretário ainda não conhecendo a realidade do Estado e os trâmites de nossa administração, começa a confundir as bolas e a passar informações que deixa a todos nós sem efetivamente entender o que quer e o que pensa este governo.

Quando anunciaram o empréstimo do BNDES, foi o deputado Walter Pinheiro à Imprensa dizer que esses eram recursos que serviriam inclusive para pagar o funcionalismo público; diferentemente o que diz a mensagem de S. Ex^a o governador Jaques Wagner que atesta que esses recursos seriam indicados para a área de infraestrutura mas que ninguém sabe...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o seu tempo já se esgotou.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, eu estou ali olhando o tempo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, os 9 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- E pelo meu tempo ali ainda disponho de 45 segundos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem. Então, encerre o seu pronunciamento, porque reconheço que foi uma falha minha. Então, encerra agora, porque são quatro minutos a mais. Eu peço desculpas.

O Sr. PAULO AZI:- Eu vou concluir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Conclua, por favor.

O Sr. PAULO AZI:- Vou concluir antes de ouvir atentamente o deputado Fernando Torres. Mas voltarei ainda hoje, Sr. Presidente, a esta tribuna para tratar deste assunto, pois considero-o gravíssimo que são as finanças públicas de nosso estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foi uma falha minha realmente não ter marcado o tempo, porque era para falar cinco minutos. E, por um erro, colocaram nove minutos. O deputado não tem culpa. Marquem quatro minutos para o deputado Fernando Torres.

Com a palavra o deputado Fernando Torres pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Luiz Augusto que faz parte do Bloco PP-PRT, digo que, mais uma vez, o governo não cumpre trato. Mais uma vez, o governo não cumpre, porque o trato que fizemos foi verbal e foi sem a minha assinatura. O trato foi para que o PRTB ficaria na coligação do PP, mas quando o deputado Fernando Torres quisesse e pudesse falar e não tivesse nenhum deputado PP para falar, este horário seria do PRTB.

Mas, este Bloco tem de ser revisto. Eu tenho uma consideração grande ao deputado Luiz Augusto, pois ele é cumpridor de trato. Tanto isso é verdade que o deputado Luiz Augusto desceu de seu gabinete ao ouvir a questão de ordem do deputado Fernando Torres. Ele desceu e veio falar com o deputado Waldenor que é um deputado que eu gosto e admiro muito. Mas, infelizmente, mais uma vez, ele não cumpre trato.

Eu acho que deve ser o motivo pelo qual o PMDB não está satisfeito com o governo Wagner. Nesses pequenos detalhes é que conhecemos as pessoas.

O que custaria ao governo deixar o deputado Fernando Torres falar sobre Feira de Santana, falar sobre o Hospital Clériston Andrade, de Feira de Santana? As pessoas que estão no Clériston Andrade estão com medo de morrer por causa da infecção hospitalar. A deputada Eliana, que é de Feira de Santana, sabe. Eu ia falar sobre isso, não tenho nem tempo para falar.

Deputada Eliana, sei que V.Ex^a não concorda com isso, com essa má administração do PT.

Ontem, me ligou um paciente do Clériston Andrade, que estava na UTI, saiu para a Semi-UTI com infecção hospitalar e não tinha uma sala apropriada para colocar essa pessoa com infecção hospitalar. E todos os pacientes do Clériston Andrade estão com medo de pegar infecção hospitalar.

O deputado Fernando Torres não pode falar isso, porque o Líder do governo

não deixa. Mas eu respeito muito V.Ex^a, sei que V.Ex^a é um bom deputado, mas é complicado.

Quero falar também da Igreja Universal do Reino de Deus, que está começando a fazer uma igreja em Feira de Santana, na Getúlio Vargas, que vai embelezar aquela avenida, a qual o prefeito Tarcízio, deputado Eliedson Ferreira, que é da Igreja Universal, vai asfaltar. Mas o deputado Fernando Torres não pode falar isso, porque o Líder do governo não deixa.

V.Ex^a não cumpre trato, Líder, tem que cumprir trato, este governo tem de ter palavra. Tem sido dito em alguns órgãos de imprensa que os políticos são sem palavras, que são até desonestos, e eu sei que a maioria não é, mas os políticos são malvistos.

Não cumprir trato, Líder, não cumprir um trato aqui feito com o pequeno PRTB, com o PP. V.Ex^a não é nem do PRTB nem do PP, é do PT. O PP esse que tem este grande deputado Luiz Augusto, que desceu do seu gabinete para mostrar a V.Ex^a que foi feito um trato comigo. Eu tinha 9 minutos e estou falando rapidamente aqui.

Gosto muito de V.Ex^a, mas V.Ex^a tem de passar a cumprir trato. As emendas dos deputados, não pagaram nenhuma, o trato do final de ano com as emendas que os deputados do senhor colocaram, não pagaram nada, Excelência.

Tem que ensinar o governo a cumprir trato, porque o político já é malvisto, não cumprindo trato, fica realmente difícil a vida política de quem não cumpre trato.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por ter me cedido os 4 minutos e obrigado por mais 1 minuto quer me deu.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, eu gostaria que o deputado Fernando Torres me ouvisse com atenção.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu faço um apelo a V.Ex^a, não é uma questão de ordem. V.Ex^a é o próximo orador do PT e tem direito a falar até 10 minutos.

Obrigado pela compreensão, deputado Waldenor Pereira.

Questão de ordem agora só dentro do Regimento.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, eu peço desculpas aos colegas dos demais blocos e partidos, por ter sido obrigado a subir à tribuna, para fazer a defesa da minha honra.

A minha honra, como a de cada um dos colegas aqui, sem dúvida nenhuma é o maior patrimônio que construímos na nossa história.

Eu não fiz nenhum trato com o deputado Fernando Torres. O deputado deve estar-se referindo a um trato que...

O Sr. Fernando Torres:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Só um minutinho.

(...) fez com o PP, não comigo. Portanto, V.Ex^a não pode cobrar de mim o

cumprimento...

O Sr. Fernando Torres:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Por favor, estou falando com calma, ponderadamente.

(...) de um trato que não fiz. V.Ex^a fez o trato com o Partido Progressista - PP, cujo bloco V.Ex^a participa.

Em segundo lugar, quero falar de forma bastante ponderada que a não-utilização da fala tanto por V.Ex^a como pelo deputado Arthur Maia se deu por uma estratégia da Liderança de queimar os tempos para votarmos mais rapidamente, porque já temos quorum suficiente para a votação. É uma prática comum nesta Casa, e toda a Bancada tem acompanhado: quando reunimos o quorum suficiente passamos a queimar os tempos dos blocos para procedermos mais rapidamente à votação. Até porque a Bancada da Oposição já anunciou que irá obstruir. Apenas por isso.

Quero, de forma muito humilde, ponderada, tranquila pedir ao deputado Fernando Torres que refaça as palavras que a mim dirigiu, que, em minha opinião, foram desrespeitosas, porque não fiz trato algum, não firmei acordo com ele a esse respeito. Posso, inclusive, conceder a V.Ex^a um aparte. Não fiz trato com V.Ex^a, por isso não sou devedor quanto a esse acordo que fez com o PP. Acredito, e V.Ex^a é um homem de palavra, que tenha feito o acordo com o PP, não comigo. Não participei desse acordo para ter que o cumprir, como V.Ex^a exigiu.

Quero pedir a V.Ex^a, que é um homem educado, sempre tem tido comigo uma relação respeitosa, que esclareça para o conjunto dos presentes aqui e para aqueles que nos ouvem pela *TV Assembleia* que as palavras dirigidas a mim são improcedentes. Sou um homem de bem, graças a Deus, consegui esse patrimônio ao longo de uma trajetória ao lado dos meus pais, pessoas honradas, direitas, e, naturalmente, eu não poderia ser merecedor de palavras tão desrespeitosas como essas que dirigiu a mim, como não cumpridor de um trato que teria feito com V.Ex^a. Não fiz trato com V.Ex^a nem com o deputado Luiz Augusto. Por isso, dirijo-me de forma respeitosa a V.Ex^a para que possa corrigir as palavras a mim dirigidas.

Quero agradecer, Sr. Presidente, e pedir desculpas ao deputado Arthur Maia e a outros parlamentares porque queimei o tempo dos blocos, mas fui obrigado a subir à tribuna apenas para recuperar a minha honra, fazer a defesa da minha honra, porque não formalizei acordo, trato com o deputado Fernando Torres, muito menos com o deputado Luiz Augusto, a esse respeito.

Essas, Sr. Presidente, são as minhas considerações, e agradeço a V.Ex^a. Vou encerrar o meu pronunciamento para que possamos imediatamente...

O Sr. Fernando Torres:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Pois não.

O Sr. Fernando Torres:- Deputado Waldenor Pereira, respeito-o muito. V.Ex^a sabe da admiração que lhe tenho. Agora, não dirigi ofensa à sua honra pessoal, falei do seu governo. Falei do governo do PT, que não cumpre trato.

O deputado Luiz Augusto, quando desceu, falou com V.Ex^a que tinha um trato comigo, e V.Ex^a não acatou. O deputado Luiz Augusto é governista e fez um acordo

comigo, e V.Ex^a não cumpriu. O seu governo não cumpre – não estou falando de V.Ex^a, em hipótese alguma – assim como não cumpre as emendas. Emendas nossas, o governo não pagou uma. E foi feito um trato. É disso que estou falando.

V.Ex^a pode ter certeza que o respeito – tenho V.Ex^a como homem de bem –, assim como V.Ex^a também me respeita bastante. Sempre conversamos, sempre brincamos aqui, na Casa, temos a maior afinidade possível. V.Ex^a pode ficar tranquilo que não falei da pessoa de Waldenor, falei do seu governo, do governo do PT.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Agradeço a V.Ex^a e incorporo o aparte, até porque ele recupera a verdade dos fatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Solicito a V.Ex^a, Sr. Presidente, verificar se o exigido no art. 102 do Regimento...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tenho aqui o Regimento.

O Sr. João Carlos Bacelar:- É verificação de quorum, Sr. Presidente, em outras palavras.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, desculpe, mas V.Ex^a está totalmente equivocado. O artigo 102 diz o seguinte: “*Verificada a presença de 1/3 (um terço), pelo menos, dos Deputados, o Presidente dará início aos trabalhos, com as seguintes palavras: 'Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão'.*”

O Sr. João Carlos Bacelar:- Mas, Sr. Presidente, para que continue a sessão precisa ter 1/3...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, aqui é apenas o início da sessão. V.Ex^a quer uma verificação de quorum? Será atendido, mas não com relação a este artigo.

Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do deputado João Carlos Bacelar de solicitar a verificação de quorum para a continuidade da presente sessão, eu solicito a todos os nobres colegas deputados da Bancada do governo para se deslocarem até o Plenário porque logo mais nós já estaremos em processo de votação. Por isso, há sobre a mesa um requerimento de urgência que vai necessitar da presença de 32 Srs. Parlamentares. Então quero convocar, convidar os colegas da Bancada governista para virem até aqui, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quorum para a continuidade da sessão. Mas, em seguida, se fará necessária a presença de 32 Srs. Parlamentares.

Portanto, colegas deputados e deputadas da Bancada da Situação, quero, por gentileza, convidar todos os parlamentares desta Casa a se deslocarem imediatamente até o plenário, pois há um pedido de verificação de quorum formulado pelo deputado João Carlos Bacelar.

Sr. Presidente, peço que V.Ex^a nos ajude fazendo soar as campanhas convidando todos os Srs. Deputados para imediatamente se fazerem presentes aqui no Plenário desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, no Salão Deputado Nestor Duarte, na biblioteca ou em outros recintos da Assembleia, venham para o Plenário. Quorum de votação solicitado pelo Líder do PTN, deputado João Carlos Bacelar, e também pelo Líder do governo, deputado Waldenor Pereira.

Zere-se o painel. Marquem-se 15 minutos.

Srs. Deputados que queiram continuar nesta sessão, marquem as presenças. Solicito aos deputados João Carlos Bacelar e Waldenor que as marquem. Os outros deputados que queiram continuar marquem-nas também.

Deputado João Carlos Bacelar, questão de ordem pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, um *blog* da cidade chama a atenção, hoje, para um fato muito grave. É pena que o deputado Javier Alfaya, que está no partido que sucede ao antigo Partido Comunista Brasileiro, ao partidão, não esteja no Plenário para explicar isso.

O jornalista Jânio Lopo fala hoje: “*Cabide de emprego comunista. A Bahiagás transformou-se num cabide de emprego para os comunistas desocupados. Chegou-se a contratar 60 estagiários na empresa.*” Sessenta estagiários! São palavras do jornalista Jânio Lopo.

Agora eu faço aqui um comentário: O PCdoB gosta de trabalhar muito movimento estudantil. Então tem direito a sair distribuindo tanto estagiário assim, senão como é que o PCdoB vai ter movimento nas faculdades?

Continua o jornalista Jânio Lopo: “*Tem ainda os terceirizados que o Tribunal de Contas vem investigando. O secretário Batista Neves, segundo a fonte, mandou demitir todo mundo. Para o Tribunal de Contas do Estado, a contratação dos terceirizados está sendo caracterizada como uma forma de burlar concurso público. Por outro lado, o Ministério Público mandou demitir as pessoas, deu uma notificação a ele e, segundo a fonte, ao saber da decisão do MP, o secretário Batista Neves enviou um relatório dizendo que não concordava com o método adotado por Magalhães e que ele deveria demitir todos*”. É esse o estilo Wagner de governar! O secretário da Infraestrutura não tem nenhuma interferência na Bahia Gás, que, de acordo com palavras do jornalista Jânio Lopo, é um cabide de emprego comunista. Segundo ainda esse jornalista, a Bahia Gás serve para empregar comunistas desocupados. Quem diz isso não sou eu, e sim o jornalista Jânio Lopo.

O jornalista Jânio Lopo continua: “*POLÍTICA – patrocínio indiscriminado sem ter nada a ver com gás apenas para gastar dinheiro e fazer sua campanha para deputado estadual*”. Essa é outra coisa do governo.

Tive o privilégio de viajar com o saudoso Dr. Ulysses Guimarães por diversos municípios da Bahia, o qual me disse uma vez: “Como é gostoso fazer campanha com o dinheiro público! É melhor do que outra coisa!” Infelizmente, não posso repetir *ipsis litteris* o que ele me disse. E está provado: na Petrobras temos campanha

com o dinheiro público!

O deputado Paulo Rangel falou aqui sobre ONGs e citou até a quase centenária OAF, da época de D. Dalva Matos, lembra-se, deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a que foi da Legião Brasileira de Assistência. O deputado Paulo Rangel disse que a OAF foi criada para se fazer convênios, mas ela é uma organização quase centenária, diferentemente daquela entidade localizada no Lobato, que recebe dinheiro da Petrobras, porque quem sabe administrar ONG é o Partido...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, já temos a presença de 21 Srs. Deputados.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Pois não, Sr. Presidente, mas voltaremos a esse assunto da Bahia Gás.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do dia.

Há um requerimento solicitado pelo Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, que requer, nos termos do art. 174, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 17.968/2009, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operação de crédito interno, na forma que indica e dá outras providências.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem para o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, solicito que V.Ex^a me ajude a interpretar o art. 180, do Regimento Interno, que diz: “*Não se admitirá a urgência:*

I - para proposição que conceda favorecimento a pessoa física ou jurídica de direito privado;” – não é o caso.

II - para tramitação de matéria relativa a perda de mandato;” – também não é o caso.

III – para apreciação de veto,” – não é o caso-, “*de proposta de emenda constitucional,*” – não é o caso-, “*de projeto de lei orçamentária, de projeto de código e nas matérias incluídas nas atividades de julgamento e fiscalização da Assembleia.*”

Esse Projeto de Lei, Sr. Presidente, altera a Lei Orçamentária! Sr. Presidente, está claro que um projeto de empréstimo altera a Lei orçamentária! Se o Regimento não admite urgência para Projeto de Lei Orçamentária, como se vai admitir urgência para um projeto que altera? Está aqui no artigo! Deputado Heraldo, V.Ex^a tem o projeto?

O Sr. Heraldo Rocha:- Está aqui, deputado.

O Sr. João Carlos Bacelar:- “*Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao...*”

O Sr. Euclides Fernandes:- É extraorçamentária!

O Sr. João Carlos Bacelar:- O ilustre jurista de Jequié não quer me deixar

concluir o raciocínio!... o meu raciocínio! Sr. Presidente, solicito que V.Ex^a, primeiro, garanta a minha palavra e, depois, me ajude a interpretar esse tema, já que não tive a formação jurídica do deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É sobre o mesmo assunto, deputado? Não?

Deputado João Carlos Bacelar, peço vênia a V.Ex^a, mas gostaria de dizer que a questão é muito clara, ou seja, não é projeto de lei orçamentária. Portanto indefiro a sua questão de ordem.

Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, sempre votei a favor de todos os projetos que trazem recursos para o Estado da Bahia. Repito, sempre votei a favor.

Por isso, terei de expor a minha posição em relação a esse projeto. Infelizmente, considerando a decisão da Presidência de incluir a Comissão de Infraestrutura na discussão dessa matéria, depois de ter submetido mais de seis projetos, conforme li aqui, apenas às Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento, terei de tomar outra atitude.

Para garantir a soberania da Comissão de Finanças e Orçamento, deverei até impetrar um mandato de segurança na Justiça. Além disso, já anuncio que votarei contra esse projeto. Não sou contra o seu mérito, porque nunca vou ser contra o Estado, mas considero que V.Ex^a não poderia ter dois pesos e duas medidas.

Até então, todos os projetos que solicitaram autorização para o Estado tomar empréstimo eram submetidos apenas à Comissão de Finanças. E agora, neste caso, V.Ex^a inclui também a Comissão de Infraestrutura para apreciar um projeto que nada tem a ver com infraestrutura. Até porque o secretário Walter Pinheiro anuncia que os recursos serão para pagar dívidas do Estado, inclusive a folha de pagamento. Palavras do secretário do Planejamento, Walter Pinheiro.

Por conta disso, Sr. Presidente, discordando da sua decisão – a não ser que V.Ex^a a reveja –, deverei votar contra a urgência e, posteriormente, contra o projeto. E também irei à Justiça para tentar impedir essa inclusão da Comissão de Infraestrutura.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica o registro de V.Ex^a.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Presidente Marcelo Nilo, também quero colocar, em primeiro lugar, a minha discordância quanto à decisão de V.Ex^a de ouvir a Comissão de Infraestrutura na análise desse projeto. E devo dizer ainda que a sua decisão até teria validade se o governo ajudasse esta Casa. Se, pelo menos, encaminhasse para cá a relação das obras de infraestrutura que serão realizadas com esse recurso. Aí a decisão de V.Ex^a passaria a ter um mínimo de viabilidade.

Se o governo, até para ajudar a aprovação do referido projeto, encaminhasse a esta Casa a relação das obras e das ações que serão feitas com esse recurso, poderíamos, Sr. Presidente, admitir... Deputado Javier, V.Ex^a foi questionado há pouco a tratar do empreguismo na Bahiagás, mas se calou...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados, por favor, vamos ouvir o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Então, Sr. Presidente, o governo poderia até ajudar a Oposição, que não tem interesse de votar contra esse projeto. Agora, infelizmente, ele manda um projeto afirmando que será para investimento, e o secretário do Planejamento diz que é para pagar dívida e pessoal.

Já que efetivamente o governo pensa em utilizar esses recursos na infraestrutura, até para ajudá-lo, Sr. Presidente, nessa sua decisão de encaminhar esse projeto à Comissão de Infraestrutura, peço a V.Ex^a que solicite ao Líder do governo que providencie a listagem das obras em que esses recursos seriam investidos. Aí essa matéria poderia contar com o apoio da Oposição.

Não entendo essa decisão de V.Ex^a de ouvir a Comissão de Infraestrutura, já que esse projeto não faz absolutamente nenhuma referência, Sr. Presidente, a ações de infraestrutura. O Líder do governo pode ajudá-lo, como também pode ajudar toda a Bancada da Oposição, se for o caso, a votar a favor dessa proposição, se encaminhar a relação das obras e das ações em que esses recursos serão utilizados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu lhe agradeço, mas o projeto de lei do governo diz que os recursos são para infraestrutura. Para mim isso é suficiente. Se o secretário do Planejamento dá uma entrevista é problema do secretário.

Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, só para ajudar e também respondendo ao deputado Paulo Azi, nós apresentamos aqui hoje uma cópia da resolução do Banco Central, deputado Paulo Azi, que orienta a liberação desses recursos não só para a Bahia como para os demais estados da Federação que tiveram frustração da arrecadação, que os recursos são exclusivamente para investimentos.

É vedada, segundo a resolução do Banco Central, a utilização para despesas correntes e para pagamentos de dívidas também na resolução. Então o recurso, segundo a resolução do Banco Central, é exclusivamente para investimento, e a mensagem governamental é muito clara, a mensagem encaminhada a esta Casa pelo governador do Estado fala claramente tratar de recursos destinados a infraestrutura. Por isso a pertinência da inclusão da comissão por parte do presidente Marcelo Nilo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Arthur Maia, último orador sobre este assunto.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, veja bem. O Regimento da Casa cita com clareza que a comissão deve tratar de cada matéria no âmbito das suas referências, ou seja, quando o projeto vai para a Comissão de Finanças, obviamente, nós que somos membros da Comissão de Finanças e estamos lá para trabalhar e discutir o projeto sob o âmbito da Comissão de Orçamento e Finanças, vamos analisar como esse montante vai ser inserido no Orçamento do Estado, como vai compensar receitas que foram efetivamente perdidas, e todos nós reconhecemos que houve essa perda de receita.

De sorte que é absolutamente plausível a discussão no âmbito da Comissão de Orçamento e Finanças. V.Ex^a decide também enviar o projeto para a Comissão de Infraestrutura. Francamente, presidente, eu conheço V.Ex^a, sei da sua inteligência e o quanto V.Ex^a conhece esta Casa, o Regimento, mas não consigo compreender e gostaria até de solicitar de V.Ex^a uma informação mais precisa.

Qual é a contribuição que a Comissão de Infraestrutura vai poder dar nesse projeto se ela não sabe como o Estado vai, dentro da infraestrutura, utilizar esse recurso? Porque se houvesse uma indicação de como isso seria feito, obviamente, os deputados que compõem a Comissão de Infraestrutura estariam preparados e consolidados e com instrumentos e projeções para debater o assunto.

Imagine que V.Ex^a seja membro da Comissão de Infraestrutura e quando o projeto chegar lá e, ao ler o projeto, V.Ex^a vê trezentos e tantos milhões de empréstimo para a infraestrutura. V.Ex^a vai dizer o quê? “Olha, eu acho que deve ser utilizado pra tal obra” e o outro vai dizer que deve ser utilizado pra tal obra e, obviamente, esse tipo de opinião da comissão não vai trazer nenhuma contribuição. De sorte que eu reconheço em V.Ex^a um deputado da maior estatura nesta Casa, da sua experiência, entendo até que isso seja um posição antiga de V.Ex^a, que já disse aqui, quando indeferiu a questão de ordem formulada pelo deputado Elmar Nascimento, mas eu gostaria de ouvir de V.Ex^a como V.Ex^a imagina que vai proceder esse debate no âmbito da Comissão de Infraestrutura. É só essa a minha indagação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Arthur Maia, primeiro, V.Ex^a sabe do apreço e respeito que tenho por V.Ex^a, um dos deputados mais sérios e preparados desta Casa. Agora, o governador Jaques Wagner, quando enviou o projetou, colocou muito claro aqui “em especial na área de infraestrutura”. Se existe uma comissão cujo nome é Infraestrutura e não passar por essa comissão...

Eu diria, deputado, que eu pessoalmente sou contra os projetos tramitarem em regime de urgência, deveriam passar pelas comissões temáticas, mas o Líder do governo, dentro do Regimento, apresenta um requerimento de pedido de urgência e o presidente da Assembleia não tem o poder de não acatar a solicitação o Líder do governo para ser votado em regime de urgência.

Gostaria que os projetos tramitassem nas comissões temáticas, mas quero registrar aqui que isso é praxe nesta Casa, desde o descobrimento do Brasil com Pedro Álvares Cabral que os projetos passam pelas comissões e são aprovados em regime de urgência. O Plenário é que, democraticamente, decide.

Para encaminhar o requerimento, o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Misael Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Misael Neto.

O Sr. Misael Neto:- Não sou contumaz utilizador das questões de ordem, mas citarei o artigo. O art. 180, parágrafo único, Sr. Presidente, diz que não serão apreciados em regime de urgência mais de 1/3 dos projetos de lei de autoria governamental encaminhados à Assembleia na mesma sessão legislativa.

Sr. Presidente, nós temos votado constantemente requerimentos de urgência para projetos do governo. Hoje mesmo está na pauta, em regime de urgência, o projeto que muda as regras da previdência. Nem votamos esse projeto é já existe outro projeto para o qual está sendo requerida a urgência.

Então, gostaria de que V.Ex^a consultasse a Secretaria da Mesa sobre quais são os projetos de lei que foram enviados pelo governo do Estado, quais foram votados e quantas urgências nós já votamos até o presente momento?

Creio eu que já ultrapassamos o 1/3 estabelecido pelo Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Misael, V.Ex^a pode ter certeza que o secretário Carlos Martins acompanha os cálculos: o máximo é 1/3. Não se pode ultrapassar este limite, porque é anti-regimental. V.Ex^a vai receber uma resposta de Carlos Martins posteriormente.

O Sr. Misael Neto:- Sei da competência do Dr. Carlos, que tanto aprecia não só a Presidência, como a todos os deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a pode ter certeza disso.

São 9 projetos, e 1/3 corresponde a 3.

O Sr. Misael Neto:- Quais são os projetos, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- São 9 projetos, duas urgências e esse é o terceiro. São 9 projetos do governo do Estado, vamos votar dois, e depois o terceiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para encaminhar, o deputado Heraldo Rocha, como Líder da Minoria, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Ex^a e a todos os meus pares que acompanho as intervenções dos deputados Paulo Azi e Elmar Nascimento.

Mas eu queria aproveitar a oportunidade em que estamos discutindo esta solicitação de empréstimo feita pelo governo do Estado, em regime de urgência, para dizer que hoje foi aprovada no Senado Federal – sendo relator o senador César Borges, ex-governador do Estado e de quem tive a honra de ser secretário da Justiça e Direitos Humanos – a Medida Provisória 450, cuja Emenda nº 6 garante a prorrogação por 5 anos do fornecimento de energia pela CHESF, que se encerraria no próximo ano. Isso trará um grande benefício à economia do nosso Estado.

As empresas beneficiadas, Trikem, Caraíba Metais, Copene, Ferbasa, Dow Química, Gerdau, Novelli, Schincariol e Sibra, ajudarão a arrecadação do Nordeste em 27%. Elas geram 8 mil empregos diretos e 40 mil empregos indiretos.

Portanto, o ex-governador do Estado, o senador César Borges, dá uma demonstração de compromisso com o nosso Estado, quando o Estado está sendo declarado falido pelo Exm^o Sr. Secretário da Fazenda, que não está pagando aos fornecedores.

Deputado Javier Alfaya, tenho certeza que V.Ex^a responderá ao deputado João Carlos Bacelar sobre o cabide de empregos do Partido Comunista na Bahiagás. E os colegas deputados daqueles partidos que ajudaram e ajudam o governo devem estar dizendo a si: “Mas eu não tive um estagiário, um REDA na Bahiagás, e o deputado do PCdoB teve todos”.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs Deputados, o secretário da Fazenda admite, nesta correspondência que recebi, que o Estado está falido, que não está pagando aos fornecedores.

Vou ler esta pérola do governo Wagner: (lê) *“Isto posto, Sr. Deputado, é de esperar que haja algum desequilíbrio no cumprimento dos prazos contratuais. Como pode ser visto, ele se deve exclusivamente à crise que afeta a arrecadação mas que medidas tempestivas tem sido tomadas para garantir os pagamentos. Cabe lembrar que, a partir de 2007 e antes da crise econômica, o Estado manteve seus pagamentos rigorosamente em dia, honrando todos os compromissos assumidos. Tão logo seja possível, e espera-se que seja com a maior brevidade, será retomada”* o pagamento dos fornecedores.

Calcule quando ele irá pagar os funcionários, hein? Porque ele começa assim.

E eu queria dizer, Sr. Presidente, Deputado Adolfo, que preside esta sessão, acerca do empréstimo: é claro que nós somos a favor. O estado está quebrado. O estado está falido. Agora, onde é que vai ser aplicado esse dinheiro? Qual é o plano de aplicação desses recursos? É natural que, desde quando o estado está tomando recursos a juros, como disse o Deputado Gildásio Penedo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Já vou concluir, Sr. Presidente.

Só posso pensar uma coisa, Deputado Gildásio Penedo: como o governo está vendo as pesquisas, inclusive internas, do governo?

O Sr. Javier Alfaya:- Boas. Como boas.

O Sr. HERALDO ROCHA:-Que está com a eleição perdida, a eleição está perdida, e ele diz: eu vou comprometer os recursos do estado, porque em 2010 eu entrego este estado quebrado. Isso é claro e cristalino. E a outra coisa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, Nobre Deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:-Já vou concluir, Sr. Presidente. A outra coisa é a seguinte: o Secretário Carlos Martins, Deputado Luiz de Deus, não está mais se manifestando. Quem está se manifestando hoje não é nem o Primeiro-Ministro Rui Costa. Quem está se manifestando hoje é o Deputado Federal Walter Pinheiro. Cabe a ele responder a esta carta que o Exm^o Sr. Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Dr. Carlos Martins.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encaminhar, o Deputado Waldenor.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gildásio Penedo?

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Presidente.

O Sr. Fernando Torres:- Questão de ordem, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gildásio Penedo como vice-líder para encaminhar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Que o vice-presidente assuma. Isso é falta de respeito com quem foi eleito!

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente. Ô! Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Sr. Presidente, Deputado João Carlos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, eu admiro o Deputado Adolfo, tenho uma amizade pessoal, então, o que vou falar não é pessoal.

Eu solicito a V.Ex^a que, quando V.Ex^a se ausentar da Mesa, tendo o vice-presidente no Plenário, que ele assuma a Presidência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado? Deputado?

O Sr. João Carlos Bacelar:- Pois o Deputado Fernando Torres quis assumir a Presidência e foi recusado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, olhe, aqui há uma hierarquia: presidente - primeiro, vice. Eu fui apenas ao banheiro, e o Deputado Adolfo estava aqui, e eu lhe pedi um favor. Agora, estando o vice-presidente aqui, ele assume imediatamente, segundo a hierarquia. Mas eu fui apenas ao banheiro e pedi a meu querido Deputado Adolfo, mas é óbvio que ele passa ao vice-presidente. Todas as vezes em que eu saio para o meu gabinete ou para ir em qualquer lugar eu convido o Deputado Vice-Presidente da Casa. Agora, para ir ao banheiro ali, que é questão de apenas um minutos, eu não quis dar este trabalho a meu querido amigo Deputado Rogério Andrade.

Com a palavra, o Deputado...

O Sr. João Carlos Bacelar:- Pela ordem, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado?

O Sr. João Carlos Bacelar:- Vale ressaltar que o Deputado Adolfo Menezes presidiu muito bem no período em que V.Ex^a se ausentou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, o Deputado Gildásio Penedo Filho, pelo tempo de 5 minutos, em substituição ao líder do DEM, Deputado Misael Neto.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Mesa presente, a Galeria. Primeiramente eu quero agradecer a deferência do Deputado Misael Neto, líder do nosso partido, que me concede a oportunidade de encaminhar este Requerimento de Urgência, que tem como propósito a aprovação, nesta Casa, do projeto de lei nº.17.968/09, que tem por objetivo e escopo autorizar o Poder Executivo a contratar a operação de crédito interno na forma que indica e dá outras providências”.

O nosso questionamento, deputado Waldenor Pereira, Líder do Governo, inclusive a Bancada da Oposição apresentou algumas emendas no sentido de poder esclarecer quais são as reais e verdadeiras intenções do governo com a aprovação desse empréstimo. Empréstimo esse, já foi dito aqui, com o nível de juros extremamente elevados.

Deputado Waldenor, se olharmos na resolução que determina que a taxação de juros é 3% mais TJLP, demonstra que diferentemente do que o governo federal vem

colocando como ato de benevolência aos Estados, mostra juros extremamente escorchantes à realidade da economia nacional neste momento. Percebemos, deputado Heraldo Rocha, que só teria uma justificativa para esses juros. Os juros, deputado Carlos Gaban, de 3%, o chamado *spread* financeiro, que é justamente a taxa que as instituições financeiras tomam das instituições do governo que mostra o chamado risco da operação financeira.

Evidentemente, quero acreditar que não estamos tratando de empresa privada, estamos tratando de um ente público, um contrato entre entes públicos, e mesmo com toda a situação difícil do Estado, 3% dá demonstração, deputado Paulo Câmara, que o governo tem receio inclusive da adimplência desse pagamento, porque colocar 3% mais TJLP só se justificaria numa empresa em estado pré-falimentar, por ser uma taxa de risco extremamente alta, o chamado *spread* financeiro, deputado Heraldo Rocha.

(Vários Srs. Deputados corrigem o deputado Gildásio que pronuncia “spraid”.)

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- *Spread*, corrijo, essa é uma terminologia inglesa, eu não estou ainda familiarizado com a terminologia.

Portanto mostra o risco elevado, deputado J. Carlos, em relação a essa taxação.

Outro questionamento que a Bancada da oposição faz é que já vimos de forma muito clara e não é a Oposição que fala neste momento, são documentos do próprio secretário de Planejamento que deixam dúvidas em relação a utilização dos recursos. Chegou a ser aventada a possibilidade de pagamento em folha de pessoal, deputado João Carlos Bacelar, o que é expressamente vedado pela resolução que permite esse tipo de empréstimo.

Eu não sei qual é o receio do governo, deputado Carlos Gaban, o que é que custaria permitir à Casa Legislativa, aos deputados da Oposição, do Bloco Independente, do governo terem reais conhecimentos onde o governo quer aplicar esses recursos. Por que, deputado Waldenor, V.Ex^a aqui por diversos momentos, cobrava até no passado um modelo transparente de aplicação de recursos, por que V.Ex^a não consegue honrar o discurso do passado? Por que o governo que tanto cobrava transparência em relação aos dados manda um projeto, deputado Edson Pimenta, que era importante – há uma dúvida, por exemplo, se essas operações de capitais podem ser utilizadas para quitação de investimentos já realizados? Esses recursos serão, digamos que não haja essa dúvida em relação a operação de receitas correntes, poderão ser utilizados para pagamentos de investimentos já realizados? De contratos previamente já assinados, deputado Carlos Gaban? É uma dúvida. Há dúvida quanto a isso.

Por que, deputado Bira Corôa, V.Ex^a homem de lutas históricas, de embates calorosos, por que o governo não encaminha, deputado Carlos Gaban, como pretende a Oposição com o relatório – espero que até a votação final o governo possa mostrar onde de fato vai aplicar, deputado Emério Resedá. Por exemplo, é importante sabermos se as estradas, as obras de infraestrutura como se propõe serão recuperadas. Quem viaja pela Bahia hoje está vendo uma paralisação total, apatia das obras.

Estive recentemente no município de Nordestina, uma obra, deputado Joélcio Martins, que é voltada àquele município, deputado Luciano,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Concluirei.

(...) que começou em julho do ano passado, 16 km apenas, deputado Carlos Gaban, fizeram seis, a obra está lá, uma máquina paralisada no canteiro, todas paralisadas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, deputado, para concluir.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Concluirei.

(...) Portanto, deputado Ferreira Ottomar, não é nada mais confortável do que o governo republicano poder apresentar de fato quais são as verdadeiras... por isso esse é o maior questionamento da Bancada da Oposição, esperamos que até a votação final o governo possa de fato traduzir entre o discurso e a prática...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) as suas verdadeiras intenções.

Agradeço, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para encaminhar, pelo tempo de 5 minutos, pela Liderança do PTN, o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, eu, pessoalmente, sou favorável ao empréstimo, porque o desgoverno Wagner, passando o calote nas empresas da Bahia do jeito que vem passando, atrapalha os municípios. O que é que tem ocorrido ultimamente? As empresas de construção, como não recebem do governo do Estado desde novembro, comprometeram seu capital de giro. Aí, realizam a obra no município, recebem o recurso do município, mas não estão podendo dar continuidade às obras porque os recursos que receberam do município estão cobrindo o déficit deixado pela irresponsabilidade do governo Wagner.

Sou favorável à obtenção desse empréstimo. Agora, a um governo que é um descontrole total, um governo que gastou dois bilhões que dizia que tinha em caixa, sem que ninguém saiba onde foi aplicado esse dinheiro... Desafio a Bancada do governo a citar uma grande obra do governo Wagner, a não ser o famoso estádio de Pituaçu, que estava orçado em R\$ 20 milhões e acabou... acabou não, porque até hoje não construíram as passarelas. Até hoje, o torcedor que vai a Pituaçu tem que correr o risco de atravessar a avenida Paralela no horário de pico, porque a doutora Maria Del Carmem, a grande presidente da Conder, não consegue construir as passarelas. A perseguição, deputada Maria Luiza, ao governo João Henrique é tão grande que poderiam contratar a Desal para construir as passarelas, mas não contratam.

Falando em perseguição, seria bom que a liderança do governo informasse por que a doutora Fátima, ou a dona Fátima, não liberou para os desabrigados de Salvador os colchões e os mantimentos que estão estocados nas Voluntárias Sociais em decorrência do “Carnaval sem fome”. Eu não sei por que essa perseguição ao povo de Salvador. Eu não sei que crime o prefeito João Henrique cometeu para que o

governador Wagner tenha essa mesquinha perseguição com a cidade do Salvador. Pois bem, um governo que não apresenta o plano de aplicação desse empréstimo, um governo que não tem critério, só sabe fazer política.

O jornalista Jânio Lopo denuncia a Bahiagás... a politicagem... O jornalista Jânio Lopo denuncia que só o PCdoB indicou mais de sessenta estagiários na Bahiagás – sessenta estagiários, deputado Paulo Câmera, tenho certeza de que nenhum indicado por V.Ex^a.

(O Sr. Javier Alfaya fala fora do microfone.)

Vou agradecer os esclarecimentos do deputado Javier Alfaya.

E notícias intranquilizadoras, porque o secretário Walter Pinheiro disse ontem ao jornalista Samuel Celestino que ele iria, com parte desse recurso, pagar folha de salário do funcionalismo estadual! Quer dizer, será que a Bahia, a administração Wagner que está desestruturando as finanças estaduais, já chegou a essa irresponsabilidade de estar tomando dinheiro caro, como disse aqui o deputado Gildásio Penedo, dinheiro muito caro para pagar o funcionalismo? Tiraram o dinheiro do Funprev e da Secretaria da Saúde para pagar o 13º salário, no final do ano, e o secretário Carlos Martins reconheceu aqui. Lógico que depois ele cobriu, mas isso é como se fosse nas finanças pessoais. Está-se recorrendo ao cheque especial, mas haverá um momento em que ninguém vai conseguir cobrir esse déficit.

É grave e crítica a situação do governo da Bahia, que recebeu um Estado saneado financeiramente, isso...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- (...) reconhecido pelo próprio governador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, o último orador inscrito, deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. W ALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Conselho Monetário Nacional, tendo em vista a grave crise financeira imobiliária que se abateu sobre o núcleo central do capitalismo internacional, os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão, a qual repercutiu sobre todas as nações, inclusive o Brasil, naturalmente com forte repercussão em todos os estados da Federação, decidiu aprovar, através de um contingenciamento de crédito, um volume de quatro bilhões de reais para ajudar os estados que tiveram uma forte frustração de arrecadação tributária. Entre todos eles, a Bahia foi o que mais sofreu com esta crise, porque tem a sua matriz econômica baseada principalmente na petroquímica, energia e comunicação. Por essa razão, está sendo beneficiada com um financiamento de 375 milhões de reais.

Como já informado nesta tribuna por outros colegas que me antecederam em diferentes ocasiões, o nosso Estado está convivendo com equilíbrio fiscal, financeiro e tem plena capacidade de endividamento. Tanto é que no último relatório de execução orçamentária apresentado pelo secretário Carlos Martins a esta Casa

Legislativa, a Bahia possui uma dívida pública de aproximadamente 10 bilhões de reais, o que corresponde a 0,7 da receita corrente líquida, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal permitiria até duas vezes essa receita.

Portanto, temos uma relação extremamente favorável do ponto de vista financeiro, o que nos permite contrair não só essa operação de crédito, como também outras operações de crédito, se forem necessárias, para aportar o caixa do Tesouro da Bahia. Trata-se de um financiamento importante para o nosso Estado. E tenho a impressão de que a inquietação da Oposição, na verdade, se explica, se revela muito mais pela aposta que ela está fazendo na crise. Infelizmente, com um único objetivo: tirar dividendo eleitoral da crise que se abate sobre o Brasil e a Bahia. Mas nós já informamos em alto e bom som, e quero popularmente destacar, que a Oposição pode tirar o seu cavalo da chuva, porque tanto a economia nacional quanto a do nosso Estado estão construídas em bases sólidas, subordinadas a políticas macroeconômicas que vão permitir a recuperação já no segundo semestre.

O Brasil está sendo reconhecido internacionalmente como um dos países mais preparados para o enfrentamento da crise, e o governador Jaques Wagner com a sua capacidade de articulação e negociação busca a cada dia novas fontes para a superação da frustração de arrecadação do nosso Estado. Já conseguimos esses 375 milhões com o BNDES, já conseguimos 178 milhões de antecipação de recursos do Fundeb, e outras negociações e articulações estão sendo realizadas pelo nosso governador para dotar o governo da Bahia de condições de pagamento.

De tal forma, como destacou o nosso secretário do Planejamento, Walter Pinheiro, esses recursos que são exclusivamente destinados à realização de investimentos, tendo como base o Plano Plurianual, que foi elaborado pela primeira vez na história da Bahia de forma democrática, com a participação de 12 mil delegados, e define com clareza os investimentos que vão permitir o desenvolvimento do nosso Estado.

Portanto, Sr. Presidente, os recursos serão aplicados de acordo com o Plano Plurianual, elaborado que foi por mais de 12 mil delegados de forma democrática, inédita no nosso Estado. Serão, naturalmente, recursos importantes para liberar o Tesouro do Estado no pagamento de pessoal, no pagamento do décimo-terceiro da previdência, para permitir aos recursos próprios do Tesouro do Estado a estabilidade fiscal, financeira e orçamentária do nosso Estado.

Portanto quero recomendar à nossa Bancada votar favoravelmente a esse requerimento de urgência, que vai permitir ao governo da Bahia o aporte de R\$ 375 milhões de reais oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, há pouco fiz uma solicitação a V.Ex^a no sentido de que esse projeto pudesse vir a ser apreciado com o posicionamento favorável da Oposição.

A Oposição entende – apesar da crise agora reconhecida pelo governo do Estado, já que há muito pouco tempo dizia que era uma marolinha que se abatia pelo País – que efetivamente as finanças do Estado da Bahia se deterioraram de uma maneira e com uma rapidez que causa a todos nós espanto e preocupação.

E a despeito do que diz o Líder do governo, que esses recursos serão utilizados para investimento em obras de infraestrutura, não é isso que diz o secretário do Planejamento do Estado da Bahia, Walter Pinheiro, que em declarações públicas em jornais de grande circulação do nosso Estado informava que esses recursos seriam utilizados para o pagamento de dívidas e para o pagamento da folha de pessoal, da folha dos servidores públicos do nosso Estado.

Sr. Presidente, a Oposição insiste em que poderia adotar um posicionamento diferente se esse governo, que tanto se diz um governo transparente, que fala tanto em republicanismo, fosse mais transparente, presidente Marcelo Nilo, se esse governo encaminhasse a relação dos projetos que poderão ser beneficiados por esses recursos para que o deputado Javier Alfaya possa tomar conhecimento de quais obras, de quais ações poderão ser atendidas com esse recurso.

Causa-nos espécie, Sr. Presidente, é estranho o motivo que faz o governo se recusar, o governo se recusa a informar a esta Casa como e onde serão aplicados esses recursos provenientes de um empréstimo junto ao BNDES. Ou o governo tem má vontade, Sr. Presidente, ou o governo não tem o devido respeito a esta Casa, e olhe que V.Ex^a, com a intenção de fazer com que esse projeto fosse efetivamente debatido e discutido à exaustão, quis ouvir a Comissão de Infraestrutura, e obviamente não vai ter o que ouvir, não vai ter o que falar, não vai ter o que se colocar, porque é uma incógnita, deputado Javier V.Ex^a deve ter acompanhado: o secretário de Planejamento diz uma coisa.

O Sr. Javier Alfaya:- O que está na imprensa não é oficial.

O Sr. Paulo Azi:- Ah, ele estava mal informado? O deputado Javier justifica, Sr. Presidente, que o deputado Walter Pinheiro, secretário do Planejamento, homem que considero preparado, um dos bons quadros que o PT tem nas suas fileiras, estava despreparado quando deu a entrevista na imprensa...

O Sr. Javier Alfaya:- Eu não disse isso.

O Sr. Paulo Azi:- Foi o que V.Ex^a sugeriu, deputado Javier. Não se pode entender, Sr. Presidente.

O Líder do governo, deputado Waldenor, escudado na mensagem governamental, informa que os recursos serão aplicados em investimentos, em obras de infraestrutura, mas que ninguém sabe quais são. Não sei se V.Ex^a...

Deputado Waldenor, tenha paciência, o plano plurianual do Governador Jaques Wagner, V.Ex^a sabe tanto quanto eu, é uma peça de ficção. Eu vou cobrar de V.Ex^a, no final do ano vou pegar o plano plurianual com as obras que estão lá previstas e vou mostrar a V.Ex^a que não foi cumprido.

A minha questão de ordem é que V.Ex^a proceda a uma verificação de quorum para que V.Ex^a possa submeter à votação o requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista o pedido do deputado Paulo Azi, eu queria de imediato convocar todos os colegas deputados e deputadas da Situação para que se façam presentes ao Plenário, pois há um solicitação de verificação de quorum de votação e precisamos de 32 Srs. Parlamentares no Plenário.

Eu queria rapidamente, Sr. Presidente, dizer que peça de ficção, infelizmente, foi o plano plurianual elaborado pelo governo anterior, entre 4 paredes, sem a participação popular, sem segmentos organizados, e o nosso foi resultado de 26 plenárias em 26 territórios de identidade. Doze mil delegados participaram da elaboração do plano plurianual que definiu as prioridades de investimento para o nosso governo. Portanto, o financiamento que ora discutimos e que é alvo desse requerimento de urgência terá como orientação o plano plurianual do nosso governo, destinação de recursos para construção de estradas, hospitais, escolas, aeroportos, portos, contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento, e assim por diante.

Em segundo lugar, queria dizer ao deputado Paulo Azi que ele não ouviu a entrevista do secretário Walter Pinheiro e não compreendeu. O que o secretário de Planejamento afirmou é que com esse financiamento que é destinado a investimentos vai liberar o tesouro do Estado da Bahia por uma maior folga no pagamento de despesas correntes de custeio, de manutenção e de pessoal. Foi isso que quis dizer o secretário Walter Pinheiro. Ora, se há um aporte, uma entrada de recursos para investimentos, é natural que dá uma folga ao tesouro do Estado, ao caixa do Estado para maior tranquilidade de pagamento de pessoal, de custeio e de manutenção.

Por isso, Sr. Presidente, queria solicitar a V.Ex^a que faça soar as campainhas, convidando os deputados e deputadas para que se façam presentes, pois há uma solicitação de verificação de quorum de votação e necessitamos de 32 Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes, na sala do cafezinho e em outras dependências desta Casa, há uma solicitação de quorum de votação do requerimento de urgência do Líder do governo.

Zerem o painel e marquem 25 minutos.

Solicito aos deputados Paulo Azi e Waldenor que marquem as presenças.

Srs. Deputados que queiram votar este requerimento marquem as suas presenças.

O Sr. Javier Alfaya:- Pela ordem, presidente, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Quero esclarecer, Sr. Presidente, na condição de membro da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, que a matéria que vamos apreciar agora, dentro de alguns minutos, deve, sim, ser apreciada pela Comissão presidida pelo deputado Ivo. Observando o que estabelece o

Regimento da Casa, fica claríssimo o papel da Comissão de Infraestrutura, que é, entre suas atribuições, o de dar opinião, emitir pareceres, discutir e debater matérias relativas a todo e qualquer assunto que tenha a ver com o que explicitamente diz o nome da própria comissão, que é bastante didático.

A Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo tem atribuição para opinar sobre políticas públicas relacionadas a projetos, planos, programas de desenvolvimento social e econômico do Estado e suas regiões, desenvolvimento e modernização da infraestrutura, obras públicas, transportes e comunicações, indústria, inclusive artesanato, turismo, comércio, serviços e agroindústria, políticas de turismo, subvenções, incentivos e isenções fiscais da empresa, atividades turísticas públicas e privadas, plano de desenvolvimento, expansão e incremento do turismo, planos e projetos governamentais e urbanização para melhoria da qualidade de vida das populações dos centros urbanos, política habitacional e política mineralógica e energética.

Portanto, de acordo com o parágrafo 6 do artigo 51, é bastante claro o papel da comissão que eu tenho a honra também de integrar.

Mas o que me moveu, principalmente, a pedir este tempo, deputado Marcelo Nilo, é para esclarecer o que eu considero uma fala com certo tom de brincadeira de alguns deputados quando se referiram à Bahiagás.

Li a entrevista, ou a suposta entrevista feita pelo jornalista Jânio Lopo, que não identifica seu entrevistado. Então é o entrevistador que não identifica o entrevistado porque há uma referência...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já tem quorum, deputado, para concluir.

O Sr. Javier Alfaya:- Só pra concluir.

(...) há uma referência muito ligeira ao secretário Batista Neves e depois segue uma suposta entrevista com uma fonte, deputado Marcelo, V.Ex^a que é engenheiro, um homem de formação técnica, que não cabe nenhum tipo de ilação em relação à Bahiagás ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor, já tem 32.

O Sr. Javier Alfaya:- (...) em outro momento faz o esclarecimento que merece tanto Magalhães como essa grande empresa pública da Bahia que é a Bahiagás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Retorno..., tendo em vista que há quorum para votação.

Srs. Deputados, em votação.

Como recomenda a Bancada de V.Ex^a, deputado Heraldo Rocha?

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, veja bem, foi muito bem colocado por todos os parlamentares da Oposição que assumiram a tribuna que não somos contra, de maneira alguma, esse projeto. Pela correspondência que nós da Bancada recebemos do Exm^o Sr. Secretário da Fazenda do Estado afirmando que a posição do Estado é de não assumir, não pagar os contratos, os fornecedores, isso foi dito na carta que recebemos - vou concluir, Sr. Presidente - e também por não existir um plano de aplicação a respeito deste projeto, por último, não contrariando e não

cansando V.Ex^a ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Jamais V.Ex^a me contraria, deputado, pode ter certeza.

O Sr. Heraldo Rocha:- (...) não cansando V.Ex^a, como bem colocou o deputado Elmar Nascimento, foi incluída mais uma comissão, virou agora já uma tradição dessa administração.

Então, por tudo isso eu recomendo a Bancada votar contra esse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo Rocha recomenda, Não. Como recomenda o deputado Waldenor? Sim, Não ou Abstenção?

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, antes de recomendar a minha Bancada votar favoravelmente, quero fazer apenas um registro de algo inédito no governo anterior, deputado Heraldo, que é o Secretário da Fazenda, de forma gentil, educada, responder a V.Ex^a.

O Sr. Heraldo Rocha:- Eu estou sendo mal-educado?

O Sr. Waldenor Pereira: Não, absolutamente, eu não falei isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Waldenor, depois eu darei a questão de ordem a V.Ex^a, porque agora é apenas para recomendar a sua Bancada.

O Sr. Waldenor Pereira:- Recomendamos a nossa Bancada votar favoravelmente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O Deputado Waldenor recomenda, Sim; o deputado Heraldo Rocha recomenda, Não.

Deputado Pedro Alcântara, como recomenda a Bancada de V.Ex^a?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sr. Presidente, recomenda, Sim, sem patrulhamento de voto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo recomenda, Não; deputado Waldenor, Líder do governo, recomenda, Sim; deputado Pedro Alcântara recomenda, Sim, sem patrulhamento.

Em votação. Srs. Deputados que queiram votar, que estejam presentes. (Pausa)

Vou encerrar a votação. (Pausa)

Encerrada a votação.

Resultado: Aprovado o requerimento, Sim, 40; Não, 15.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto. Projeto que está em Regime de Urgência nº 17.940/2009, de procedência do Poder Executivo, que altera os dispositivos da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007 e dá outras providências.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relação do Trabalho, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle. Designo o deputado Yulo Oiticica para relatar a matéria.

Antes, porém, há uma prorrogação solicitada pelo Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, que requer a prorrogação da sessão pelo tempo de 1.200 minutos.

Os Srs. Deputados que aprovam...

(Vários deputados da Oposição falam ao mesmo tempo).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): Srs. Deputados, V.Ex^{as} vão votar contra a prorrogação do deputado Waldenor? É só prorrogação, é praxe ? (Pausa) V.Ex^a quer quorum de votação, deputado Gildásio? Eu faço um apelo, teve quorum agora. É prorrogação de sessão. V.Ex^a quer quorum de prorrogação de sessão? Teve quorum agora, deputado. Deputado Gildásio, V.Ex^a está muito radical hoje, não é o estilo de V.Ex^a, quorum de prorrogação de sessão nunca houve aqui. Posso colocar em votação?

O Sr. Gaban:- (Inaudível)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Gaban quer o quê? Peça no microfone, por favor, deputado.

O deputado Gaban pede a votação da prorrogação de sessão. Tudo bem. Zere o painel, por favor. Os Srs. Deputados que queiram votar a prorrogação da sessão solicitada pelo deputado Waldenor Pereira, marquem as presenças. (Pausa)

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a prorrogação, com o voto contrário do deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar o nobre deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras presentes às Galerias Paulo Jackson, que ainda resistem aqui, quero ainda apelar para o Senhor do Bonfim para tocar o coração do deputado Heraldo Rocha a fim de que ele, em nome dos deputados da Bancada da Minoria, possibilite-nos votar esse projeto que traz de volta importantes funcionários públicos dos presídios da Bahia, que foram demitidos, em 1992, por uma atitude brutal do então secretário da Justiça.

Portanto, ainda há tempo de o deputado Heraldo Rocha assinar a dispensa de formalidades para votação desse projeto. Quero crer que ele, que foi um bom secretário da Justiça, Cidadania e Direitos humanos e um homem comprometido com esta luta, como é, tenho certeza que não vai fazer essa desfeita a vocês nesta noite.

Mas, Srs. Deputados, passo a relatar o parecer das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao projeto de número 17...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. YULO OITICICA:- Os deputados da Oposição não estão querendo trabalhar!

Calma, deputados, deixem-me ler meu parecer! Todas as Comissões terão que votar.

(Lê) *“Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exm^o Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora passo a relatar, propondo alterações na Lei nº 10.955/2007, que deu nova organização ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia.*

As modificações consistem na 'inserção de um novo parágrafo ao art. 7º da

referida Lei, permitindo a utilização dos recursos até então acumulados em uma conta específica do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – FUNPREV, a fim de desonerar o Tesouro Estadual no aporte que vem fazendo para pagamento dos benefícios previdenciários, sem que seja necessário aguardar o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo, e, tampouco, dependa de autorização do Conselho de Previdência do Estado – CONPREV', conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada à Assembleia, onde é destacado ainda que se trata de medida excepcional, 'válida apenas para os exercícios de 2009 e 2010, a fim de minimizar a redução de arrecadação estadual decorrente da atual crise mundial'.

Outro aspecto a ser ressaltado é que os recursos serão utilizados para a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios previdenciários que estão a cargo do FUNPREV, conforme previsto no art. 1º do projeto. A medida, portanto, não descaracterizará o modelo de capitalização parcial do Fundo e nem comprometerá a sua solvência. O que se propõe é que, no biênio 2009/2010 – tempo estimado para buscar a superação da crise e consequente retomada do crescimento econômico – os recursos até então acumulados possam ser utilizados para o pagamento de benefícios, como já afirmado.

O Governo do Estado tem atuado com determinação para buscar o saneamento financeiro do FUNPREV, e não se furtará à obrigação de assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos seus aposentados e pensionistas. O que se propõe, nunca é demais repetir, é a suspensão temporária dos repasses para capitalização do Fundo, por tempo determinado e em decorrência da crise econômica mundial, desonerando o Tesouro Estadual, parcial e momentaneamente, dos aportes que vem fazendo para a cobertura das insuficiências técnicas de há muito reveladas no plano de custeio do FUNPREV...”

Calma, deputados. Tem mais um projeto dos agentes de presídio depois desse. Por favor, não tenham tanta pressa.

“(...) Em relação às alterações propostas à Lei nº 10.955/2007, com a revogação dos incisos I, V e VII e da alínea 'b' do inciso VI do art. 5º, bem como dos incisos I, V e VII e da alínea 'b' do inciso VI do art. 7º, cumpre destacar que se tratam apenas de adequação legislativa, não trazendo qualquer prejuízo ao Fundo.

A proposição recebeu quatro emendas, sendo a primeira de autoria da Bancada da Minoria e as demais do Deputado Gaban.

A emenda nº 1 propõe a supressão dos arts. 1º e 2º do projeto. Opino pela rejeição da emenda, considerando, que a supressão de ambos os artigos, como proposto, implicaria na prática na rejeição do próprio projeto, que perderia sua razão de ser. Em relação à exclusão do art. 1º, que constitui efetivamente a essência da proposição, a supressão implicaria na impossibilidade de utilização dos recursos do Fundo para pagamento de benefícios previdenciários, o que vem a constituir a essência do projeto, e, portanto, seu principal objeto. Quanto à supressão do art. 2º, cabe registrar que a revogação dos dispositivos da Lei nº 10.955/2007, como previsto, faz-se necessária ante as seguintes razões: em relação ao inciso I dos arts.

5º e 7º, que versa sobre os 'recursos provenientes de dotações orçamentárias', é exigível a sua revogação uma vez que não constitui receita, como previsto na Lei referenciada; o inciso V dos mesmos artigos, que trata de 'reversão de saldos não aplicados', também é improcedente, uma vez que os saldos apurados no balanço de final do Fundo se convertem em disponibilidades destas para gastos futuros, conforme estabelecido no art. 73 da Lei nº 4.320/64; já a exclusão do inciso VII – “outros recursos extraordinários ou eventuais que lhe sejam atribuídos” – é necessária por ser claramente impreciso, desobedecendo a Lei Federal referida; quanto à revogação da alínea “b” do inciso VI de ambos os artigos, que versa sobre “renda de juros e de administração de seus capitais”, esta também é exigível, por implicar em flagrante duplicidade, uma vez que esta renda integra o patrimônio do Fundo, conforme previsto na alínea “c” do mesmo inciso.

A emenda nº 2 propõe alteração no art. 1º, para modificar a redação proposta ao § 2º do art. 7º da Lei nº 10.955/2007, acrescentando ainda o § 3º ao mesmo artigo. As alterações propostas são no sentido de que os recursos do Fundo somente possam ser utilizados com a aprovação do CONPREV e após aprovação dos sindicatos representativos dos servidores, impondo-se ainda ao Tesouro a realização de repasses ao Fundo para a cobertura de eventuais déficits financeiros. A emenda deve ser rejeitada, pois burocratiza a implementação de medida excepcional e temporária que, conforme se infere da mensagem do Governador que precede o Projeto de Lei, se faz necessária para que o Estado da Bahia possa minimizar os impactos decorrentes da relação desproporcional entre o aporte que os fundos previdenciários demandam do Tesouro Estadual e a atual redução na arrecadação do Estado, em razão da crise financeira mundial. Senão vejamos.

Hoje coexistem o FUNPREV e o BAPREV, Fundos Financeiro e da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, respectivamente, mas com alíquotas de contribuição diversas, posto que o Estado teve de implementar mudanças estruturais e operacionais no RPPS (Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia).

Assim sendo, foi criada uma espécie de poupança no Fundo Financeiro (FUNPREV), uma conta capitalizada responsável por acumular, a partir de 2008, pequena parte de sua receita, qual seja: a) valores repassados pelo INSS em razão da compensação financeira entre regimes e b) 2% dos valores repassados pelo Estado a título de contribuição previdenciária “patronal”. A Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, já previu a possibilidade de utilização dos recursos capitalizados pelo FUNPREV.

A presente proposição visa tão somente permitir uma antecipação da utilização desses recursos acumulados na conta capitalizável do FUNPREV exclusivamente para pagamento de benefícios previdenciários, e tão somente nos exercícios 2009 e 2010, pois, somente no mês de abril do corrente ano o valor do aporte mensal realizado pelo Tesouro Estadual na cobertura das insuficiências técnicas reveladas no plano de custeio do FUNPREV foi da ordem de R\$ 63 milhões (valor orçamentário). Sendo do senso comum que a grave crise mundial gerou

frustração na arrecadação do Estado, não faz sentido introduzir no PL, conforme pretende o Deputado proponente da emenda, etapas de autorização, seja pelo CONPREV, seja pelos sindicatos representativos dos servidores estaduais, que poderiam constituir verdadeiras instâncias de burocratização da medida. Ressalte-se, inclusive, que os servidores e a sociedade civil encontram-se devidamente representados no Conselho, pelo que a inserção da autorização “pelos sindicatos representativos dos servidores públicos” demonstra ser de todo redundante. Somada a essa impropriedade, enfatize-se, ainda, o fato de serem essas representações entidades de direito privado, residindo em tal fato mais uma inadequação da proposição de emenda, posto que estar-se-ia, obliquamente, admitindo-se que o Estado sub-rogasse a tais entidades o seu poder-dever e a sua capacidade de gestão e de deliberação final quanto às destinações de sua dotação.

Ademais, ante o atual cenário de crise, e fazendo-se necessária a adoção imediata de medidas enérgicas visando reduzir, parcial e momentaneamente, o aporte pelo Tesouro Estadual, demonstra-se dotado de razoabilidade o entendimento de que a submissão do tema ao processo legislativo, com todo o seu rigor, é suficiente para que sejam resguardados os interesses dos servidores, a partir da análise realizada por seus representantes eleitos.

Quanto ao § 3º proposto na presente emenda o mesmo revela-se inócuo, uma vez que, independentemente de previsão legal, no sentido indicado pelo Deputado Gaban em sua emenda, o Tesouro Estadual já realiza o aporte necessário para a cobertura das insuficiências técnicas reveladas nos planos de custeio dos fundos previdenciários.

A emenda nº 3 propõe a mesma redação ao § 2º do art. 7º da Lei nº 10.955/2007 que a emenda nº 2, apenas não contemplando a inserção do § 3º, como é proposto na emenda anterior. A emenda deve ser rejeitada, pelos fundamentos elencados na justificativa da rejeição da emenda de nº 2, também de autoria do deputado Gaban, pois reproduz parcialmente a modificação sugerida naquela.

A emenda nº 4 propõe a supressão do art. 2º do projeto. Opino pela rejeição, ante as mesmas razões que justificaram a rejeição da emenda nº 1.

Por fim, objetivando realizar algumas correções no texto do projeto, apresento, na condição de Relator, as seguintes emendas:

Emenda de Relator nº 1:

Substitua-se, nos ‘caputs’ dos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei nº 17.940/2009, a expressão “Lei nº 10.995, de 21 de dezembro de 2007”, por “Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007”.

Justificativa: esta emenda destina-se a corrigir claro erro de digitação no número da Lei, sendo inequívoco que os dispositivos legais citados nos artigos 1º e 2º constam efetivamente da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007.

Emenda de Relator nº 2:

Modifique-se, no art. 1º do Projeto de Lei nº 17.940/2009, a redação proposta ao § 2º do art. 7º da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, a qual passará a ser a seguinte:

“Art. 1º -

Art. 7º -

§ 2º - *Excepcionalmente, no exercício de 2009 e até o final do exercício de 2010, os recursos creditados e acumulados na conta a que se refere o parágrafo anterior, desde a sua abertura, poderão ser utilizados para a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios previdenciários a cargo do FUNPREV, independentemente de autorização do CONPREV.”*

Justificativa: esta emenda destina-se a dar maior clareza ao dispositivo proposto, no sentido de que a autorização concedida pelo presente projeto, para utilização de recursos do Fundo para o pagamento de benefícios previdenciários, somente terá vigência até o final do exercício de 2010.

Ante o exposto, opino pela aprovação do projeto ora relatado com as alterações decorrentes das Emendas de Relator.”

Sr. Presidente, este é o parecer.

Portanto, opino por sua aprovação, sem esquecer, Sr. Presidente, de fazer um apelo, mais uma vez, aos deputados da Oposição, para que possibilitem ao deputado Heraldo Rocha a, sem dispensa de formalidades, fazer justiça aos brilhantes, resistentes funcionários públicos que estão aqui, que são os agentes de presídio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões.

O Sr. Misael Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Misael Neto.

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, eu prestei atenção ao pronunciamento do deputado Yulo, relatando o parecer ao projeto de lei nº 17.940, que trata da previdência.

Buscando a Constituição do Estado da Bahia, peço a V.Exª que olhe o art. 161, ela disciplina que:

“Art. 161 - São vedados:

...

VIII - a utilização, em qualquer hipótese, de recursos da previdência...”

A segunda parte trata de outra modalidade que é vedada, e abre apenas uma exceção para se mexer em recurso da previdência: “*quando se tratar do pagamento de salários dos servidores;...”*

O legislador quis disciplinar muito bem isso em razão da seriedade com que deve ser tratada a previdência do Estado. No entanto, um artigo do projeto de lei relatado pelo deputado Yulo Oiticica diz que é exclusivamente para o pagamento de benefícios previdenciários.

São duas matérias distintas, e como nós sabemos, legisladores que somos, não podemos tratar de matéria constitucional por meio de lei ordinária. Caso o governo do Estado quisesse fazer essa alteração, deveria ser através de um Projeto de Emenda Constitucional, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o próprio artigo diz que: “sem autorização legislativa específica”, que é o caso do que se está apreciando.

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, faz parte do artigo: “a utilização, em qualquer hipótese, de recursos da previdência...” Isso é uma parte do artigo.

A segunda parte: “...e, sem a autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal...”

A autorização legislativa, da Assembleia, é somente para recursos do orçamento fiscal. O artigo disciplina duas matérias. No caso, a expressão “a utilização, em qualquer hipótese,” veda taxativamente, abrindo somente uma hipótese, que seria para o pagamento de salários de servidores e não, de benefício previdenciários.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o governo está inclusive atendendo esse artigo. Ele está mandando uma legislação específica, sem a autorização do Legislativo que não poderia. Por vênha a V.Ex^a ...

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, apelo a V.Ex^a que leia com cuidado esse artigo. E até se de alguma forma se consulte em Dr. Carlos, que está ao seu lado, porque este artigo disciplina duas matérias. A primeira parte disciplina que é vedada a utilização em qualquer hipótese de recurso da previdência. E a segunda parte fala da autorização legislativa. E mesmo que se fosse, Sr. Presidente, este artigo aqui deveria tratado através de emenda constitucional. Estamos alterando um artigo da Constituição do Estado da Bahia. Não seria através de uma lei ordinária. A hierarquia das leis, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com todo respeito e admiração que tenho por V.Ex^a, indefiro a sua questão de ordem, vez que a própria diz sem autorização Legislativa específica, que não é o caso, está se pedindo autorização.

O Sr. Misael Neto:- Sr. Presidente, então, eu gostaria de recorrer ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, recorrer ao Plenário?! Deputado?!

O Sr. Misael Neto:- Gostaria de recorrer, presidente. Gostaria que V.Ex^a também fizesse uma verificação de quorum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, tem que pedir um ou outro. O que é que V.Ex^a pede primeiro?

O Sr. Misael Neto:- Verificação de quorum de votação, porque estou recorrendo ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim. V.Ex^a quer o quê? É quorum de votação?

O Sr. Misael Neto:- V.Ex^a decidiu contrariamente ao meu posicionamento, estou recorrendo ao Plenário, para isso gostaria que V.Ex^a requeresse a verificação de quorum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou levar ao Plenário. Agora, V.Ex^a não pode pedir duas questões de ordem ao mesmo tempo. Posteriormente, V.Ex^a pede a verificação de quorum. V.Ex^a recorre da minha decisão. Vou levar para o Plenário.

Srs. Deputados,...

O Sr. Misael Neto:- Eu quero quorum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a quer quorum para votação do requerimento de V.Ex^a. Tudo bem!

O Sr. Paulo Rangel:- Ele não pode.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele pode recorrer de uma decisão do presidente. Aí, ele pode.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Quero fazer uma questão de ordem para contrapor respeitosamente o deputado Misael, chamar a atenção de que o artigo a que ele faz referência diz respeito ao Capítulo 3, que trata dos orçamentos, sobre o qual o art. 161, que é referência que o deputado Misael faz ao inciso VIII. Quando ele fala que é vedada a utilização em qualquer hipótese de recurso da previdência, é relativo ao Orçamento.

Neste caso específico do projeto de lei, deputado Misael, o próprio projeto de lei já está dizendo, V.Ex^a pode ler, eu vou ler aqui para a V.Ex^a, que os recursos serão obrigatoriamente, exclusivamente, destinados a despesas previdenciárias. Então, não está retirando...

O Sr. Misael Neto:- Pagamento de salário.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não, aqui não é para salário não. O projeto de lei, deputado Marcelo Nilo, faço questão de fazer a leitura para conhecimento de V.Ex^a, no projeto de lei, há uma menção clara e precisa de tratar-se de recursos destinados exclusivamente a despesas previdenciárias. Não se está utilizando recurso para outra finalidade que não seja para a própria previdência. Está apenas se solicitando uma autorização da Assembleia para fazer uso de uma conta capitalizada para fazer pagamento à própria previdência. Não há nenhum...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Waldenor, já indeferi a questão de ordem dele, mas ele tem direito de recorrer da minha decisão. Infelizmente, o deputado Misael faz uma questão de ordem sem nexo, na minha opinião, e eu não posso deixar de...

Eu vou zerar, marcar os 25 minutos...

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Quero só consultar. V.Ex^a vai fazer uma verificação de quorum ou vai colocar em votação o recurso dele?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a poderia aguardar votarmos na comissão e depois o requerimento na Ordem do Dia?

O Sr. Misael Neto:- Não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Misael, nunca vi um pedido desses aqui. Estou aqui há 18 anos. Tudo bem! Ele tem o direito de recorrer da minha decisão. Vamos marcar os 25 minutos e votar a minha decisão e a do deputado Misael. Infelizmente, não posso...

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Waldenor Pereira:- Nesse caso, Sr. Presidente, solicito uma questão de ordem para convocar os deputados da Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem até 5 minutos para convocar o seu pessoal.

O Sr. Waldenor Pereira:- O recurso apresentado pelo deputado Misael Neto na nossa avaliação é totalmente improcedente porque faz uma leitura equivocada da Constituição, mas considerando tratar-se dum recurso regimental - se é assim, V.Ex^a está acolhendo - eu quero convocar toda a base da Situação, os deputados e deputadas membros da nossa Bancada, para imediatamente se deslocarem até o Plenário desta Casa, pois colocaremos em votação o recurso e, em seguida, já veremos o quorum de votação para apreciação do parecer que acaba de ser lido pelo deputado Yulo Oiticica.

Nesse sentido, Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a pudesse também nos ajudar a convocar todos os deputados que se encontram nas diferentes dependências da Assembleia, disponibilizando 25 minutos como determina o acordo de Lideranças, tendo em vista que se trata dum quorum de votação fazendo-se necessária a presença de 32 Srs. Parlamentares. Deputados e deputadas da Bancada da Situação, por favor, solicitamos a V.Ex^{as} que se dirijam ao Plenário, já que há um pedido de verificação do quorum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há verificação do quorum de votação. Srs. Deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, venham para o Plenário.

Zere-se o painel. Marquem-se 25 minutos.

Srs. Deputados, marquem as presenças. Eu gostaria que o deputado Misael Neto marcasse a presença. Por favor, marque-a.

Já há quorum de votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com o voto contrário do deputado Misael, único que marcou presença.

Aprovada a decisão da Mesa. Os Srs. Deputados que não concordam com a decisão da Mesa se manifestem. O deputado Misael se manifestou.

Vou registrar: deputados João Carlos Bacelar, Gildásio, Elmar Nascimento, Misael, Eliedson, Júnior Magalhães, Luiz de Deus, Paulo Azi. Fica a decisão da Mesa.

Em votação o parecer do relator no âmbito das Comissões.

Deputado Heraldo Rocha, pela ordem.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, gostaria de pedir uma verificação de quorum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Srs. Deputados, há solicitação de verificação de quorum no âmbito das comissões.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Gostaria de solicitar a V.Ex^a que determinasse a

marcação de 15 minutos, se necessário for, para que possamos fazer a recomposição do quorum de votação no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Srs. Deputados que compõem as Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciências, Tecnologia e Serviço Público; e de Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle se dirijam ao Plenário, pois há uma verificação do quorum no âmbito das comissões.

(O Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Solicito que seja zerado o painel, e seja marcado o tempo de 15 minutos.

(O Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, procede à verificação de quorum de votação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum de votação na Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista a presença de 6 Srs. Deputados,

(O Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, procede à verificação de quorum de votação no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum de votação na Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público, tendo em vista a presença de 6 Srs. Deputados.

(O Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, procede à verificação de quorum de votação no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum de votação na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, tendo em vista a presença de 8 Srs. Deputados.

(O Sr. Presidente, Marcelo Nilo, procede a chamada de votação no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, fiscalização e Controle)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Luiz Augusto, V.Ex^a vota com o relator ou contra o relator? V.Ex^a segue a orientação do Líder Waldenor Pereira? A recomendação do Líder de V.Ex^a é votar sim. Como vota V.Ex^a?

O Sr. Luiz Augusto:- Voto sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, como vota V.Ex^a?

O Sr. Paulo Azi:- Voto não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Menezes, como vota V.Ex^a?

O Sr. Adolfo Menezes:- Voto sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Arthur Maia, como vota V.Ex^a?

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Voto não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar Nascimento, como vota V.Ex^a?

O Sr. Elmar Nascimento:- Voto não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, como vota V.Ex^a?

O Sr. Gaban:- Voto não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Câmara, como vota V.Ex^a?

O Sr. Paulo Câmara:- Voto sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Yulo Oiticica, como vota V.Ex^a?

O Sr. Yulo Oiticica:- Voto sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já que temos um empate, designo o deputado Arthur Maia para elaboração da redação final pelo tempo de 1 hora. Assim, suspendo a sessão por uma hora para que V.Ex^a elabore a redação final.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Declaro reaberto os trabalhos.

Estamos em votação do projeto de lei nº 17.940/2009, de procedência do Poder Executivo.

Conforme edição anterior, designamos o deputado Arthur Maia, membro da comissão, tendo em vista que esta empatou por 4 a 4, e só tem aprovação se tiver maioria simples. Demos uma hora para o deputado fazer a redação final.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao deputado Arthur Maia para fazer a redação final sobre o voto vencido.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de apresentar o meu parecer, queria fazer uma ponderação.

Vejam bem, temos no Regimento uma omissão em relação ao prazo para apresentar um voto divergente no caso de um parecer ser derrotado na comissão, como foi o que aconteceu agora.

Isso, naturalmente, fica ao alvitre de V.Ex^a estabelecer o prazo para que se proceda à elaboração de um parecer. Mas, Sr. Presidente, V.Ex^a que é um deputado experiente na Casa, um homem que conhece o Parlamento, conhece o trâmite legislativo há de convir que, por uma questão de bom senso, uma hora para se fazer um parecer é muito pouco tempo, afinal de contas é um voto divergente e tem que ser fundamentado, esclarecido, tem que trazer todo um arrazoado de posições que justifique a votação que foi dada contra.

Então, nesse sentido, queria ponderar, não é a primeira vez que um deputado nesta Casa é obrigado a fazer um parecer no exíguo prazo de uma hora. E eu quero reforçar a minha opinião de que é um prazo que não condiz com a necessidade daquele que vai fazer a relatoria de um projeto de lei.

Mas quero dizer que o parecer é apresentado nos seguintes termos:

(Lê) *“Parecer da Comissão de Finanças Orçamento Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 17.940/2009 de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos da lei nº 10.955/2007 e dá outras providências:*

Após parecer exarado pelo ilustre deputado Yulo Oiticica apresentamos parecer divergente fundado nas seguintes motivações:

Da Inconstitucionalidade do Projeto

Estabelece o art. 161, inciso VIII da Constituição do Estado da Bahia in

verbis:

art. 161 - São vedados:

VIII - a utilização, em qualquer hipótese, de recursos da previdência e, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal...”

Ou seja, em relação aos recursos da previdência, não há dúvida, Sr. Presidente, são vedados a utilização, e a Constituição reforça o dispositivo em qualquer hipótese de recursos da previdência. E continua, sem autorização de recursos do orçamento fiscal. Quer dizer, são duas fontes diferentes: recursos da previdência e recursos do orçamento fiscal.

Em relação aos recursos da previdência, a Constituição é afirmativa, taxativa e definitiva. É vedada a utilização. Em relação aos recursos do orçamento fiscal, carece de autorização legislativa. Aí diz: em relação aos recursos do orçamento fiscal, mediante autorização legislativa, pode ser utilizado para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos ressaltada apenas quando se tratar de pagamento de salários de servidores, que não é o caso.

Ou seja, a única hipótese de não necessitar da autorização legislativa para o uso do orçamento fiscal para cobrir déficit de fundos de empresas ou de fundações é quando deve pagar salários de servidores, que não é o caso. Mas no caso de recurso da previdência, a Constituição tem uma clareza meridiana, portanto fica claro que esta lei é inconstitucional. Segue o parecer: (Lê) *“Resta explicitado pelo referido dispositivo que os recursos da previdência são absolutamente intocáveis e que mesmo os recursos do orçamento fiscal carecem de específica autorização legislativa quando a finalidade for cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;*

A utilização dos recursos previdenciários são pois destacadas pelo constituinte como inalienáveis, preservados de qualquer utilização.”

O segundo ponto que nós trazemos à apreciação desta Casa: *“Da necessidade de aprovação pela Secretaria de Previdência Social”*.

E aí quero dizer a V.Ex^a que tive a honra de, quando era presidente desta Casa o ilustre deputado Carlos Gaban, ser o presidente da comissão que constituiu a nossa Albaprev. A Albaprev, diferentemente do Funprev, que é Fundo Previdenciário que paga o próprio salário do servidor, é um fundo complementar do salário dos Srs. Deputados, nós conhecemos a Albaprev aqui.

Imaginem os senhores que, mesmo a Albaprev, para ser aprovada, para ter seu funcionamento, para receber recursos públicos, precisa ser submetida à aprovação da Secretaria da Previdência Social, que por sua vez é uma secretaria vinculada ao Ministério da Previdência Social e que tem a finalidade de fiscalizar a vida de todo e qualquer instituto de previdência neste País. E isso aconteceu justamente a partir de 2005, depois que o presidente Lula promoveu a reforma da Previdência e, com o sentido de coibir os déficits da Previdência, fez uma fiscalização incisiva, deputado Heraldo Rocha, da mesma forma como o Banco Central exerce fiscalização sobre os bancos, para que não aconteçam rombos, o banco não empreste mais do que tem, etc.

Da mesma forma, existe em Brasília essa fiscalização firme do Ministério da Previdência, através da secretaria, de sorte que qualquer produção legislativa que

fizermos aqui necessariamente será avaliada lá em cima, porque se estiver contra o cálculo atuarial não vale. Todo instituto de previdência tem que fazer periodicamente o seu cálculo atuarial, que é remetido para a Secretaria da Previdência, que avalia o que está ali no cálculo atuarial.

Se a Previdência concluir que aquele cálculo atuarial não permite a liquidez para pagar tudo aquilo a que a previdência se propõe, a previdência sofre a intervenção, e foi o que aconteceu com o Funprev. O Funprev não tem hoje liquidez para pagar todas as suas obrigações, e é por isso que o Estado está obrigado a fazer esse tipo de suprimento que agora se propõe a retirar. Mas está no parecer o seguinte:

(Lê) *“Todo e qualquer instituto de previdência no Brasil está submetido aos ditames do Ministério da Previdência Social, que, através da Secretaria de Previdência Social procede periódicas inspeções nestes institutos com a finalidade de preservar a saúde financeira dos mesmos através de avaliação dos cálculos atuariais.*

Desta forma, qualquer produção legislativa produzida, necessariamente tem que ser submetida à deliberação da Secretaria em tela. Esta realidade, trazida pela reforma da Previdência Social de 2005, visa justamente impedir antigos abusos perpetrados por governos irresponsáveis contra fundos de previdência e que ao longo da história impuseram déficit repetidos que sangrou os cofres públicos e fomentou a crise do estado.

Diante do exposto, nosso parecer é pela rejeição do presente projeto de lei.

SMJ,

Plenário da Assembleia Legislativa da Bahia em 12 de maio de 2009”.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A redação final do deputado Arthur Maia fica registrada. quorum de votação. Na Comissão de Defesa do Consumidor e de Relações do Trabalho. Tendo em vista que já tínhamos 4 minutos, marque 11 minutos para quorum de votação.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, apenas para lembrar a V.Ex^a, como é de praxe, se necessário for, o estabelecimento de 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, como nós já começamos e já marcamos 4 minutos, agora, como falta só uma comissão, eu gostaria de que se marcassem 11 minutos, porque quando nós terminamos nós tínhamos 4.

(O Sr. Presidente inicia a chamada nominal.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, volto a protestar pela inclusão da Comissão de Direito do Consumidor no exame de uma matéria previdenciária. Só

aceito essa tese da defesa do consumidor se o que estamos praticando ou o que o governo quer praticar for realmente uma fraude contra o servidor. Aí, sim, é preciso mesmo de Defesa do Consumidor e de Justiça.

Mas, Sr. Presidente, quero que fique registrado o meu protesto pela inclusão dessa comissão nesse assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões.

O Sr. Júnior Magalhães:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para uma questão de ordem, o deputado Júnior.

O Sr. Júnior Magalhães:- Peço a V.Ex^a que informe de quem o deputado Ivo de Assis é suplente. Ele tem de ser suplente de algum deputado do PR.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem toda a razão. O deputado Ivo de Assis sai.

(O Sr. Presidente conclui a chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões que estavam faltando: Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado pela unanimidade dos presentes.

Lembrando que foi aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e rejeitada na de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Pelo Regimento, quando passa em uma – e passaram em duas neste caso –, vai para o Plenário decidir.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Como foi votado, nesse instante, o parecer do deputado Arthur Maia, então foi aprovado o parecer...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não foi votado o parecer do deputado Arthur Maia.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a colocou em votação o parecer que acabou de ser relatado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, o deputado Arthur Maia não apresentou parecer nenhum. Ele apenas fez uma redação final.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a, *data venia*, que V.Ex^a consulte as notas taquigráficas, V.Ex^a designou o deputado Arthur Maia para relatar o parecer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não, ele fez a redação final do parecer.

O Sr. Gaban:- A redação final do parecer...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A redação final do voto vencido.

O Sr. Gaban:- A redação final do parecer que foi votado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, o deputado Arthur Maia foi fazer o relato final. V.Ex^a colocou em votação e foi aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, Sr. Presidente, ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Gaban:- Em momento algum, V.Ex^a citou, nem poderia, nem poderia citar o parecer do deputado Yulo Oiticica. V.Ex^a colocou em votação, óbvio, o que foi relatado pelo deputado Arthur Maia. Se o governo não concordasse, deveria votar contra o parecer do deputado Arthur Maia, que seria rejeitado. Mas o parecer do deputado Arthur Maia foi aprovado. Está claríssimo isso, Sr. Presidente. Não há dúvida nenhuma. Não há nenhuma dúvida nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Arthur, ...

O Sr. Gaban:- Não foi derrotado. O que nós lemos agora na Comissão de Finanças foi o novo parecer que foi aprovado pelas outras comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, ...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a, da forma correta, já que foi rejeitado em apenas uma comissão ou outra e foi aprovado o parecer final do deputado Arthur Maia, dentro das outras comissões, considero aprovado o parecer do deputado Arthur Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, o deputado Arthur Maia não foi relator, ele apenas fez a redação final, está muito claro. O que nós colocamos em votação foi o parecer do nobre deputado Yulo Oiticica, do deputado Yulo Oiticica. Nós não colocamos em votação o parecer do deputado Arthur porque não poderíamos. O deputado Arthur Maia não fez nenhum relato para ser votado em Plenário. V.Ex^a foi presidente, e...

O Sr. Gaban:- Presidente, Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, ...

O Sr. Gaban:- *Data venia...*

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou conceder um aparte a V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Arthur Maia fez apenas um relatório final, conforme o Regimento da Casa. O parecer que existe aqui, que é aprovado ou rejeitado é o parecer do nobre deputado Yulo Oiticica.

O Sr. Deputado Waldenor Pereira:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Deputado Waldenor Pereira:- Queria apenas ajudar essa discussão do ponto de vista regimental. O Capítulo 2 do Regimento, que trata da Presidência no art. 41, Inciso XVIII é bastante claro, muito claro, diz que “*declarar rejeitados os Projetos de Lei, Resoluções ou Decretos Legislativos que tiverem recebido, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as Comissões que os apreciaram;*”

Ora, Sr. Presidente. Sr. Presidente, permita-me a atenção de V.Ex^a? Eu estou me referindo ao Inciso XVIII, Capítulo 2, art. 41, que trata da Presidência. O inciso é bastante claro quando diz que só pode ser rejeitado um projeto de lei, uma resolução ou um decreto legislativo se ele for rejeitado por todas as comissões de mérito. Ora, nós o aprovamos na Comissão de Educação e Serviço Público, aprovamos na

Comissão de Direitos e Defesa do Consumidor e, portanto, o fato de ele não ter passado pela Comissão de Finanças, V.Ex^a tem que colocá-lo no Plenário, no Plenário para a votação dos Srs. Deputados. É muito claro o Regimento. O Regimento é muito claro.

Portanto, eu queria solicitar a V.Ex^a que possa proceder como estabelece o art. 41, Inciso XVIII do Regimento desta Casa que, de forma bastante clara e transparente, discrimina com bastante precisão que o projeto só seria rejeitado se fosse rejeitado por todas as comissões de mérito. De mérito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o deputado Gaban foi presidente, e sabe. É que o deputado Gaban tem sido muito atuante, ele está lendo tudo detalhadamente. Mas esse artigo é mesmo muito claro, deputado. Quando passa em uma comissão, vai direto para o Plenário. Passar em duas comissões... foi votado o parecer do nobre deputado Yulo Oiticica. Eu não posso colocar o parecer do deputado Arthur Maia porque o deputado Arthur Maia não fez nenhum parecer de comissão. Ele apenas fez a redação final. Isso ficou muito claro nas minhas palavras que estão registradas nas notas taquigráficas.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, V.Ex^a colocou - e não poderia ser diferente - para votação o que determina o Regimento Interno. Em nenhum momento questionamos aqui, muito menos eu, qual foi ou deixou de ser aprovado. O que estou colocando aqui é que V.Ex^a colocou em votação a redação final que foi lida pelo nobre deputado Arthur Maia. Por um cochilo ou por um descuido, ou então pela concordância, acredito que pela concordância com a redação final dada pelo nobre deputado Arthur Maia, o governo, votou favorável à redação final. Está claro. É só ver o que foi colocado em votação, deputado. É só recorrer às notas taquigráficas, à gravação, ao áudio. Não pode ser diferente. O que ele fez foi...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban...

O Sr. Gaban:- Só para concluir o meu raciocínio.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Gaban:- O que foi feito agora é a redação final do parecer. A redação final foi lida pelo deputado Arthur Maia que considera o projeto inconstitucional pelas razões expostas, é isso que foi votado. Dizer agora que não foi votada a redação final, foi votada a paternidade não sei de quê, aí não sei do que estão falando. A coisa é muito clara, se tem redação final, se foi nomeado um outro relator com a finalidade específica de fazer uma redação final, V.Ex^{as} aprovaram a redação final, não tem nenhuma dúvida. Se tiver alguma dúvida recorra à gravação, às notas taquigráficas, mas o áudio é melhor do que nada, é a redação final que foi aprovada, a redação final que V.Ex^a designou o nobre deputado Arthur Maia dando apenas uma hora para que ele assim procedesse. Teve o protesto do deputado Arthur Maia, o meu protesto em outra oportunidade, porque uma hora era muito pouco para fazer todas as análises e ter a redação final de um projeto complexo como este.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. Gaban:- Então, Sr. Presidente, apenas que cumpra o que foi, neste momento aprovado, a redação final lida pelo nobre deputado Arthur Maia, o mais não existe, Sr. Presidente.

O Sr. Arthur Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Arthur Maia, último orador sobre esse assunto, por favor.

O Sr. Arthur Maia:- Sr. Presidente, veja bem, sei que V.Ex^a não tem nenhuma culpa nisso, afinal de contas, de fato, o Regimento é absolutamente omissivo nesse particular, o Regimento está há muito merecendo uma revisão da nossa parte que, infelizmente, nunca aconteceu pela falta de acordo para que obtivéssemos o consenso de mudar o Regimento. Permita-me apenas fazer uma avaliação, independente de qualquer posicionamento ou de opinião.

Veja só, não posso concordar apenas com a terminologia de que eu apenas dei uma redação final, porque redação final não muda mérito. Redação final é uma coisa que foi mal escrita, aí passa para para outro para fazer uma redação final. Quando muda mérito não pode ser redação final. A minha opinião a respeito do projeto de lei é diametralmente oposta à opinião trazida aqui pelo deputado Yulo Oiticica, absolutamente oposta. É numa direção a do deputado Yulo Oiticica e a minha opinião é em outra direção.

De sorte que não pode ser considerada uma mera redação final. Eu dei um parecer divergente do deputado Yulo Oiticica. Pode-se até dizer que eu resumi a opinião dos membros da comissão, é verdade, mas nunca redação final. Redação final o deputado Yulo Oiticica deu no próprio parecer dele. Eu não, eu emiti um novo juízo de valor. Concordo que naturalmente os deputados que votaram a favor votaram pensando que estavam votando no deputado Yulo Oiticica. Isso não tenho dúvida nenhuma, absolutamente nenhuma dúvida.

Agora, Sr. Presidente, penso que é preciso que a gente esclareça melhor como se dá esse trâmite de quando um projeto é rejeitado em uma comissão, porque o deputado Yulo Oiticica não é membro de todas as comissões como eu também não sou, por que é que o meu parecer que venceu não passa a prevalecer também para ser julgado pelas outras comissões e o parecer do deputado que foi derrotado prevalece?

É uma questão que precisa ser melhor trabalhada nesta Casa, e aí isento V.Ex^a de qualquer responsabilidade, porque V.Ex^a não tem realmente a responsabilidade sobre o Regimento que está atrasado. Agora, penso que, primeiro, não pode ser considerado um parecer divergente como redação final. E segundo, Sr. Presidente, é que acho que esse tipo de ação repetida que está acontecendo aqui na Casa, que também não é culpa de V.Ex^a, mas é a pressa do governo de querer tomar o dinheiro da Previdência, de votar tudo sem as comissões. As comissões são a alma desta Casa, sem as comissões esta Casa não funciona. Sem as comissões nesta Casa não há debate. É inacreditável, porque eu fiz parte da Oposição ao carlismo durante dezesseis anos, e sempre disse e continuo dizendo as mesmas coisas: é inaceitável que essa Casa continue excluindo as comissões em projetos importantes e trazendo-os para o Plenário para acabar com a discussão. Esse não era o discurso do PT de

antigamente.

A minha dor, presidente, é igual àquele quadro de Jó Soares antigamente: “Eu acreditei.” Eu acreditei, meu Deus, que o PT falava a verdade quando dizia que queria o debate, que iria aprofundar a discussão. Essa forma de debater projetos importantes, Sr. Presidente, aqui na Assembleia, sem passar pelas comissões, em reuniões como essa, é um absurdo. E V.Ex^a, naturalmente, está aí enfrentando dificuldades de ter que superar esta sessão com o Regimento absolutamente atrasado. Esta é a minha ponderação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Artur Maia, antes de conceder a palavra ao último orador... Aliás, eu gostaria de fazer um apelo ao deputado Zé Neto: o assunto já está liquidado.

Deputado Arthur Maia, foi votado um parecer de autoria do deputado Yulo Oiticica. Vai, então, para o Plenário o parecer do deputado Yulo Oiticica. Se for rejeitado, aí, sim, coloco o de V.Ex^a em votação, e, provavelmente será acatado. Veja bem, o Regimento é muito claro e diz que se passar em uma comissão – passou em duas – o parecer do relator, original, vai para o Plenário. Se o parecer do nobre deputado Yulo Oiticica for rejeitado, eu coloco a redação final de autoria de V.Ex^a para o Plenário. Isso é que é decisão.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, com muito respeito, sem querer polemizar, se é designado um relator e o relator apresenta na primeira comissão, e o parecer dele é mudado...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Na primeira comissão?

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- O parecer dele foi modificado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não foi modificado.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Foi, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Na de Justiça passou, deputado. Se fosse rejeitado na Comissão de Justiça...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Foi, presidente, na primeira comissão temática.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, foi na segunda comissão temática. A primeira foi Educação – aprovado. Depois o voto de V.Ex^a foi rejeitado; foi para a terceira e foi aprovado... E, aí, o Regimento...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Bom, se foi na segunda comissão temática, então, obviamente, o projeto tem que ir ao Plenário. Não tenho dúvida. Eu até aí faço a “mea-culpa”. Eu não vi que tinha sido aprovado na primeira comissão. Mas, de qualquer maneira, presidente, eu não tenho dúvida de que as pessoas que votaram a favor do parecer, votaram achando que era o parecer do deputado Yulo, obviamente quem incorreu... e ele incorreu em erro também por falha do Regimento. De sorte que isso... Eu não vou querer que prevaleça meu parecer por as pessoas terem incorrido em erro. Mas de qualquer maneira, Sr. Presidente, prevale tudo o que eu digo em relação à falta de discussão e o açodamento que está imposto à Casa pelos métodos do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, veja bem, para não ter nenhuma dúvida, posso colocar de novo... Já tem quorum. Se tiver a maioria na

Comissão do Trabalho e na Comissão de Educação, eu rejeito o projeto. (Tumulto no Plenário.) Vou colocar... Não tem problema. Por acordo de liderança, se os líderes quiserem, não tem problema. Agora, foi votado o parecer do nobre deputado Yulo Oiticica. Aliás, diga-se de passagem, eu não tenho poder, deputado, o presidente não tem poder de colocar o parecer de V.Ex^a, porque o Regimento diz que se passar numa comissão vai direto para o Plenário. Eu apenas, se puder, por acordo de lideranças, não teria problema nenhum, mas os líderes não concordam...

Então, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, foi rejeitado na Comissão de Finanças, foi aprovada na de Educação, foi aprovado na do Trabalho. Encaminho para o Plenário para que aprove ou rejeite o parecer do nobre deputado Yulo Oiticica.

Para discutir, o primeiro orador inscrito...

O Sr. Elmar Nascimento:- Discutir o parecer?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, o parecer já foi aprovado. Desculpe, deputado, o Plenário vai discutir o projeto. O parecer já foi aprovado nas comissões. Desculpe. Para discutir o projeto nº 17.940/2009, tendo em vista que foi aprovado o parecer do deputado relator na Comissão de Educação, na Comissão do Trabalho e rejeitado na Comissão de Finanças, eu coloco em votação no Plenário o projeto nº 17. 940/2009.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 17.940/2009

Altera dispositivos da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - O atual parágrafo único do art. 7º da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, mantida a redação atual, passará a ser o seu § 1º, acrescendo-se ao aludido artigo o § 2º, que terá a seguinte redação:

“Art. 7º -
.....

§ 2º - Excepcionalmente, no exercício de 2009 e até o final do exercício de 2010, os recursos creditados e acumulados na conta a que se refere o parágrafo anterior, desde a sua abertura, poderão

ser utilizados para a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios previdenciários a cargo do FUNPREV, independentemente de autorização do CONPREV”.

Art. 2º - Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007:

I - incisos I, V e VII do art. 5º;

II - alínea “b” do inciso VI do art. 5º;

III - incisos I, V e VII do art. 7º;

IV - alínea “b” do inciso VI do art. 7º.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2009

Deputado Yulo Oiticica
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Arthur Oliveira Maia: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Arthur Maia.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, o parecer ou o projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É o projeto com o parecer, é claro! Se foi aprovado nas comissões, prevalece a votação, agora é a discussão do projeto de lei. É óbvio que o parecer do relator é anexado ao projeto com as modificações aprovadas, e o Plenário decide o projeto com as incorporações de emendas, se for o caso.

Para discutir o deputado Clóvis Ferraz.

Convido o deputado Eliedson para presidir a sessão.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, antes de começar a discussão do projeto propriamente dita, quero dizer, como já o fez o deputado Arthur Maia, que o parecer sobre ele foi votado em sua redação final, e não há muito o que se discutir acerca dele.

A Constituição é muito clara quando diz que não se pode utilizar os recursos previdenciários para nenhuma finalidade desde quando não haja autorização

expressa. O que o governo está fazendo é, exatamente, utilizar-se de recursos que não lhe pertencem. A partir do momento em que se criou o fundo, os recursos são do Funprev. Então o governo jamais poderia apossar-se deles, mesmo com a justificativa de que o Estado, como sabemos e como admitiu o secretário da Fazenda, está literalmente quebrado, por culpa de uma gestão desastrosa. Claro que há a crise, mas nem por isso, se há uma gestão comprometida, se deixa o Estado chegar ao ponto em que se encontra atualmente. Por isso, esse projeto é totalmente inconstitucional, mas, infelizmente, o governo tem imposto a esta Assembleia Legislativa a votação de projetos que ferem princípios constitucionais.

Alguns projetos enviados a esta Casa e votados pelos deputados do governo não contaram com os voto favorável da Oposição, porque eram inconstitucionais, como é o caso desse. Por isso, iremos votar contra ele, assim como iremos votar contra a urgência para ele, como votamos contra o projeto do governo do Estado solicitando empréstimo, cuja pedido de urgência foi votado aqui hoje, porque nele não há indicação clara de onde vão ser aplicados os recursos. “Vão ser aplicados em infraestrutura!”. Mas que infraestrutura?

E o presidente desta Casa, de maneira equivocada, enviou esse projeto para a Comissão de Infraestrutura. Se houvesse o detalhamento da área da infraestrutura em que seriam aplicados os recursos – nas rodovias, no setor energético –, ele poderia ter sido enviado a essa comissão. Mas se não houve, a coisa fica totalmente vaga. Então, o projeto é inconstitucional e não poderia ser enviado à Comissão de Infraestrutura, assim como o é esse projeto.

O deputado João Carlos Bacelar disse muito bem: “O projeto só poderia ir para a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho, que é muito bem presidida pelo deputado que preside a sessão, para ser discutida se fosse contra o consumidor, se estivesse ferindo os direitos do consumidor e do trabalhador. E nesse caso, o que o Estado está fazendo é usurpar um recurso que pertence ao aposentado, e o está tirando para jogar nos cofres do Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero também, neste momento, fazer um convite aos deputados desta Casa para participarem da 13ª Conferência Anual da Unale - União Nacional dos Legislativos Estaduais, entidade da qual temos a honra de ser o 1º vice-presidente e iremos disputar a presidência. Há uma chapa de consenso, já foi registrada uma chapa de consenso com a participação de todas as 27 unidades da Federação. Essa entidade congrega 860 deputados estaduais dos 1.059 que integram as assembleias legislativas de todo o País, dos 26 estados e da Câmara Distrital de Brasília, que é composta por oito deputados.

Pois bem, essa entidade, sei que todos têm conhecimento do que é a Unale, foi fundada há 13 anos e por isso está fazendo a sua 13ª Conferência, que acontecerá em Belém do Pará nos dias 27, 28 e 29 de maio. Estarão presentes de 350 a 400 deputados estaduais.

A Unale faz as conferências anuais sempre elegendo um tema âncora. Nesta conferência de Belém o tema é: Saúde Pública no Brasil, tema que merece a reflexão de todos os deputados estaduais, federais e senadores que estarão presentes.

Já estão confirmadas as presenças do ministro da Saúde e do governador de São Paulo, José Serra, que, pelo menos, está colocado como futuro candidato a presidente da República. Também deverá estar presente a ministra Dilma Rousseff. Ela ainda não confirmou a presença, mas foi convidada, assim como o ministro José Múcio, da coordenação do governo, e vários outros ministros e governadores, como o governador do Paraná, Requião, que estará presente, a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, do PT, o governador do Mato Grosso do Sul; o governador de Tocantins e o de Goiás. Todos já confirmaram presença.

Vai ser uma conferência bastante representativa, discutindo o tema principal, que é a saúde pública no País. Mas também serão discutidos outros temas, como a prerrogativa de legislar das assembleias legislativas. A abertura será no dia 27, à noite, e os debates ocorrerão nos dias 28 e 29. E ainda no dia 29 será realizada a eleição da nova diretoria da Unale, cujo mandato tem duração de um ano, para haver rodízio entre as regiões do País. Atualmente, a presidência está com a Região Centro-Oeste, com Tocantins. Agora, será a vez da Região Nordeste. E a Região Sudeste assumirá a presidência em 2010, na conferência já marcada para Belo Horizonte.

A Unale tem participado de todos os debates ao longo desses 13 anos, principalmente nos casos da reforma política, da reforma tributária. No ano passado mesmo, foi discutida em Fortaleza, no Ceará, a reforma tributária, participaram mais de 350 deputados, inclusive esteve presente numa audiência pública lá a Comissão de Reforma Tributária da Câmara Federal, presidida pelo deputado federal Palocci. A Unale tem participado.

Às vezes alguns deputados perguntam: o que a Unale tem feito ao longo desse período? A Unale adquiriu credibilidade, é uma entidade hoje que tem nos seus quadros 860 deputados filiados, dos 1.059 no país, tem credibilidade. E uma das principais lutas da Unale tem sido a recuperação da prerrogativa de legislar nas Assembleias Estaduais.

A Constituição de 1988 tirou das Assembleias praticamente todas as prerrogativas de legislar. Hoje um deputado estadual não tem prerrogativa de legislar sobre diversas matérias. Simplesmente não podemos legislar sobre matéria tributária, não podemos legislar sobre matéria que gera despesa para o Executivo, só aí já é mais de 90% da prerrogativa de legislar.

Posteriormente à Constituição de 1988 ainda teve a emenda constitucional nº 15, de 1996, que tirou das Assembleias a prerrogativa de legislar sobre divisão territorial dos municípios e emancipação de distritos. Era um direito das Assembleias, e isso nos foi tirado. Nós estamos nessa luta, inclusive vai haver um debate em Brasília, no dia 21, no auditório Nereu Ramos, sobre a questão das emancipações, da PEC 13/2003, que foi apresentada no Senado, foi apresentada pela Unale e pelas Assembleias Legislativas, Quem assinou foi o senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul. Mas essa PEC foi votada por 17 Assembleias Legislativas. Quando mais de um terço das Assembleias Legislativas apresentam uma PEC, pode ser um projeto de emenda constitucional apresentado na Câmara e no Senado. Portanto vamos recuperar essa prerrogativa que nos foi tirada, que é de legislar sobre

emancipação.

Vamos debater no dia 21 de maio, em Brasília, no auditório Nereu Ramos e o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, já se comprometeu em colocar em votação o projeto de lei complementar que devolve às Assembleias Legislativas a prerrogativa de legislar.

Nós queremos convidar os deputados desta Assembleia, será um grande orgulho tê-los lá, além de estar lá o deputado que vos fala como candidato a presidente da Unale, teremos outros deputados da Assembleia Legislativa que vão participar da chapa. Inclusive quero aqui fazer um convite especial às mulheres. As deputadas da Bahia sempre tiveram uma participação significativa na Secretaria de Mulheres da Unale e nós gostaríamos que voltasse essa participação das mulheres da Bahia para compor a Secretaria de Mulheres da Unale. Esse debate tem sido travado nos diversos Estados, nas diversas Assembleias Legislativas, a Unale tem tido uma participação efetiva. A deputada Eliana já participou e está na hora de voltar, deputada a participar da Secretaria de Mulheres da Unale. Faço esse convite especial às mulheres deputadas da Bahia.

O deputado Marcelo Nilo vai estar presente, já disse que vai prestigiar o evento, a 13ª conferência. Espero contar com outros deputados daqui da Assembleia. Os deputados Pedro Alcântara e Gildásio Penedo já confirmaram presenças.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Com o aparte o deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Clóvis Ferraz, no momento em que V.Exª discursa sobre a Unale, quero aproveitar a oportunidade para que a Casa tenha conhecimento, de que V.Exª. sempre foi um deputado muito interessado nas questões dos legislativos estaduais, mesmo quando presidente desta Casa, ou como deputado estadual. V.Exª sempre teve uma relação muito próxima, e agora informa à Casa que o seu nome Ferraz deverá ser confirmado, nessa reunião, como presidente dos legislativos estaduais do Brasil. Há uma intenção, num rodízio que sempre é realizado, e acreditando que tudo ocorrerá na normalidade, deputado Clóvis Ferraz, para honra da Bahia, honra do Poder Legislativo V.Exª deverá ser escolhido presidente da Unale, fazendo justiça ao trabalho sempre muito determinado, muito presente que V.Exª faz em benefício e na defesa principalmente dos interesses do legislativo, sempre procurando a defesa do legislativo atuante, colaborativo, legislativo principalmente, que infelizmente percebemos ao longo da vigência da constituição de 88, um certo esvaziamento dos poderes e das atribuições dos parlamentos estaduais.

Então, desejo e torço muito, e de fato a casa legislativa se sentirá honrada com a indicação, e assunção de V.Exª como presidente dos legislativos estaduais de todo o Brasil.

Portanto, a nossa gratidão, a nossa alegria e o nosso testemunho ao vê-lo sempre muito atuante nessa área, e faço questão de colocar aqui muito claramente, para que a Casa tenha a noção exata da importância desse cargo que, efetivamente, haverá de engrandecer o nome da Bahia perante todas as assembleias estaduais.

Portanto, é o nosso desejo, a nossa expectativa e tenho certeza que tudo haverá de dar certo, confirmando-se essa indicação.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Agradeço, deputado Gildásio Penedo, e incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento.

Com o aparte o deputado Paulo Rangel e em seguida o deputado Gaban.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Clóvis, queria também neste momento, corroborar as palavras do deputado Gildásio Penedo e dizer que, em que pesem as diferenças político-ideológicas aqui nesta Casa, nós temos acompanhado o seu trabalho como representante desta Casa na Unale, o seu interesse em tudo aquilo que diz respeito às casas legislativas do país, e queria colocar, como representante, como Líder da Bancada do PT, que nós também estaremos torcendo para que V.Ex^a venha a assumir a presidência da Unale.

O Sr. Pedro Alcântara:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Eu agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a e, só fazendo um comentário, deputado Paulo Rangel, a Unale sempre cresceu, adquiriu credibilidade ao longo desses 13 anos exatamente porque tem levado avante o debate e sem nenhuma cor partidária. A Unale integra todos os deputados do País, inclusive já teve grandes presidentes, inclusive um deputado do PT da Câmara Distrital de Brasília, deputado Geraldo Magela o segundo presidente da Unale, e sempre se manteve nessa linha do debate independente.

Não é uma entidade somente, vou dizer aqui, nós não fazemos o corporativismo, nós debatemos os temas, claro que defendemos os interesses dos deputados estaduais, mas principalmente o interesse das casas legislativas do País e principalmente a prerrogativa de legislar.

Com o aparte o deputado Gaban e em seguida o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Gaban:- Deputado Clóvis Ferraz, eu gostaria de parabenizá-lo num momento em que a classe política do País, pelos escândalos ocorridos, tanto na Câmara Federal quanto no Senado, está numa situação totalmente desfavorável, desacreditada junto à opinião pública, V.Ex^a assume um cargo da maior relevância. Será o representante, como presidente da Unale, de todo o segmento legislativo do País.

Pelas causas que V.Ex^a tem defendido, não só quando foi presidente desta Casa, mas em todas as reuniões, das quais V.Ex^a participou, acho que um dos grandes trabalhos que V.Ex^a vai fazer lá, com certeza absoluta, será aumentar o poder de legislar das assembleias legislativas. Matérias que V.Ex^a sempre defendeu e agora como presidente, tenho certeza absoluta de que essa bandeira será a principal, além de resgatar a imagem do legislador no País, aumenta as nossas atribuições.

Então, o que eu posso, neste momento, é dizer da certeza absoluta do excelente trabalho que V.Ex^a irá fazer, porque já deu exemplo quando foi presidente desta Casa, nos valorizou, nos fortaleceu para que a classe política tivesse um maior

entrosamento com a sociedade brasileira.

Parabéns e sucesso para V.Ex^a.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Eu lhe agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Gaban, ao meu pronunciamento.

Com o aparte o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Serei breve, meu caro amigo e deputado Clóvis Ferraz, fundador que somos da Unale, oriundos da UPI que antecedeu a Unale, que era a União Parlamentar Interestadual, o que eu solicito aos colegas é que, se consagrando a candidatura de V.Ex^a - e a Unale estará em boas mãos pela experiência, educação e trabalho prestado por V.Ex^a às Assembleias em nosso País - marquemos presença em massa, isso é importante.

E aqueles que nunca foram à reunião da Unale, às vezes, perguntam qual é o papel da Unale. Só sabem o papel da Unale quando estão presentes nas reuniões, nas decisões, nos debates amadurecidos, que é uma consciência em nível nacional. Eu, se já estava estimulado a ir nesses encontros, meu caro amigo deputado Clóvis Ferraz, agora, sim, tenho o dever e a obrigação de estar junto consigo que sempre colocou o seu mandato à disposição dessa entidade que é de uma importância fundamental, principalmente neste momento.

Talvez o tema de fundo seja saúde – como V.Ex^a me comunicou acredito mais ainda. Não sei se está realmente confirmado esse tema, é importante que esta Casa se debruce sobre esse assunto e levemos uma proposta no sentido de participar efetivamente da proposta maior dentre as outras, e uma será essa que V.Ex^a nos participou. Estaremos lá presentes.

Convoco esta Casa, a maioria dos Srs. Deputados, para estarmos lá presentes a essa reunião para consagrar V.Ex^a presidente da nossa entidade.

Muito obrigado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Eu agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento.

Comentando, o tema âncora, realmente, é saúde pública no Brasil. Acredito que seria importante, V.Ex^a que é médico, participou, inclusive, da fundação da Unale, teve um papel muito importante naquele momento, necessário inclusive de abrirmos mão de participar, inicialmente, da diretoria, exatamente em nome da pluralidade, que foi na eleição do deputado Geraldo Magela para presidente daquela entidade, naquela época, e que deu, realmente, o *start* inicial. Por isso, a Unale hoje tem credibilidade no País inteiro e o respeito da Câmara Federal, do Senado Federal e de todos os temas importantes a Unale tem participado.

Agora mesmo, na quinta e na sexta-feiras, teve um debate, em São Paulo, do colegiado de presidentes de Assembleias do País, e estavam lá presentes 20 presidentes de Assembleias, inclusive o deputado Marcelo Nilo da Assembleia Legislativa da Bahia, debatendo exatamente as prerrogativas de as Assembleias legislar. A Unale também tem assento nesse colegiado, assim como os presidentes de Assembleias têm assento na Unale também. Debateu-se a questão das emancipações, inclusive a crise, hoje, dos estados, e o alongamento das dívidas estaduais. Tivemos o

encontro com o governador Serra e um debate na Assembleia de São Paulo, na quinta e na sexta-feiras passadas.

A Unale tem participado de todos esses debates importantes no País e, como disse o deputado Gaban, nós, deputados, se logramos êxito na eleição para presidir a Unale neste ano e no próximo, já elegemos como tema principal a prerrogativa e a recuperação da prerrogativa de legislar das Assembleias de todo o País. Essa é uma coisa que temos que levar avante, mas não depende só da Unale, não, depende de todos os deputados estaduais do País.

O Sr. PRESIDENTE (Elieson Ferreira):- Para concluir, Excelência.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Temos que levar isso avante, inclusive é uma briga que temos que enfrentar com a Câmara Federal, com o Senado. Não é possível que vamos continuar sem poder legislar, que é o nosso papel principal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador e dos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Elieson Ferreira):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, inicialmente eu solicitaria de V.Ex^a a cópia do parecer do deputado Arthur Maia. Enquanto ela não chega, queria chamar a atenção de V.Ex^{as}, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, pois mandei pegar agora no gabinete algumas últimas notícias dum *blog*. Estão aqui: “Cinco presos fogem da Delegacia de Periperi”, “Morre a possível 37^a vítima da meningite na Bahia”, “A Bahia é o terceiro estado em verbas para a dengue e primeira em dengue”, “Porto Seguro. Ônibus de turistas é saqueado”.

É esse o governo que administra a Bahia. São essas as notícias. Não da Oposição, mas da imprensa. Amanhã a Bahia será matéria nacional. Mas tudo no governo Wagner é matéria nacional, porque tem ônibus de turista saqueado e a casa do embaixador do Brasil nos Estados Unidos também foi, para mostrar que esse é um governo para todos, saqueada.

No Litoral Norte, em 30 dias, 25 turistas assaltados. É esse o governo que manda a esta Casa um projeto de lei que altera a previdência, e a gente não ouve uma manifestação dos sindicatos por quê? Porque os sindicatos estão aparelhados pelos partidos que estão alojados no governo. Não se ouve o pronunciamento de um sindicato, e o patrimônio do servidor sendo dilapidado!

Seria impossível, deputado Arthur Maia, no governo de Paulo Souto ou César Borges a aprovação de uma matéria dessa ordem. Todos os servidores estariam revoltados. E agora, todos calados!

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Com o aparte o deputado Arthur Maia.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Meu caro deputado João Bacelar, V.Ex^a traz um aspecto absolutamente inusitado para este debate e que a classe política explorou pouco ao longo dele: justamente o do posicionamento dos sindicatos dos servidores públicos do Estado da Bahia. Sindicatos de toda natureza, da Polícia Civil, do Poder

Judiciário, dos professores, porque ao longo dos governos que não eram do PT esta Casa sempre foi palco de manifestações efusivas das mais diversas categorias para tratar de temas que eram muitas vezes até benefícios para os servidores.

Mas sempre se faziam aqui presentes os sindicatos querendo conquistar mais. Querendo legitimamente, diga-se de passagem, deputado, conquistar mais um espaço, avançar nas suas prerrogativas. E é absolutamente inacreditável que os sindicatos vinculados aos servidores públicos da Bahia se façam ausentes, numa posição genuflecta em relação ao governo estadual, provando que o sindicato é muito mais partidário do que vinculado à categoria que representa. E quero ver, quando os sindicatos vierem de novo a esta Assembleia para tratar de qualquer assunto, o que é que vão dizer a nós deputados, sobretudo a nós deputados, que combatemos este projeto do Funprev. O que é que vai ser dito pelos sindicatos por esta ausência vergonhosa em relação ao projeto que estamos debatendo nesta noite aqui?

Parabéns! A sua colocação é muito oportuna.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Agradeço ao deputado Arthur Maia e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Vou lhe dar alguns exemplos, deputado. Ou o sindicalismo baiano é um sindicalismo que está no nível do sindicalismo da Escandinávia... Mas deve ser, a APLB deve ter um modelo norueguês. O sindicato da Polícia Civil não, este é combativo, mas o sindicato dos médicos deve se basear no sindicalismo sueco, porque não é um sindicalismo de um país, não é subdesenvolvido. Não é o sindicalismo de um país em que as condições de trabalho são as piores possíveis porque não se ouve o pronunciamento desses sindicatos em nenhuma questão.

Não há aulas na Bahia!. Há uma crise na educação da Bahia e a APLB não se pronuncia. O que é que a APLB tem a dizer da situação do Colégio Estadual Manoel Devoto? Nada. O que é que a APLB diz da situação do Colégio Estadual Getúlio Vargas, no Barbalho, onde não há aulas por falta de professor e não tem água? Não diz nada.

O que diz o Sindsefaz sobre isso? Não diz nada, porque teve um trem da alegria aprovado agora lá. E os sindicatos ligados ao PCdoB mais ainda, porque o PCdoB tem a capacidade de aparelhar, de tomar para si tudo o que ele se aproxima. É aquele molusco que dá na carcaça dos navios. O PCdoB com o governo é assim. Veja a situação da Bahiagás, tudo para empregar a companheirada. O resto que se lixe, a população que se dane. É esse o governo que vivemos na Bahia: crise em todos os setores e o sindicalismo amorfo, calado, coonestando todos os desmandos.

Nós estamos votando hoje em regime de urgência, sem discutir nas comissões. Em qualquer Parlamento do Brasil, antes do PT chegar ao poder, o discurso que se ouvia do Partido dos Trabalhadores era a necessidade de discutir as questões no Parlamento, nas comissões.

Que projeto importante, desde que Wagner assumiu o governo, foi discutido numa comissão desta Casa? Nenhum. Eles não deixam que as comissões examinem. Nós estamos retirando dinheiro do fundo de previdência e as comissões não discutiram isso. Nós estamos alterando uma lei que foi aprovada em dezembro de

2007. E o que é que dizia o parágrafo único desta lei? (Lê): “As receitas indicadas no inciso 4 e 2% das receitas indicadas no inciso 3 deste artigo serão creditadas em contas distintas, porém integrantes do fundo financeiro para que sejam capitalizadas, ficando a utilização dos seus recursos condicionada ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Funprev podendo ser antecipada mediante prévia e expressa autorização do Funprev após decorridos 10 anos da vigência da lei.”

Wagner, quando mandou esse projeto para a Assembleia, dizia que esse dinheiro que nós estamos tirando agora, dois anos depois, só poderia ser retirado em 2017. Ou o governador é um irresponsável porque manda em dezembro de 2007 um projeto para capitalizar um fundo dizendo que esse recurso só pode ser retirado em 2017, ou então a Bahia quebrou mesmo. É a irresponsabilidade dos que comandam as finanças do Estado.

E aqui ninguém está interessado. A Bancada do governo está interessada em nomear o delegado do seu município, em ter a sua pequena obra e depois vem com um discurso de que vamos mudar a cultura política deste País, aí diz que o eleitor do Grotão vota pelo clientelismo. Como é que pode criticar o eleitor do Grotão que vota pelo clientelismo se os deputados e deputadas, ditos doutores, ditos esclarecidos, ditos representantes da sociedade agem nesta Casa na base do clientelismo. Os deputados não estão interessados em anistia de servidores, não.

O esforço que o deputado Néelson Pellegrino fez para que esse projeto de lei chegasse aqui não é objeto de preocupação de deputado. O deputado quer saber se o governador tiver interesse, aí vai o projeto andar. Mas, no resto, é discurso para enganar a plateia, infelizmente essa é a verdade. Como é que uma Bancada que há quatro anos exigia que as coisas fossem discutidas e agora não exigem mais. Aí vão dizer, primeiro, não me atinge porque não era deputado, mas mesmo que eu fosse, no governo de vocês era assim. Ah, então, votou em Wagner para continuarem as mesmas coisas? Votamos em Wagner para que continuassem as mesmas coisas?

Criticam os métodos do então senador Antonio Carlos. São péssimos alunos porque repetem os mesmos métodos que toda vida criticaram aqui. Ninguém discute nada, ninguém está interessado em nada. Para que serve agora, volto ao deputado Gilberto Brito, V.Ex^a que tanto questiona, infelizmente o deputado não está aqui, que a Assembleia gasta luz, água e salário de deputado e que não vale nada. Agora era para estarmos discutindo o assunto, deputado. V.Ex^a não contribui para o debate. É justo se retirar do fundo de previdência do servidor público 70 milhões de reais para tapar o buraco da irresponsabilidade do governador? E o Secretário da Fazenda, que não está a altura do cargo, não tem o conhecimento técnico necessário para ocupar a Secretaria da Fazenda, quebrou o Estado.

Hoje, estamos em crise. Eu disse aqui, deputado professor Valdeci, em dezembro, que o deputado Álvaro Gomes, que já foi defensor dos trabalhadores, hoje está preocupado com a reeleição, preocupado em se manter no poder, disse que era mentira minha, que o governo para pagar a folha de dezembro e o 13º teve que tirar recursos do Funprev e teve que tirar recursos da saúde. E agora vem o secretário aqui e reconhece publicamente que fez isso.

E continua o deputado a falar do capitalismo porque precisamos resolver a crise do capitalismo. Resolver a crise do capitalismo o quê? Precisamos resolver a educação da Bahia, precisamos resolver a segurança da Bahia, nós precisamos, deputado Álvaro Gomes, interromper o aparelhamento que o seu partido faz nas secretarias, fez na Bahiagás. Nomearam de uma canetada só quase 100 estagiários e qual foi a seleção que houve? Ser “cururu” lá do PCdoB, era a condição para poder ingressar na Bahiagás. É essa a verdade do atraso da Bahia. Não é brincadeira, não, estou falando sério.

Estamos perdendo tudo para Pernambuco, repito, tudo para Pernambuco, até no futebol. O Esporte jogava há pouco, para a sua classificação nas quartas de final da Taça Libertadores. Na Bahia, os times, coitados, até isso! Deputado Luciano...

O Sr. Luciano Simões:- Apenas o deputado Sérgio Passos está querendo que V.Ex^a explique o significado da colocação da palavra cururu.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Então, o deputado Sérgio Passos foi um ativo estudante, participou do movimento estudantil e sabe por que os companheiros do PCdoB têm esta alcunha. Ele sabe muito bem, repito, sabe muito bem. Mas isso é para que o deputado Javier Alfaya – e eu não sou do DEM não – mas já que ninguém do DEM levantou a voz... O deputado Javier, para ser engraçado e atingir o DEM, diz assim: “E o DEM, o ex-PFL?” Então, é bom lembrar também, a história de cada partido aqui. É bom lembrar das responsabilidades que cada um teve inclusive as aproximações com os mais bárbaros ditadores da história mundial.

O ilustre deputado Arthur Maia, em seu parecer, diz que este projeto que nós estamos votando é inconstitucional, porque é vedado pela Constituição do Estado da Bahia a utilização, em qualquer hipótese, de recursos da previdência. Por outro lado, há uma necessidade para que uma mudança desta ordem seja aprovada pela Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência.

Poucos deputados se rebelaram quando Lula buliu na Previdência do brasileiro. E dentre esses deputados que se rebelaram estava o deputado Walter Pinheiro. E dizem que, inclusive por isso, o presidente Lula não tem uma grande estima pelo deputado federal e hoje secretário de Planejamento. Foi uma medida corajosa do deputado Walter Pinheiro. Agora, quando o deputado Walter Pinheiro se rebelou contra a reforma da previdência.

Mas, agora, o deputado Walter Pinheiro é secretário de Planejamento do governo Wagner e assiste calado a este calote da previdência baiana. É um calote, deputado Bira, porque estão tirando 70 milhões.

(O Sr. Bira Corôa se manifesta fora do microfone.)

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Eu, pessoalmente, deputado Bira Corôa, fui presidente da Previdência do município de Salvador e lutei, ardorosamente, pela capitalização da Previdência.

(O Sr. Bira Corôa se manifesta fora do microfone.)

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Mas, então, por quê? Olhe a desculpa e a justificativa da Bancada do PT. Por que deixaram a Previdência quebrada eu vou aumentar então? Ô, deputado, não é possível, repito, não é possível. O deputado

Luciano Simões lembrava há pouco episódios quando o saudoso deputado Sebastião Castro largava a liderança do governo Waldir e ia fazer oposição ao governo Nilo Coelho. Tudo o que, 24 horas antes, o deputado Sebastião defendia, começou a fazer o contrário quando na Oposição.

É o que vemos hoje aqui. Quebrar a previdência era coisa de governos da direita. Agora, o dito governo da esquerda não tem nenhum respeito pela previdência do servidor. E é esta a primeira coisa que faz. Por que o secretário da Fazenda não bota o dedo no suspiro dos recursos que estão saindo para essas empresas de informática? É esta a empresa de informática que eu denunciei hoje aqui: a Politec. Manoel, como é o nome? Como é o nome do secretário de Administração? Manoel Vitório. Por que o Dr. Manoel Vitório não põe o dedo nesse suspiro dela? Dr. Manoel Vitório, por que essa empresa recebe tanta proteção de Vossa Excelência?

Para concluir, deputado Eliedson, queria dizer ao deputado Gilberto Brito que o deputado Zé Neto fez uma brincadeira, e ouvi daqui, dizendo: “Vá ao Plenário, porque o deputado João Bacelar está dizendo que você está aqui assistindo a ele.” Em momento nenhum, disse isso! Disse, sim, que não concordava com V.Ex^a em que a água, a luz e o subsídios dos deputados muitas vezes são dinheiro jogado fora e que queria V.Ex^a presente aqui para derrubar este projeto, para mostrar...

Quero dizer que é uma tristeza muito grande esta noite para o funcionalismo público da Bahia, porque não há sindicato que o defenda. Precisamos, deputado Gaban, chamar atenção dos servidores públicos para que abandonem esses sindicatos e fundem novos ou derrubem as direções que estão aí, porque são todos aparelhados e cooptados pelo governo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Questão de ordem deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, acho que, até para que possamos ser respeitados pela sociedade, nesta Casa, cada um dos 63 membros deste Poder tem o dever de respeitar um ao outro.

Como vou fazer uma menção ao nome do deputado Yulo Oiticica, a quem já procurei na sala do cafezinho, pois ele não se encontra no Plenário, vou relatar um parecer que acredito retratar o pensamento do PT com relação aos servidores públicos.

Como vou mencionar o nome do deputado Yulo Oiticica, gostaria, Sr. Presidente, de solicitar uma verificação de quorum para a continuação da presente sessão a fim de que, dessa forma, o deputado Yulo Oiticica possa estar no Plenário quando eu apresentar o parecer dele, a consideração, o apreço que ele tinha, no passado, aos os servidores públicos. Como essa bandeira sempre foi defendida pelo PT, acredito, repito, que o pensamento dele reflita o do Partido dos Trabalhadores com relação aos servidores públicos.

Não foi à toa que, há pouco, os nobres deputados João Bacelar, Arthur Maia – e, anteriormente, outros já o fizeram ao se manifestar sobre o assunto – disseram que estranham totalmente, assim como os demais componentes desta Casa que conhecem

o Legislativo, o descompromisso dos atuais presidentes de sindicatos, que deveriam estar aqui defendendo os servidores públicos do Estado, não só os ativos, mas também, e sobretudo, os inativos, a exceção do do IAF, que, através dos jornais, manifestou-se totalmente contrário a esse projeto e disse por quê.

Nem o Sindsefaz, nem nenhum outro segmento – inclusive os dos senhores membros da Polícia Militar, que tanto defenderam o projeto que lhes daria segurança no futuro quando estava sendo discutido aqui –, nem os Policiais Militares, que sempre defendi nesta Casa, têm presentes aqui os seus representantes. É lamentável, mas nada como um dia após o outro. Outros projetos virão, e eles terão que justificar a esta Casa a omissão perante um projeto que mexe com o futuro do servidor público do Estado da Bahia, sem que tivessem nenhum tipo de manifestação. Esse acordo, essa omissão, se fosse num País sério, teriam que ser investigadas, apuradas.

Mas acredito que os servidores públicos estarão atentos, meu caro Javier Alfaya, à votação de V.Ex^{as}, hoje, a esse projeto, que vai desestabilizar e não vai dar garantia, não àqueles que já estão aposentados, mas àqueles que estão trabalhando para, um dia, ter direito à aposentadoria. Será um dia histórico aqui nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, já que ia fazer comentários a respeito do pronunciamento e do sentimento do deputado Yulo Oiticica com relação aos servidores públicos do Estado da Bahia, mas não o encontrei na sala do cafezinho nem aqui no Plenário, solicito a verificação do quorum, acionando-se as campainhas, fazendo-se tudo que for necessário, para que possamos debater o projeto e ver o sentimento de cada um, para que fique registrado na história da Bahia o comportamento de cada um dos 63 parlamentares.

Fico contente, porque hoje já temos 61 aqui presentes, um dos maiores quóruns de votação que esta Casa já teve. Por isso a sociedade baiana e, sobretudo, os servidores públicos do Estado, inativos e ativos, saberão como se comportam os seus representantes na hora de defender ou não uma categoria tão importante, que são os servidores do Estado da Bahia.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem, deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, o governo Jaques Wagner, como já muito bem destacado pelo deputado Gaban, no ano de 2007, teve a preocupação de criar um novo fundo de previdência no Estado da Bahia chamado Baprev. E além disso instituiu uma conta capitalizada para ajudar a pagar um déficit da previdência que não fomos nós que criamos. Esse déficit já vem do ano de 2001.

Os servidores públicos do Estado da Bahia, os sindicatos, a Setrab, o Sindsefaz, o IAF, a APLB, outras associações de docentes, o Sindsaúde, estão todos conscientes, bem informados, de que esse projeto de lei que apreciamos e deveremos votar hoje à noite não causa nenhum prejuízo, nenhuma ameaça aos servidores públicos. Trata-se, de fato, de um esforço de retórica da Oposição de tentar confundir o servidor público a respeito de uma possível ameaça ao sistema previdenciário.

Realmente, trata-se de um esforço da Oposição, que, infelizmente, a respeito

dessa temática, não apresentou argumentos plausíveis, convincentes, para trazer até aqui os sindicatos. Os sindicatos não vieram porque estão conscientes, estão devidamente esclarecidos de que esse projeto de lei não representa nenhuma ameaça aos sistema previdenciário da Bahia, diferentemente de situações anteriores, em que o fundo previdenciário se exauriu.

Já disse aqui e quero repetir: em dezembro de 1999, o Funprev tinha um saldo positivo de R\$ 1 bilhão e 63 milhões. Em outubro de 2001, não tinha mais nada. Em outubro de 2001, não tinha um centavo no fundo. A partir de 2001 esse fundo tem sido deficitário. O governo da Bahia, Sr. Presidente, tem colocado todos os meses, aproximadamente, R\$ 60 milhões para cobrir o fundo de previdência do Estado da Bahia.

O nosso governo tomou as medidas necessárias, criou o novo fundo, Baprev, um fundo superavitário, até porque um fundo novo, admitindo-se pessoal a partir do ano de 2008, e isso naturalmente está causando tanta inquietação aos parlamentares da Oposição. Todos eles. Está causando muita inquietação. A conta capitalizada, já foi repetido aqui, por diversas vezes, representa 0,3%.

Eu vou até desafiar os nobres colegas: está parecendo que os colegas não leram o projeto. Está parecendo que os colegas não leram o projeto. Está parecendo que os colegas não compreenderam a essência do projeto, porque a conta capitalizada representa 3% do orçamento da previdência no ano de 2009. O orçamento é de 2 bilhões e 400 milhões, a conta capitalizada é de, aproximadamente, R\$ 70 milhões, representa 3% apenas. E os deputados da Oposição, num esforço extraordinário de retórica, tentam fazer crer aos servidores que o projeto representa qualquer ameaça.

Por isso, Sr. Presidente, conclamo todos os deputados da nossa Bancada da Situação a se fazerem presentes, pois há uma solicitação de verificação de quorum para a continuidade da sessão e precisamos de 21 Srs. Parlamentares no Plenário.

Peço que V.Ex^a marque os 15 minutos, conforme o acordo de Lideranças, para que o quorum seja restabelecido. E assim, logo em seguida, o senhor possa dar continuidade a esta sessão, na qual se debate, com qualidade, esse importante projeto oriundo do Poder Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Solicito que o painel seja zerado e que os 15 minutos sejam marcados.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quorum formulado pelo deputado Carlos Gaban e ratificado pelo deputado Waldenor Pereira. Solicito aos parlamentares que se encontram nos gabinetes, na sala do cafezinho ou em outro recinto desta Casa que se dirijam ao Plenário a fim de que tenhamos o quorum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- O deputado Javier Alfaya já havia vindo até a Presidência, deputado Gaban, e solicitado. Depois V.Ex^a pode falar.

Com a palavra o deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Sei que hoje V.Ex^a e o deputado João Bacelar estão com

vontade de atacar ou de falar do PCdoB. Vou responder amanhã, quando terei um período maior na tribuna.

Sr. Presidente Eliedson, fui obrigado a esclarecer, inclusive nas rádios de Salvador, que a Bancada da Oposição faz, propositadamente, uma confusão com os dois projetos. Dessa forma, fica confundindo esse pedido de empréstimo ao BNDES com a movimentação que o governo vai fazer para beneficiar os aposentados e pensionistas nesta reestruturação de uma parte pequena do Fundo de Previdência do Estado.

Não há a menor possibilidade de 1 centavo sequer que pertença a esse fundo ser utilizado em outros objetivos que não tenham a ver com o sistema previdenciário. Isso é rigorosa e absolutamente impossível de acontecer. Não é o que está posto nesse projeto de lei. Até porque, se o governo quisesse fazê-lo, seria bloqueado legalmente. É algo que, em termos administrativos, não há como ser executado.

E o dinheiro que vai ser tomado como empréstimo do BNDES – 375 milhões – para ser aplicado em infraestrutura não pode ser utilizado para pagar folha de pagamento.

Se, porventura, saiu em algum jornal que o secretário x ou y teria se manifestado nesse sentido, devo dizer aos deputados da Oposição que o que estamos votando aqui é um projeto de lei; não é um texto de jornal ou de *blog*. O deputado vota uma mensagem do governador ou uma proposta de origem parlamentar. Não é o que está escrito numa reportagem ou numa entrevista.

O que importa aqui não é a opinião de a, b ou c. Por mais importantes que sejam a, b ou c, o que importa é o texto que está em votação...

O deputado Heraldo não ouviu a minha resposta e agora...

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Deputado Javier, já temos o quorum de 21 Srs. Deputados.

O Sr. Javier Alfaya:- Permita-me só 30 segundos para eu concluir.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Pode concluir.

O Sr. Javier Alfaya:- Eu e o meu partido fomos citados pelo deputado João Carlos Bacelar várias vezes – fui citado por outros deputados também –, mas considero que essa provocação deve ser respondida amanhã. Apenas esclareço que a posição do PCdoB é bem clara: votaremos a favor dos 375 milhões. Sou o único arquiteto nesta Casa, pertencço à Comissão de Infraestrutura e acho rigorosamente correto que o governo peça esse dinheiro para garantir o andamento. Já votamos a favor de empréstimos, aqui, pedidos por Paulo Souto à Caixa Econômica Federal no valor de 200 milhões de reais sem saber onde seria a obra, qual seria a obra ou para que município iria.

Os deputados João Carlos Bacelar, Gildásio Penedo e Gaban estão pedindo coisas que 3 anos atrás nem se esclareciam quando chegavam a esta Casa a pedido de Paulo Souto. Arthur Maia também nunca pediu isso!

Queremos 375 milhões para aplicar nos programas de infraestrutura do governo. O município, a obra, a ação, isso que Arthur Maia quer...

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Deputado Javier, vamos dar

continuidade à sessão.

O Sr. Javier Alfaya:- (...) ele pode obter depois, através da UPB,...

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Se inscreva deputado!

O Sr. Javier Alfaya:- (...) o irmão dele pode pedir ao governador informações precisas. Eu até ajudo o deputado Arthur Maia. Acho que o que está acontecendo aqui financeiramente é expressão do que V.Ex^a defendia quando era tucano...

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Deputado Javier, ...

O Sr. Javier Alfaya:- (...) e defendia uma política neoliberal neste País. Deu no que deu, na crise financeira, na crise mais cara, numa política que V.Ex^a defendeu quando apoiava Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Para discutir, pelo tempo de 20 minutos, o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, antes de começar meu tempo, gostaria de dizer ao deputado Javier Alfaya – de quem não tenho nada contra – partindo do princípio que não podemos deixar para amanhã o que podemos fazer hoje, que eu abro mão do meu horário para que S.Ex^a possa usá-lo agora. Ele se inscreve e eu me inscrevo no lugar dele, se ele quiser utilizar os 20 minutos para fazer a defesa. Eu cedo com o maior prazer.

Sr. Presidente, marque os meus 20 minutos, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Solicito que seja marcado o tempo do deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- O Sr. vai se inscrever ou não?

O Sr. Javier Alfaya:- A minha Bancada não quer que eu fale agora.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, quero parabenizar o deputado Javier, que dentro de todas as formas possíveis tentou justificar o projeto. S.Ex^a, da mesma defesa que fez numa questão de ordem formulada há poucos minutos, trata de um fundo de previdência que desde 2001 está quebrado. Desde 2001, são necessários aportes financeiros de todos os governos que passaram pela Bahia.

V.Ex^a, deputado Javier, nessa tentativa de fazer a defesa, não diz se o fundo já é deficitário, se vamos retirar dinheiro de uma poupança, ou como vamos equilibrar esse fundo. Não adianta o argumento de que esse dinheiro vai ser utilizado para pagamento de benefícios.

Sabem o que vai acontecer? O dinheiro vai ser utilizado para o pagamento de benefícios. Só que o governo, ao invés de utilizar o dinheiro para fazer com que daqui a 10 anos o Funprev esteja equilibrado, vai usá-lo para pagar os benefícios, e com o dinheiro que ele teria que gastar para pagar os benefícios e os aportes que faz, ele vai utilizar para pagar a folha de pagamento. É uma maneira indireta de fazer isso!

Por que – como aqui já foi sugerido e ninguém me responde – não utilizaram o Fundo de Contingência previsto no Orçamento, aprovado por esta Casa, para esses momentos de dificuldade?

Eu confesso que fiquei satisfeito, deputado Waldenor, quando o governador Jaques Wagner foi a uma reunião de governadores do Nordeste e conseguiu mais de

185 milhões. Quero que a Bahia tenha cada vez mais dinheiro. Eu fico contente quando o governo pode fazer um empréstimo, porque mostra que o governo tem poder de endividamento e está adimplente, mas ao mesmo tempo fico triste com os juros que serão cobrados para esse empréstimo. Esse juros são o maior *spread* praticado no mundo. Esse empréstimo está indo na contramão da história. É disso que esta Casa tem que tomar consciência.

O presidente Lula, que é do partido de V.Ex^{as} – da maioria da Base aliada ao governo, pelo menos –, exigiu a demissão de um diretor do Banco Central que era contrário a se baixar os juros, deputado Arthur Maia. Por quê? Por que ele queria que os juros baixassem no País. Está conseguindo! São várias as reuniões do Banco Central em que os juros têm baixado, conforme determinação do presidente da República.

Acho louvável, porque o maior *spread* bancário no mundo é praticado aqui, no Brasil. Agora, no momento em que a inflação está nos menores níveis, até em função da crise, também está ajudando a baixar os juros bancários.

Como o deputado Arthur Maia, hoje, colocou aqui, nesta tribuna, nós fazemos um empréstimo como quem está no sufoco, como a empresa da iniciativa privada que não tem outra alternativa, ou paga o alto custo do empréstimo ou quebra. É o mesmo que faz um pequeno comerciante do interior, que, por necessidade imediata, vai para os juros bancários escorchantes, a que, às vezes, tem como recorrer com facilidade, ou se submete aos juros cobrados pelos ciganos, como fazem.

O governo da Bahia está indo pelo mesmo caminho, na contramão da história. Não vejo e não vi qualquer providência, qualquer plano do governo da Bahia. Sempre dizendo que o governo federal vai ajudar-nos, vamos fazer o empréstimo. Ótimo, que ajude! Mas todos os estados da Federação, nessa época de crise, deputado Waldenor, fizeram o seu plano de recuperação, ou, pelo menos, um plano que dê condição para se diminuir os gastos. Eu não vi qualquer plano do governo da Bahia.

A única medida que vi foi o secretário Manoel Vitório dizer que vai demitir 32 fantasmas que o Estado, no governo Jaques Wagner, contratou pelo REDA, mas não estão trabalhando. Demitir 32 funcionários vai resolver o problema de caixa do Estado?

Eu, com tristeza, tive que pedir auditoria nas contas do governo do Estado devido ao que afirmou um secretário de Estado aqui sobre o cancelamento de empenhos. Em razão do que afirmou o secretário Carlos Martins, quero ver como o PMDB – partido de sustentação do governo Wagner e que tem dois secretários indicados –, como os seus secretários vão comportar-se junto ao Tribunal de Contas do Estado para justificar o cancelamento de empenhos já liquidados? Imaginem, faz-se um empenho, recebe-se o bem, dá-se o recebimento e depois um secretário de Estado cancela esses empenhos! Como é que se cancela, deputado Paulo Rangel, um pagamento? Não pode, já está liquidado, não se pode cancelar um empenho!

Sabem por que o cancelamento? Porque o balanço dele foi maquiado, fez um balanço dizendo que havia R\$ 912 milhões e 550 mil no caixa do Estado, já descontados os restos a pagar, os compromissos de curto prazo do governo do Estado.

Mas omitiu no balanço que esse era um dinheiro de convênios, que não pertence ao Tesouro, que era dinheiro do Funprev, que não pertence ao Tesouro, que era dinheiro da saúde, da educação, que não pertence ao Tesouro do Estado. Falhou, mentiu, omitiu e o Tribunal de Contas vai ter que investigar isso.

Pontuei tudo. Até para que não dissessem que eu estava inventando, fui obrigado a enviar um CD com as declarações do secretário Carlos Martins aqui, nesta Casa, numa audiência pública. Como é que ele cancelou? Eu questionei e ele não respondeu. Mas o secretário de Estado vai responder ao Tribunal de Contas.

É lamentável, e eu não gostaria de que isso estivesse acontecendo. Eu gostaria de que existisse um planejamento, uma discussão aqui, no Plenário desta Casa, para que nós todos, os 63 parlamentares, que gostamos da Bahia, déssemos sugestões para se implantar um programa de geração de impostos para melhorar não só a situação do Estado, mas também das prefeituras.

Se o Estado, deputado Waldenor, está tendo dificuldades para pagar a folha dos funcionários, imagine a situação dos municípios – e muitos deles já estavam no limite de gastos com o servidor público que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal – se caiu a arrecadação! Isso é óbvio.

Eu já estive várias vezes conversando com os conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios, e eles terão de ter, deputado Arthur Maia, um cuidado muito especial. Eles disseram que já estão fazendo reunião nesse sentido, que não podem penalizar os prefeitos, que não podem demitir funcionários.

Esses hoje, quase na sua totalidade, são funcionários que têm estabilidade porque entraram através de concurso público, como determina a lei em vigor no nosso País. Ele não pode demitir. Caiu a arrecadação, já pegou de um antecessor já no limite, o que vai acontecer? Vai extrapolar o limite, e o prefeito será penalizado. Será que é justo isso? Não!

À manifestação do presidente da UPB, Roberto Maia, meu caro Arthur, seu irmão, estive lá e dei o maior apoio porque não foi um movimento partidário. E não poderia ser um movimento em defesa do municipalismo, das dificuldades encontradas. Nós deveríamos estar aqui nesta Casa com os secretários do Planejamento e da Fazenda do governo Jaques Wagner, enfim, com todos aqueles que teriam a responsabilidade de aumentar a geração de emprego e renda e a arrecadação estadual.

Poderia, de uma maneira aberta, pegar os números que há na Secretaria da Fazenda para dizer quais são os credores do Estado que estão inadimplentes para ver se valeria a pena fazermos um projeto de anistia fiscal, e se mandaria para a Assembleia. Porque aqueles que hoje não podem pagar, talvez, se não houvesse a multa, os juros, pagassem só o base. Poderiam pagá-lo, aí entraria recurso no Tesouro da Bahia, melhoraria o caixa do Estado e em consequência também o das prefeituras municipais.

Poderíamos estar aqui discutindo uma nota fiscal semelhante à nota fiscal paulista, que cria incentivos para aumentar a arrecadação, em vez de contratar ou transformar agente de tributos onerando os gastos que o Estado vai ter com essa

categoria devido a um projeto que eu considerava e sempre disse que era inconstitucional. Lamentavelmente a gente se vê já entrando com uma Adin no Supremo Tribunal Federal, que ainda deu um prazo de 10 dias para o governo estadual se manifestar. Só que já existe a jurisprudência no caso do governo do Ceará em projeto semelhante que já foi considerado inconstitucional.

Mas não! O governo optou, mesmo com a inconstitucionalidade dum projeto que deverá ser derrubado no STF, em vez de ter inteligência como teve o governo do Estado de São Paulo, colocando que a população participasse da fiscalização. De que forma? Qualquer cidadão de lá, na hora em que chega para fazer qualquer tipo de compra, fornece o seu CPF. Aquilo ali vai dando-lhe um crédito que é abatido dos compromissos que ele tem com impostos que deve pagar ao governo paulista.

Essa é a maneira inteligente para aumentar a arrecadação. Isso aumentou significativamente não só a do governo do Estado como também a da prefeitura paulistana, mas a gente não vê nenhuma medida desse tipo aqui, meu caro deputado Gildásio Penedo, que por muitas vezes vem a esta tribuna com muita competência, até porque conhece também de perto o sistema de previdência dos servidores.

Num momento de dificuldades vai tirar um dinheiro, da mesma forma que Fernando Collor tirou dinheiro da poupança sem consultar os brasileiros, que confiavam que aquele era um investimento dos mais seguros. Nós estamos neste Plenário discutindo um projeto que esta Casa aprovou, e aí dou os méritos, deputado Waldenor, ao governo Wagner naquele momento em que se criou o Baprev em condições diferentes, é lógico, do Funprev.

Não criou para todo mundo porque já havia o direito adquirido não só dos inativos, mas também daqueles que estão trabalhando e tinham conquistado pela Constituição a condição de permanecer no Funprev. Vão se aposentar com a estabilidade financeira que exerceram e um melhor salário se ocuparem cargo de confiança nos últimos 10 anos, mas também com salários maiores do que pelo menos os de 2 anos que tiverem no exercício de cargos de confiança. Os outros servidores irão se aposentar pelo Funprev pela média dos salários que eles tiveram no exercício dos seus cargos.

E no caso do Baprev, como é que vai ser? Baprev é outra condição, eles vão se aposentar com um percentual do salário ou da contribuição que eles tinham. Uma condição muito inferior ao do Funprev. Por isso eu não posso, deputado Waldenor, admitir que no momento em que V.Ex^a mesmo, e diversos outro parlamentares, V.Ex^a, com mais brilhantismo e, naturalmente, com mais dados que o governo lhe deu... Talvez V.Ex^a tenha ido procurar os dados de outros da base do governo que tentaram fazer justificativa.

Mas o que eu não posso entender... E não estou a defender um dinheiro que não é meu e não é de V.Ex^a. Esse dinheiro não é nosso. É um dinheiro dos servidores públicos do Estado.

Da mesma forma, eu lutei, aqui, quando fui presidente da Casa, para criar a Albaprev. Nomeei uma comissão que foi presidida com muito brilhantismo pelo deputado Arthur Maia. Brigamos, lutamos, o deputado Arthur Maia sabe da discussão

que eu tive com o governador, na época, que vetou o projeto. Eu, como presidente da Casa, disse, o deputado Arthur Maia é testemunha, que se o projeto não fosse votado não se votaria mais nenhum projeto do Executivo enquanto eu fosse presidente da Assembleia.

Eu acho que a aposentadoria não pertence, apenas, a nós, parlamentares, nem apenas aos servidores públicos. Pertence à família de cada um de nós. Por isso eu defendi, Arthur Maia, e V.Ex^a é testemunha, com tanto vigor, com tanta veemência, que nós tivéssemos a Albaprev aqui. É por isso que eu tenho defendido, mesmo lamentando profundamente a ausência de todos os sindicatos das categorias.

Eu não posso entender a omissão, no momento em que é um sistema que não é superavitário. Não é só na Bahia que há esse problema, mas no Brasil inteiro. Todo sistema de previdência é deficitário em todos os Estados. Nós temos acompanhado, no mundo inteiro há esse problema de previdência. Por quê?

Porque se criaram muitos direitos nas constituições que foram aprovadas, mas não se disse quem iria pagar a conta. Temos até que considerar o mérito, quando se trata de servidores, e esta bandeira sempre foi defendida, sobretudo pelo PT, PCdoB, pelos partidos ditos de esquerda. Deu-se com uma mão – valorizo o projeto encaminhado pelo governador e aprovado por esta Casa, no dia 21 de dezembro de 2007, dando as garantias. O governo num momento bom da economia fez um sacrifício dando 2% a mais do que prevê a Constituição para dar um equilíbrio financeiro num prazo de dez anos ao Funprev – e agora se tira com a outra, desrespeitando-se um projeto que nós aprovamos, pelo qual só se poderia mexer nesse fundo após dez anos, e tira-se com um ano e pouco.

Não falo do percentual, deputado Waldenor, que é irrisório em função do déficit que tem o sistema de previdência. É irrisório se compararmos com R\$ 650 milhões que o governo Wagner vai ter que colocar este ano para compensar o rombo da previdência, que tem mais gastos mensalmente do que arrecada.

Então, não é o percentual, pois o percentual é insignificante. Eu concordo com V.Ex^a. É que se está descapitalizando uma coisa que vai dar uma garantia futura para os servidores. É isto que exaustivamente tentei explicar. Disse em todos os momentos que esse projeto não é nem poderia ser um projeto político. Até porque não depende de nós. Não estamos defendendo um interesse de um partido ou de outro. Nós estamos defendendo o interesse de servidores públicos do Estado da Bahia.

Então, só cabe lamentar, neste tempo que me resta, já que protelei o que poderia, para ver se o deputado Yulo compareceria. Vejam o que coloca, Srs. Parlamentares, o deputado Yulo Oiticica no seu parecer.

“Não faz sentido introduzir no projeto de lei, conforme pretende o deputado” – que no caso era eu, o proponente da emenda – “etapas de autorização seja pelo Funprev, seja pelos sindicatos representativos dos servidores estaduais, que poderiam constituir verdadeiras instâncias de burocratização da medida.”...

Ora, ouvir os servidores públicos – que são os donos desse dinheiro que vai garantir o equilíbrio das finanças do Funprev para lhes pagar o benefício futuro – e os sindicatos deles, segundo o deputado Yulo Oiticica, constituiria uma burocratização

da medida.

E vai mais adiante quando diz que os servidores (lê) “*encontram-se devidamente representados no Conselho, pelo que a inserção da autorização 'pelos sindicatos representativos dos servidores públicos' demonstra ser de todo redundante. Somada a essa impropriedade, enfatize-se, ainda, o fato de serem essas representações entidades de direito privado, residindo em tal fato mais uma inadequação da proposição de emenda, posto que estar-se-ia, obliquamente, admitindo-se...*” – prestem atenção – “*(...) que o Estado sub-rogasse a tais entidades o seu poder-dever e a sua capacidade de gestão e de deliberação final quanto às destinações de sua dotação.*”

É lamentável! Parece-me que voltamos à época da ditadura quando o governo militar ditava as regras, e aí de quem o desrespeitasse. Mas esse parecer do deputado Yulo Oiticica ficará registrado nos Anais desta Casa para a eternidade, tendo em vista que é lamentável um parlamentar oriundo das bases, das lutas sindicais, dizer que é inadequado ouvir os sindicatos e seus representantes para que deem opinião quanto à forma de utilização de seu dinheiro, que isso tira a autoridade do Estado e vai burocratizar o processo, deputado Waldenor. Repito, é muito lamentável!

Foi o pronunciamento de um dos parlamentares que respeito muito, o deputado Yulo. Muitas lutas ele travou aqui na defesa dos direitos humanos. Mas muitas e maiores lutas ele travou em defesa dos servidores públicos, que agora não podem ser tratados como burocratas; eles não podem ser tratados como quem não merece ser ouvido, porque o governo tomou uma posição e decidiu que não pode discuti-la com os servidores. Mesmo tratando-se de recursos que hoje não pertencem mais ao governo. Enfim, ele deu para os servidores com uma mão e agora está tomando com a outra.

Vou deixar com as taquígrafas para ficar registrada, como eu disse, nos Anais desta Casa a diferença entre o comportamento que o PT tinha na época que defendia as classes trabalhadoras, e o comportamento que um dos seus membros adota agora, considerando sindicatos como burocratas e um entrave para a administração. Afirmou que eles só servem para burocratizar e que não têm...

O Sr. PRESIDENTE (Elieson Ferreira):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Para concluir, Sr. Presidente.

(...) nenhum poder. O governo nunca iria, segundo esse parecer exarado na noite de hoje, ouvir os servidores públicos, pois considera que eles não merecem ser ouvidos.

Lamentamos, Sr. Presidente, a ausência total daqueles que deveriam defender os servidores públicos.

Considero cumprida a minha missão, porque estou aqui para defender os interesses da Bahia e dos baianos. Fiz a minha parte; a Oposição tem feito a parte dela. Somos apenas uma Minoria, não temos número suficiente para que este projeto não seja votado. Onde tínhamos condição, a Comissão de Finanças, cumprimos a nossa obrigação.

Repito, não tomamos uma atitude partidária, até porque esse dinheiro não

pertence nem ao governo, nem à Oposição, nem a partido a, b, c ou d. Pertence àqueles que, durante anos e anos, lutaram para ter a garantia de um benefício quando da sua aposentadoria. Com a retirada desse dinheiro – que é ínfimo, concordo, deputado Waldenor – está-se descapitalizando um sistema que já é deficiente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o deputado Arthur Maia, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui num horário avançado, perto da meia-noite, e este debate, naturalmente, prosseguirá durante uma boa parte desta madrugada.

Os dois projetos que estão hoje em apreciação, a urgência com relação ao empréstimo de 378 milhões de reais, o outro projeto que está agora em apreciação, que autoriza o governo a retirar recursos do Funprev, ambos, naturalmente, são recursos que o governo utiliza para tentar enfrentar a crise econômica que se estabeleceu em nível internacional, nacional e naturalmente atingiu de forma violenta a economia do nosso Estado.

Em relação ao primeiro projeto, meu caro Líder Waldenor, votei contrário à urgência, mas quero tranquilizar V.Ex^a, dizer que votarei a favor do projeto quando ele for apreciado em plenário. Acho que o processo legislativo realmente não merece esse ačodamento de termos que apreciar um projeto da forma que o apreciamos aqui, por isso votei contrário à urgência. Mas V.Ex^a tenha a certeza de que terá o meu voto favorável ao projeto para a sua aprovação, em relação ao empréstimo que o governo do Estado realmente precisa para, de alguma forma, compensar as perdas de arrecadação que teve desde dezembro até hoje.

Agora, não posso, de forma nenhuma, concordar com esse segundo projeto, porque aí já são questões absolutamente distintas. Uma coisa é o governo lançar mão de antecipação de receita, lançar mão de um empréstimo, afinal de contas, muitas vezes um investimento de grande monta, seja na iniciativa privada, seja na gestão pública, exige realmente que se lance mão de um empréstimo para que depois, de forma mais alongada, se possa cumprir essas obrigações de crédito que foram assumidas. Tudo bem.

Outra coisa absolutamente diferente é estarmos aqui pensando em retirar recursos que são da Previdência dos funcionários públicos. Isso é inaceitável, porque se há o compromisso passado do governo de fazer esse aporte, e não importa, porque aí não podemos ficar o tempo inteiro dizendo: “ah, porque foi o outro governo que fez, o outro governo que deixou de fazer.” Quem está à frente do governo tem que ter a noção clara de que os governantes passam e que o governo fica. Obviamente se o povo da Bahia foi julgado pelos que estão atualmente no Poder, sábios por terem escolhido o atual governador, certamente que não pode o povo ser condenado por, em outro momento, ter uma concepção diferente e ter optado pela alternância de poder. É assim que vive a democracia.

De sorte que é absolutamente infundada a discussão que se estabelece algumas

vezes nesta Casa de querer dizer que o governo fez isso, o outro fez aquilo. É absolutamente inaceitável que se queira aprovar esse projeto, porque de resto, como se provou aqui desta tribuna no nosso parecer, é um projeto inconstitucional que não terá o aval do Ministério da Previdência Social. Então fico muito tranquilo em relação a isso, e com esse projeto nós, efetivamente, não votaremos.

Agora quero fazer umas ponderações a respeito das colocações que me foram dirigidas, para minha surpresa, por um companheiro por quem tenho o maior carinho, a maior admiração, amigo meu há mais de 30 anos, que é o deputado Javier Alfaya. V.Ex^a sabe, deputado, que sempre tivemos a melhor relação. Nunca escondi que, com muito orgulho, fui seu liderado na política estudantil, V.Ex^a como presidente da União Nacional dos Estudantes, e eu, entrando na faculdade aos 18 anos de idade, sempre tive de V.Ex^a uma referência na luta contra a ditadura militar, V.Ex^a sofreu perseguições terríveis.

Lembro-me de quando o governo militar queria de forma absolutamente desumana dizer que V.Ex^a não era brasileiro. V.Ex^a sabe o que é, mais do que muitos nesta Casa, a dor da injustiça, e V.Ex^a foi injusto comigo hoje, quando disse que fui um defensor do neoliberalismo, que eu, deputado, em outros momentos não cobre do governo explicações como cobro hoje. Perdoe-me, deputado, nesta Casa se V.Ex^a tem aqui e teve um papel importantíssimo na oposição ao carlismo, seu papel, com todo respeito, não foi maior do que o deste deputado. A sua lealdade à Oposição não foi maior do que a minha, em momento algum. E se V.Ex^a cobrou do outro governo, sei que cobrou, não pode dizer que não cobre, deputado, não é justo da sua parte. V.Ex^a sabe que está sendo injusto comigo. Não mereço essa colocação. V.Ex^a sabe disso. Eu não mereço isso. Desta tribuna, sempre fiz disso a minha profissão de fé.

O Sr. Javier Alfaya:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Tenha certeza de que lhe concederei um aparte, tenha certeza absoluta disso.

Sempre fiz desta tribuna a minha profissão de fé, deputado Paulo Azi. Considero que a profissão de político é a pior que existe no mundo. Só faz isso quem tem amor a esta causa – e eu me considero um destes. De sorte que não me considero responsável por estar do lado de um governo que ajudei a eleger. Se aqui tantos fizeram o caminho do governo, eu talvez tenha sido o único que fez o caminho inverso. E fiz o caminho inverso com a alma lavada, deputado, porque para mim ganhar ou perder uma eleição – e tenho certeza de que vencerei a próxima – são as duas faces das duas moedas. Para mim, estar na oposição a este governo ou ao que passou, não importa, desde que eu esteja de acordo com a minha consciência, com a minha cabeça, com o meu credo, com a minha crença.

Já fui vereador, prefeito e deputado quatro vezes. Contra este deputado nunca pairou a menor dúvida, deputado, nem em relação a minha honestidade, às coisas públicas e ao dinheiro do qual fui gestor e muito menos em relação a minha idoneidade política. De sorte que V.Ex^a não poderia subir aqui para dizer que eu não cobre em outros momentos, que deixei de cumprir o meu dever. Sempre cumpro o meu dever, deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Eu nunca disse isso.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- V.Ex^a disse, deputado. Disse que eu estava cobrando agora o que eu não cobrava no passado. V.Ex^a sabe que eu sempre cobre no passado e continuarei cobrando no presente. Se outros julgarem, porque foi o governo que os elegeu não precisam mais cobrar, esse não é o meu papel, me perdoem! Eu continuarei cobrando deste e de tantos quantos eu ache que deva cobrar – tantos quantos.

V.Ex^a, deputado Javier Alfaya, é um deputado dos mais preparados que conheço. Com a trajetória política que tem e vir aqui dizer que a obrigação de cobrar explicação do projeto que estamos votando é da União das Prefeituras do Estado da Bahia, que é do meu irmão, para mim atingir?! Pela hóstia consagrada, deputado Javier Alfaya, não é este o homem público brilhante que conheço há tanto tempo. Não cabe na boca de V.Ex^a uma heresia dessa natureza. A UPB não tem obrigação de fiscalizar executivo, não. A UPB não tem obrigação de perguntar sobre projeto que estamos votando, não, deputado Javier Alfaya. Quem tem obrigação de saber como é que vai ser aplicado esses R\$ 378 milhões somos nós. Nós, deputados estaduais que estamos votando o projeto. Prefeito nenhum vai votar aqui, hoje à noite, quem vai votar são os deputados. Como é que V.Ex^a diz: “É seu irmão quem tem obrigação de saber.”? Que absurdo, deputado Javier Alfaya, ouvir isso de V.Ex^a! Se fosse de outra pessoa, eu não, eu não diria, mas de V.Ex^a é realmente uma decepção das maiores que já vivi na minha vida!

O Sr. Javier Alfaya:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Vou permitir, deputado, mas deixe eu fazer aqui as minhas ponderações. V.Ex^a dizer, deputado, que eu sempre fui um defensor do neoliberalismo! Pelo amor de Deus! Eu tenho opiniões concretas, escritas, formuladas, do ponto de vista, inclusive, da minha vida universitária, tenho opinião sobre isso, essa tese de neoliberalismo. No Brasil nunca existiu liberalismo algum. Agora, eu defendi os fundamentos econômicos de Fernando Henrique Cardoso. A maioria deles foram as privatizações, que diminuíram o Estado brasileiro e permitiram que avançássemos, e avançássemos muito. A estabilização da moeda, defendi com toda certeza, deputado Javier Alfaya. E veja bem, quem mais endossou todos esses fundamentos macroeconômicos de Fernando Henrique Cardoso foi o presidente Luís Inácio Lula da Silva, que não mudou absolutamente nada da política macroeconômica do presidente Fernando Henrique Cardoso. Todo mundo sabe disso. A taxa de juros permaneceu assim e permanece até hoje. O dólar flutuante sempre existiu e continua existindo até hoje, a política de favorecimento das importações para combater a inflação continua sendo preservada até hoje; a Lei de Responsabilidade Fiscal, deputado, que o PT, vergonhosamente foi contra, foi o maior avanço da probidade administrativa deste País. O próprio presidente Lula, depois, fez o mea-culpa e reconheceu que foi um erro do PT votar contra essa lei, que foi um avanço extraordinário, sim, da política que V.Ex^a chama, de forma superficial e panfletária, de neoliberal.

Pelo amor de Deus, se é com essa posição que V.Ex^a quer me atacar, deputado,

fique à vontade! Não nego as minhas posições e defendo-as com crença e fundamento. Agora, meu caro deputado Javier Alfaya, pela nossa história, pela nossa amizade, não cabe o tratamento que V.Ex^a me dispensou aqui hoje! Sinto-me injustiçado por V.Ex^a! E mais: não cabe na boca de V.Ex^a, um homem com estatura política que tem, dizer que cabe à UPB fiscalizar o Executivo.

Mas V.Ex^a tem o aparte para que possa fazer as suas observações.

O Sr. Javier Alfaya:- Deputado, V.Ex^a está fazendo uma intervenção, longa, de 20 minutos, e não tenho condição de contestá-lo no que considero equívocos de V.Ex^a.

Boa parte do que V.Ex^a citou que eu disse não o fiz. Disse, por exemplo, que a UPB, que é presidida por seu irmão, pode solicitar informações detalhadas, já que as prefeituras têm interesse nas obras que virão dos R\$ 375 milhões tomados de empréstimo, o qual vamos aprovar, do BNDES. Disse também que me lembro de ter votado, na Legislatura passada, favoravelmente a um pedido de empréstimo de R\$ 200 milhões, do governo Paulo Souto, à Caixa Econômica para obras de infraestrutura e construção de habitações populares. Não me lembro de, na época, nem eu nem V.Ex^a, que éramos da Oposição, termos pedido detalhes, ou seja, em que município iam ser feitas as casas, que estrada iria ser beneficiada, qual era a obra de infraestrutura. E aprovamos genericamente o projeto que Paulo Souto mandou para cá pedindo 200 milhões de empréstimo à Caixa para obras dessa natureza. Nem V.Ex^a, nem eu, nem J. Carlos, que na época era deputado, nem Zé Neto, nem Moema, ninguém solicitou detalhes e votamos aqui a favor do projeto!

Ex^a, que é de um partido da base do governo, mas vota contra ele, se manifesta no sentido de oposição ao governo, inclusive, indo não ao encontro, mas de encontro à posição, pelo menos oficial, do seu partido, está solicitando uma relação de obras. Houve um deputado do DEM que solicitou a relação de ações que iam ser feitas. Ora, nem de programa se pede a relação de ações! Se fosse até dos programas, mas de ações, que são a ponta da atividade do Executivo!? Isso me parece-me um exagero e uma falsa justificava para esconder a má vontade com uma boa iniciativa do governador Wagner, coisa que não é do feitio de V.Ex^a.

Quando me referi às teses que V.Ex^a defendeu, reafirmo que V.Ex^a..., pego o seu discurso de 6 anos atrás quando aqui defendeu a política de Fernando Henrique Cardoso para a área econômica.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Mantenho a defesa, deputado!

O Sr. Javier Alfaya:- Então, pronto! Aceite a minha crítica, porque a política de Fernando Henrique Cardosos é neoliberal, e, neste País, qualquer menino um pouco politizado, do Nível Médio, sabe disso. Então não me venha dizer...

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- O que mudou, deputado, de lá para cá?

O Sr. Javier Alfaya:- V.Ex^a é do PSDB, partido de Fernando Henrique Cardoso, que instalou no País a política econômica que, em âmbito mundial, nos levou a esse desastre que estamos vivendo aqui, na Europa, nos Estados Unidos, em todo o mundo! Então V.Ex^a está querendo tapar sol com peneira!

Estou lhe propondo um nível alto de discussão! Se V.Ex^a quiser, esteja aqui

amanhã à tarde, venha ao Plenário, que lhe respondo, em 20 minutos, o que é a política neoliberal que o seu partido do passado defendeu!

Reafirmo a crítica, acho que, apesar da sua elegância, V.Ex^a está, agora, escondendo uma posição que é sua, reafirmada aqui agora, a qual, felizmente, a realidade varreu, derrotou, porque está aí o desastre econômico que o neoliberalismo provocou no mundo e na Bahia, até nas finanças que estamos agora a discutir.

Não acho que V.Ex^a seja o pai dessas ideias, não estou criticando-o por isso, companheiro e amigo Arthur Maia, estou lhe dizendo que, como político, V.Ex^a defendeu suas posições, como eu também defendi posições que outros colegas podem achar criticáveis e eu vou ter que ouvir. Não houve uma palavra de ofensa a V.Ex^a, não tenho por que lhe pedir desculpas porque não o ofendi em nada e continuo com a mesma admiração pessoal.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Nem eu pedi isso.

Agora, veja bem, deputado, V.Ex^a está dizendo que eu defendi, eu não defendi, os meus pontos de vista eu defendo até hoje.

V.Ex^{as} inventaram que, aqui no Brasil, foi implantado o neoliberalismo. Não existe neoliberalismo no Brasil. Tivemos neoliberalismo, esse processo que chamaram de neoliberalismo a partir do início dos anos 90 na Nova Zelândia, onde o estado praticamente desapareceu e todo serviço público foi cobrado. Aqui no Brasil, tivemos uma profunda reforma do Estado brasileiro, com as privatizações de empresas, como a Vale do Rio Doce, que hoje arrecada milhões e milhões de reais em impostos para os cofres públicos do Brasil e que antigamente sugava o dinheiro público do povo brasileiro para cobrir déficit que muitas vezes eram produto da corrupção e da ineficiência.

Tivemos outras tantas e tantas empresas que foram privatizadas, foram reformadas a telefonia, as empresas de eletricidade, de energia no Brasil, tudo isso foi uma profunda reforma no Estado brasileiro e que deu certo.

Mas o que acho de mais impressionante em tudo isso é o PT através da política que foi instalada inicialmente pelo ministro Palocci e depois mantida *ipsis litteris* pelo ministro Mantega, não ter mudado em rigorosamente nada os fundamentos macroeconômicos da política de Fernando Henrique Cardoso, e V.Ex^{as} continuarem insistindo que, quando era Fernando Henrique, essa política levou o País ao caos; com o Lula, ficou exatamente a mesma política e o Brasil deu certo? Não, é o contrário, o Brasil melhorou por conta das consequentes óbvias e necessárias alterações que foram feitas no governo anterior, as privatizações, o governo que fez a reforma do Estado e proporcionou a modernização do Estado brasileiro. Fora disso, deputado, o discurso panfletário não vai nos levar a canto nenhum. O que é que mudou? Se V.Ex^{as} disserem o que é que mudou, aí, sim, aí vou ter uma informação objetiva. A taxa de juros, V.Ex^{as} diziam que a taxa de juros era um absurdo, e o que mudou na taxa de juros? Caíram 6 pontos, 8 pontos? A taxa de juros no Brasil não iria baixar no segundo dia, de 16 ou de 26 para 2, para zero, por que não aconteceu até hoje? O dólar não continua a mesma paridade cambial de 2 para 1, 2 e alguma coisa para 1, o que é que mudou nisso? O incentivo às importações, através do

enfraquecimento do lastro, o superávit primário, o que mudou, deputado? Absolutamente nada.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi que proporcionou essa política de austeridade e respeito, de moralização e probidade, V.Ex^{as} querem negar isso? É um atraso. Já vi gente aqui do PT, da ala mais radical, graças a Deus, o partido inteiro não pensa assim, querendo falar até em reestatização do que foi privatizado. Esse tipo de política e esse tipo de discurso não cabem.

Mas, deputado Javier Alfaya, temos que ter responsabilidade com aquilo que fazemos e, se V.Ex^a julga, porque votou no governador Wagner que não deve pedir informação ao que vota aqui, tudo bem, eu respeito. V.Ex^a vai ter que prestar conta a quem vota no senhor a respeito desse assunto. Eu, independentemente de ser o governador Jaques Wagner, ou Geddel Vieira Lima, com fé em Deus, ou seja quem for, eu, deputado, vou pedir sempre as informações que eu julgar pertinentes para justificar as minhas posições. Tenha certeza disso, é em nome disso que exerço o meu mandato, é por conta disso que, independentemente de governo, ter votado ou não ter votado, me sinto orgulhoso de ser o único que fez o caminho inverso, mas fiz de acordo com a minha consciência, com o meu credo e com a minha fé.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Pela ordem, o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Considerando, Sr. Presidente, que o deputado Heraldo Rocha informou que vai trazer, como sempre faz, vários dados aqui sobre esse projeto que estamos discutindo, que muitos que estão aqui neste Plenário a uma hora dessas já estão sonolentos, muitos se encontram já dormindo na sala do cafezinho, solicito, então, Sr. Presidente, seja feita uma verificação de quorum para a continuação da sessão, estabelecido o prazo de 15 minutos, que V.Ex^a faça soar as campainhas, convide os parlamentares que não se encontram no Plenário para que aqui venham, pois há uma solicitação de verificação de quorum para a continuação da sessão e que todos nós possamos ouvir o pronunciamento que, sem dúvida, será brilhante, como sempre foram, do deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria nesta Casa.

Estamos praticamente à meia-noite, já no dia de quarta-feira, para que os parlamentares possam ouvi-lo mais uma vez, deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a que é um dos melhores oradores desta Casa, solicito, Sr. Presidente, que sejam soadas as campainhas, V.Ex^a convoque os parlamentares e seja estabelecido o tempo acordado entre as Lideranças.

Enquanto não temos o Regimento Interno e as interpretações são dadas de qualquer forma, até incluindo, Sr. Presidente, comissões não pertencentes, como hoje foi incluída a Comissão de Direitos Humanos para discutir um projeto que retira uma caixa que daria estabilidade e equilíbrio para as finanças do Funprev, coloca a Comissão de Defesa do Consumidor para discutir esse assunto. É mais uma novidade,

aliás, deputado Heraldo Rocha, mais um argumento, fora a inconstitucionalidade levantada pelo parecer do deputado Arthur Maia com relação a esse projeto. São dois argumentos que sem dúvida V.Ex^a já não o fez, acredito que o tenha feito, acionado os advogados que defendem a Liderança da Minoria desta Casa para que se entre com mais um processo na Justiça.

É lamentável, Sr. Presidente, ver que tudo que se está decidindo aqui nos últimos tempos seja motivo de ações na Justiça, como foi o projeto do LAF, como foram os últimos projetos aprovados aqui, os desmanches que tem tido na área de educação, entramos com ação no Judiciário. E o papel nosso parece que fica mais uma vez relegado. Temos que valorizar, como falou o deputado Pedro Alcântara hoje, que pelo menos teremos na presidência da Unale um ex-presidente desta Casa, o companheiro que tem como bandeira principal aumentar o poder de legislar dos deputados estaduais, de cada um dos partidos, de cada Estado da Federação. Nesse sentido, lamentamos que projetos, inclusive o meu, Sr. Presidente, que coloquei para ajudar, já que o governo não tomou, como já disse num pronunciamento hoje, nenhum projeto cumprindo com a sua obrigação para melhorar a qualidade de vida dos baianos e melhorar a arrecadação do Estado.

Gostaria de aproveitar, deputado Zé Neto, que tenho vários projetos de minha autoria, todos constitucionais, e eu fiz um apelo a um assessor parlamentar desta Casa, Dr. Geraldo Mascarenhas, para que me orientasse e eu não apresentasse nenhum projeto inconstitucional. Tem um que pode melhorar as condições das finanças do Estado e está lá parado na Comissão de Constituição e Justiça, não foi colocado para votar.

Ouvi o presidente da Casa hoje falando que iria nomear uma comissão para elaborar um código de ética, já há um projeto de código de ética juntamente com o projeto do ex-presidente da Casa, deputado Reinaldo Braga, que está paralisado na comissão a qual V.Ex^a preside, sem votação. E depois querem dizer... E V.Ex^a assumiu um compromisso que todos os projetos de deputados que fossem constitucionais teriam tramitação. Então espero que o Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça coloque em votação, da mesma forma que tenho a certeza que o presidente acionará as campanhas, colocando os 15 minutos regimentais, já que não temos regimento na Casa, pra que, baseado no a cordo de algumas lideranças da Casa sejam dados os 15 minutos e que os parlamentares sejam convidados a comparecer ao plenário desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Elieson Ferreira):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:-Sr. Presidente, eu pedi, inclusive, que o deputado Arthur Maia permanecesse aqui no Plenário e, infelizmente, não foi possível a sua permanência. Mas o deputado Leur Lomanto, Líder do PMDB se encontra na Casa e a indagação e a colocação que vou fazer neste momento tem tudo a ver com o posicionamento do deputado Arthur Maia na Casa e com o posicionamento do PMDB.

Eu considero muito o deputado Arthur Maia, tenho por ele um apreço pessoal,

é um dos deputados mais brilhantes desta Casa, e muito embora discorde de parte do conteúdo do seu discurso, tenho que reconhecer que o deputado, mais uma vez, se colocou de forma brilhante aqui neste Plenário.

Mas houve uma determinada colocação do deputado Arthur Maia que eu não sei se me tranquilizou ou se me deixou, de certa forma, diria, curioso, foi quando o deputado disse que fez o caminho me parece que inverso, se colocando como deputado de Oposição nesta Casa. E o deputado disse que já ganhou, já perdeu eleição, mais ou menos isso, mas que vai ganhar a eleição novamente. E aí tenho três indagações, ou melhor, há três situações para refletirmos : uma, o deputado Arthur Maia vai retornar ao governo e apoiar o companheiro Jaques Wagner como candidato a governador ; 2º – o deputado Arthur Maia vai sair do PMDB; 3º – o PMDB vai romper com o governo Jaques Wagner.

Mas acho que um debate foi iniciado nesta Casa, não estou colocando isso, inclusive, como brincadeira, com ironia, mesmo porque até como Líder do PT me sinto obrigado neste momento a pautar por essa situação. Inclusive, temos aqui deputados do PMDB, o deputado-Líder do PMDB vai poder, inclusive, se posicionar, senão hoje, mas futuramente, mas entendo que alguns desfechos, rapidamente, vão estar se materializando aqui na vida política do Estado da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, aproveito também, ao me referir ao discurso do deputado, para dizer que algumas coisas mudaram, sim, em relação à política do presidente Fernando Henrique, quando o companheiro Lula assumiu a presidência, por exemplo: todo o processo de privatização, principalmente de setores estratégicos, essenciais e fundamentais da economia, foram paralisados, a exemplo da privatização prevista da Petrobras, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do setor de geração de energia, setores esses fundamentais para que a crise no Brasil não estivesse na profundidade que poderia estar hoje, não fossem esses setores estatais.

Aproveito aqui, também, Sr. Presidente, para solicitar aos companheiros deputados que estão no cafezinho, na biblioteca fazendo pesquisa neste momento, nos gabinetes, na internet, a se fazerem presentes a este plenário já que já existe um pedido de verificação de *quorum* feito pelo deputado Gaban, que, diga-se de passagem, se encontra afônico, bastante cansado, acho que já podia, inclusive, descansar mais um pouco, gripado, mas é um deputado combativo, um deputado brilhante, mas que eu acho que não vai dar esse trabalho todo hoje.

Gostaria de pedir, mais uma vez, que V.Ex^a acione as campanhas e que os companheiros que se encontram fora do Plenário se façam presentes, já que existe um pedido de verificação de *quorum*.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Solicito que zere o painel e marque os 15 minutos regimentais.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de *quorum* feito pelo deputado Carlos Gaban, ratificado pelo deputado Paulo Rangel.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Deputado Leur, vamos conceder ao

deputado Zé Neto e em seguida V.Exª fala.

O Sr. Zé Neto:- Começou agora, Leur. Começa a questão de ordem agora, quem pediu primeiro, inicia, eu pedi primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Deputado Zé Neto com a palavra.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, primeiro dizer que, respondendo um pouco ao que já foi dito pelo deputado Paulo Rangel e lembrando que, preocupado com a saúde do deputado Gaban, meu amigo, que já perdeu uns 6 quilos aqui nesse período de Oposição mais intensa, então V.Exª que está afônico, gripado... Na Oposição há uma gripe chamada gripe picuinha que vai pegar muita gente. Mas, Sr. Presidente, eu quero dizer que uma coisa está certa para mim. Deputado Gaban, V.Exª disse agora há pouco que ia para a Justiça com mais um projeto. Quando eu me lembro o que tem acontecido aqui nas questões que viraram notícia na Bahia e que agora até a utilização do recurso do Funprev pela própria Previdência e a Oposição, talvez num momento de branco, dizendo que só pode ser utilizado para pagamento de salário, esquecendo, inclusive, a fundamentação da existência da Previdência. É como se dizer que o recurso do INSS só pode ser utilizado para salário, a Previdência daqui é isso, e não pode ser usado para a Previdência, para o próprio INSS.

Veio-me à cabeça, deputado Gildásio Penedo, a absoluta falta de projeto, falta e contra-ponto, e a Oposição que se esconde nos seus próprios erros agora, evidentemente, partiu para um processo absurdo, nas questões, para fazer política.

Nós fomos Oposição, só que tem uma diferença, nós tínhamos um contra-ponto ideológico, e esse contra-ponto ideológico, hoje, na prática, nós estamos formulando o que nos propusemos quando Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Deputado Zé Neto, já completaram os 21 deputados, vamos dar seguimento. V.Exª não vai querer obstruir, eu sei.

O Sr. Leur Lomanto Junior: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, só porque o deputado Paulo Rangel fez três questionamentos citando o PMDB, quero deixar bem claro que os questionamentos direcionados ao deputado Artur Maia eu tenho certeza que o deputado Artur Maia, no momento adequado, irá responder.

Mas, com relação à ansiedade do meu querido colega Paulo Rangel com relação ao posicionamento do PMDB nas eleições de 2010, justamente devido a essa ansiedade, deputado Paulo Rangel, que o Partido estará a partir do dia 18, assim como o PT também faz muito, ouvindo as suas bases, para saber o que a base do PMDB deseja.

Então, V.Exª que está ansioso, acho que essa ansiedade não vai durar por muito tempo e nós vamos ouvir as nossas bases e eu tenho certeza que as nossas bases irão decidir o melhor para o nosso Partido nas eleições de 2010, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Para discutir, o deputado Heraldo

Rocha, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, antes de mais nada, quero justificar-me com os agentes penitenciários, que desde o início desta sessão estão na Casa, para que sejam poupados.

Tenho uma característica, converso com as pessoas hoje, amanhã e sempre da mesma maneira. Fui procurado hoje, pela manhã, pelos agentes penitenciários, inclusive por sua representação sindical. Eu nunca usei nas minhas 5 eleições o servidor público como massa de manobra, nunca usei.

Hoje, eles estiveram no meu gabinete, no gabinete da Liderança, e eu disse para eles o mesmo que coloquei para o Líder do governo e para o deputado Yulo Oiticica, e vou repetir agora: a Bancada da Oposição será ouvida a respeito desse projeto.

Chegando a esta Casa hoje, pela tarde, conversei com o deputado Waldenor e disse-lhe: “Deputado Waldenor, peço a V.Ex^a que não coloque em xeque esse projeto, que não solicite a urgência.”

Procurei o deputado Marcelo Nilo, presidente da Casa, e disse-lhe: “Não vamos colocar esse assunto agora, porque tenho que consultar a Bancada. Consultei alguns, mas terei que discutir com a Bancada qual será o nosso posicionamento a respeito do projeto. Aguarde, dê-me tempo para que possa conversar com todos os parlamentares”.

Procurei-os ainda bem mais cedo e disse: “Olha, não vai haver haver acordo. A Bancada da Oposição não pode fazer acordo. Não há condição.”

E eles assistiram hoje ao comportamento da Liderança do governo.

Devido às alterações regimentais propostas pela Bancada da Maioria para votar e aprovar um projeto inconstitucional, um projeto como esse, que sacrifica, pune 260 mil servidores públicos, e aos acordos que foram firmados no final do ano e que não foram cumpridos pelo governo, por causa de tudo isso, nós não vamos mais votar qualquer projeto por acordo. Vamos querer que a tramitação transcorra no ritmo normal.

Mas não fomos nós que fizemos isso. No período de recesso, da convocação extraordinária, o deputado Gildásio Penedo...

O deputado Javier Alfaya deve subir à tribuna. Ele sabe que esse pessoal que está aí não é dele. O pessoal dele, que são os professores da área universitária, não vem mais aqui, porque estão todos insatisfeitos. As universidades estaduais já vieram aqui e estão todas insatisfeitas. Esses votos, ele sabe que não terá mais.

Eu não me elegi com votos da universidade. Eu não me elegi mostrando boleto de servidor e assumindo com o servidor compromisso que não poderia cumprir. Não me elegi para quebrar o Estado.

E hoje o secretário da Fazenda envia uma correspondência, que já está em todos os *blogs*, dizendo que está em atraso com os fornecedores por causa da crise econômica. Não foi isso que ele disse aqui na audiência pública; ele disse que tinha saldo, que tinha dinheiro em caixa, que os restos a pagar ele iria cumprir, iria fazer e acontecer. Se perdeu, não sabe administrar o Estado. Não vou chegar, deputado Luiz

de Deus, à expressão que V.Exª colocou de que ele como pedreiro não pode cuidar do jardim nem da Assembleia, quanto mais da Secretaria da Fazenda e do Estado da Bahia.

Então quero justificar a V.Sªs, com o respeito que V.Sªs merecem, porque comigo como secretário se comportaram e me ajudaram a administrar, posso ter tido os meus defeitos, mas procurei fazer o melhor. Recebi várias vezes o deputado Néelson Pellegrino, que era o representante deles na época. Acredito que agora quando ele assume a Secretaria de Justiça do Estado da Bahia, pela experiência que adquiriu, vai resolver todos os problemas existentes no sistema penitenciário, porque, realmente, a academia não funcionou. A Drª Marília Muricy, altamente competente, professora da universidade e de muitos advogados, uma militante dos direitos humanos, sentiu-se acuada. E a expressão que ela usou quando passou o cargo foi de que a Secretaria era uma esquizofrenia. Quem sabe o que é esquizofrenia na Medicina sabe que é uma coisa muito louca. Ela achou que a secretaria era esquizofrênica.

Então, na verdade, eu justifico a nossa posição, a da bancada, estamos analisando. Disse ao deputado Waldenor que tenho conseguido conversar com alguns para conseguir o voto favorável ou a abstenção nesse projeto. Mas não vou fazer demagogia desta tribuna. Vamos analisar caso a caso.

Para os deputados terem uma ideia, 12 sindicalistas, na época, foram colocados para fora do Estado, 3 ganharam na Justiça. Vamos ver esses processos. Vamos ver o que a Justiça decidiu. Vamos fazer as coisas com mais critérios, sem açodamento e chegaremos a uma conclusão, e eu serei a colocar para o Líder do governo.

Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Heraldo Rocha, como antecipei a minha solicitação de verificação de quorum para continuidade da sessão, já antecipava mais um pronunciamento brilhante que V.Exª coloca e dentro, dele eu gostaria de ressaltar um ponto específico, é a falta de entendimento que está havendo e vigorará até não sei quando.

Depois de termos passado aqui na Casa um período que se não tivesse existido nada mudaria na Assembleia, foram praticamente 6 meses do segundo semestre sem nenhuma produtividade, nenhum projeto aprovado. Chegando o final do ano, com um trabalho muito bem feito pelo Líder do Governo, Waldenor Pereira, pelo Líder da Oposição, Gildásio, por V.Exª e os demais Líderes que também participaram, foi feito o que a Casa precisa: o entendimento.

Tivemos uma convocação extraordinária com pequena crítica da imprensa, porque achava que era desnecessária. Foi uma das convocações extraordinárias mais produtivas que o Poder Legislativo já teve.

O Sr. HERALDO ROCHA:- É verdade.

O Sr. Gaban:- Votamos mais de duas dezenas de projetos aqui na Casa. Votamos aumentos para cada categoria, tudo individualizado, do servidor público. Foi um momento em que o Parlamento precisava de negociação. Mas, a partir dali, parece que esquecemos que o dever nosso, como o próprio nome diz, é de legislar, é

conversar. Parou-se os entendimentos. Compromissos assumidos não foram cumpridos, não, só com a Oposição, mas com os deputados da base de governo... Por isso, essa insatisfação, quedas de sessão constantes e há dificuldade no entendimento por falta de compromissos assumidos e não cumpridos. Se falha um compromisso, não pode ter acordo.

Então, a posição que V.Ex^a tem tomado como Líder é o comportamento de toda a Bancada que não vê como ter acordo enquanto os compromissos assumidos no passado não forem cumpridos, enquanto existir não pode e não terá mais acordo.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Eu incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento.

Me foi pedido um aparte pelo deputado Waldenor e posteriormente pelo grande Líder, deputado Pedro Alcântara.

E me entristeceu porque a negociação é a tônica desta Casa. Acredito que não teve parlamentar e dois parlamentares deram uma missão, deputado Gaban, que foram os deputados Gildásio Penedo e Waldenor. Às vezes, até o nobre deputado Gildásio Penedo era criticado, Acredito que é normal, natural no processo de negociação, mas chega num ponto que não podemos virar a bancada do amém. No caso específico das emendas que têm sido tratadas pelo nobre deputado José Nunes com a Liderança do governo, não existe cumprimento das metas que foram estabelecidas. Mas isso não é só para a Bancada da Oposição, é também para a Bancada do governo. Por isso, na semana passada por duas vezes não houve quorum nesta Casa, não foi porque os deputados não quiseram vir, é porque os deputados estão insatisfeitos. Eu fico até muito preocupado com a assessora da Liderança, a Sr^a Eliana, que fica nervosa, entra e sai. Hoje ela está feliz e satisfeita porque deu quorum. Também, três a zero na semana passada, esta semana tinha que ter alguma coisa.

Queria também dizer que aí vem o deputado Yulo, que o respeito muito, é um deputado competente, estudioso, ligado à área da segurança e direitos humanos. Ele diz da tribuna que o deputado Heraldo conhece a história, já tem aqui as assinaturas dos deputados Pedro e Waldenor, só não tem a do deputado Heraldo. Chantagem comigo não funciona. Já estou muito velho para ser chantageado. Tenho uma característica: estou no quinto mandato, continuo no governo, no grupo que apoiei no passado, sinto-me orgulhoso de ser um homem que segui e entrei na política pelo inesquecível estadista senador Antonio Carlos, não mudei de partido. Mudei de sigla porque o meu partido, o ex-PFL, é hoje o Democrata, mas continuo com a mesma linha, com a mesma conduta e o mesmo pensamento. Isso satisfaz a minha consciência.

E não foi o fato de ser secretário que iria mudar a minha posição. Vou tentar juntamente com os meus próceres, com os deputados da Bancada conversar, um a um. Aprendi com Eliel Martins, um dos líderes mais importantes desta Casa que conheci, já tive alguns líderes importantes como Pedro Alcântara, Eujácio Simões, Clóvis Ferraz, mas foi um dos líderes que eu mais respeitei. Hoje, Carlos, da Mesa, conversava comigo, sobre Eliel que me ensinou muito, e ele me disse que aqui todos

nós somos líderes. Aqui não tem líder nem liderado. Todos nós viemos para esta Casa através de um grupo de eleitores que nos fizeram líderes.

Então, quando trato de qualquer assunto polêmico reúno a Bancada, converso, apesar de a nossa Bancada não ter esse hábito. O PT, por exemplo, tinha aquele hábito de se reunir, acredito que ainda se reúne muito, discute muito, e este governo talvez esteja discutindo tanto que não anda. É devagar, quase parando e só pega no tombo, porque reinaugurar um ginásio de esportes em Valença com a presença do governador, é expor o nosso governador eleito em primeiro turno com a verba de R\$ 70 mil. Reinaugurar um tapa-buraco de Itapetinga a Itambé? Aquilo é uma vergonha, deputado Waldenor. V.Ex^a deve ter se sentido envergonhado. Aquela estrada já existia. E a propaganda enganosa do governo diz o quê? Tem, tem, tem, a família melhora. É uma propaganda muito mal feita. Tem, tem, tem e o governo melhora. Isso é um negócio sem cabeça, sem nexo.

E, aí, hoje vem esses dois projetos: requerimento de urgência para o empréstimo. Nós somos a favor. Nós vamos votar a favor desde que o plano de aplicação mostre onde vão aplicar os recursos. E acho que este papel também deveria ser o papel da Base aliada. O plano de aplicação desses recursos tem de ser colocado.

O outro projeto é bem defendido pelos deputados Gaban e Gildásio Penedo. Fizeram um trabalho fantástico, muito bom, semelhante àquele projeto da auditoria fiscal ou àquele projeto do Fisco que foi, realmente, um trabalho magnífico nesta Casa. Crescemos todos nós tanto base aliada como governo. Foi muito bonito. Houve discussão. Hoje, por exemplo, discutimos várias vezes este projeto do Funprev.

O parecer do deputado Arthur Maia, ou melhor, quem assistiu ao parecer do deputado Arthur Maia viu que o projeto tem uma série de erros, que há outras rubricas que podemos acessar, que nós não deveríamos sacrificar o fundo que foi criado por Jaques Wagner. Acho que há muitos colegas nossos que são da Bancada de governo que estão tristes, porque vão ter de votar. Vejam, eles são governo e têm de votar. Bem, mas votar uma coisa que prejudicará 260 mil servidores?

Eu acho que o deputado Waldenor está provocando os senhores. E este é o papel dele. Ele tem de fazer um sacrifício. Mas é um sacrifício que não serão os senhores que serão os sacrificados; são as famílias dos senhores que serão sacrificadas. Isso vai mexer com todos os servidores públicos do Estado da Bahia. Dirão: Ah, mas é pouco o dinheiro. Ora, mas este pouco dinheiro tem de ser colocado. Dirão ainda: *Ah, mas são 70 milhões ou ah, mas é fundo* da previdência. O fundo da previdência, no país inteiro, no mundo inteiro, sempre tem problemas; sempre o governo tem de acoplar recursos. É normal. Isso é uma coisa grave que mexe com todo mundo. O Waldir disse que zerou a previdência. Será que zerou? Não sei. Até hoje eu não pude conceber aquilo. Zerou a previdência.

Então, eu queria dizer, deputado Waldenor, com todo o respeito que tenho a V.Ex^a, eu quero dizer que eu conversei com V.Ex^a para que não se sacrificassem os servidores que são pessoas humildes, pessoas que já sofrem desde 1992. Eu não gosto. Não faz parte de meu eu e de meu perfil e de minha história de vida usar as pessoas. E tenho certeza de que V.Ex^a também. V.Ex^a, deputado Waldenor, não cairão

nesta esparrela. As pessoas têm que ser respeitadas. As pessoas estão sofrendo desde 1992. Elas se sacrificaram em função de um ideal.

Eu conversei com V.Ex^a; aliás, conversei com vários deputados. Vejam, sacrificar as pessoas, enganar? As pessoas sabiam. E desde a manhã eu disse em meu gabinete e coloquei a assessoria da liderança à disposição. Isso não se faz, porque são pessoas humildes, pobres, sofridas e que precisam ser respeitadas, e eu respeito.

Agora, não posso... Desculpem-me deputado Pedro e deputado Waldenor, passou o tempo e eu não vi, não foi proposital.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que este projeto do Conprev, tenho certeza de que alguns deputados vão analisar a sua consciência e dizer que vão para casa, deputado Waldenor, porque não vão votar contra os servidores públicos do Estado da Bahia.

“Porque você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Elieson Ferreira):- Com a palavra o deputado Misael Neto, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. MISAEL NETO:- Sr. Presidente. Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, senhores que acompanham das Galerias esta sessão, deputado Waldenor, seriam 40 minutos, mas infelizmente a Bancada do governo não quis debater este projeto. Aprovou um requerimento de urgência.

Lamentavelmente só tenho 20 minutos para tratar deste assunto de importância para todos aqueles aposentados, pensionistas e futuros aposentados, já que a partir de agora quem entra no funcionalismo público do Estado fica ligado ao Baprev, e não mais ao Funprev.

Criamos aqui um avanço do governo estadual quando foi aprovado o importante projeto do Baprev no final de 2007, meu primeiro ano nesta Casa. Mas infelizmente hoje o governo, em vez de tentar melhorar a vida do servidor - que tanto trabalha e mesmo com o pouco que recebe consegue contribuir para previdência do Estado -, acha que não teve seu objetivo alcançado com a aprovação daquele projeto para ter um fundo previdenciário autossustentável e agora quer meter a mão no pouco dinheiro já colocado pelos servidores.

Este projeto encaminhado pelo Exm^o Sr. Governador Jaques Wagner se refere à Lei nº 10.955, de 21/12/07 - como disse desta tribuna, aprovamos o projeto no final de 2007 - e visa alterar seu art. 7º acrescentando a seguinte redação: “*Excepcionalmente, nos exercícios de 2009 e 2010, os recursos creditados e acumulados na conta que se refere o parágrafo anterior...*” - que seria Baprev - “(...) *poderão ser utilizados para a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios previdenciários a cargo do FUNPREV...*” E a parte mais grave, deputado João Carlos Bacelar: “ ‘(...) , independentemente de autorização do CONPREV.’ ”

Então, no primeiro momento víamos com preocupação esse cheque em branco que a Assembleia Legislativa estaria dando ao governo do Estado. E hoje se fala,

deputado Luiz de Deus, de algo em torno de 70 milhões de reais, que foram depositados do final de 2007 até agora, o início de 2009.

Por que o governador não necessita da autorização do Conprev? Ele é um conselho que reúne, nada mais nada menos, do que representantes de todas as partes do funcionalismo público estadual. Há o representante da Assembleia Legislativa, há o representante, Ministério Público, Tribunal de Justiça, os diversos representantes de categorias ligadas ao funcionalismo público do Estado, porque são os principais interessados. E hoje sinto falta deles aqui nas Galerias. Tão combativos eram e hoje tão pelegos são, porque se ausentar de uma discussão importante, que vai estar relacionada ao futuro deles e de seus familiares, é no mínimo dizer irresponsabilidade por parte do sindicato.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ainda na tarde de hoje, tentando evitar não só a aprovação desse projeto como está, inconstitucional, levantei aqui uma questão de ordem com fulcro no art. 161, inciso VIII, da Constituição do Estado da Bahia, deputado Leur Lomanto. V.Ex^a estava reunido, naquele momento, com meia dúzia de prefeitos, porque V.Ex^a só atende de meia dúzia em meia dúzia. Só entra de meia dúzia em meia dúzia no gabinete do deputado Leur. Ele, no momento...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- De dúzia em dúzia.

O Sr. MISAEL NETO:- Dúzia? Perdão. De dúzia em dúzia.

Então, deputado Leur Lomanto, como eu estava dizendo, a Constituição do Estado, no seu art.161 veda, proíbe a utilização, em qualquer hipótese, deputado Bira Corôa, não abre exceção, de recursos da previdência. E mais na frente, deputado, Júnior Magalhães, ele diz apenas se tratar de pagamento de salário de servidores.

Deputado Paulo Câmera, abre somente uma exceção. A Constituição do Estado prevê, e essa foi uma preocupação do legislador do Estado da Bahia, deputado Heraldo Rocha, que apresentou uma emenda, e foi a primeira emenda a essa Constituição, foi apresentada a emenda nº 1, em 5 de junho de 1990. Os parlamentares, naquela época, a Assembleia Legislativa, estavam preocupados com o futuro do servidor público. Na época em que essa emenda foi apresentada era presidente desta Casa José Amando. V.Ex^a alcançou, deputado, Heraldo Rocha? José Amando, 1990? O 1º secretário desta Casa, Galdino Leite, era segundo secretário, Nobelino Dourado, que infelizmente perdemos há duas semanas, grande representante de Irecê e região, 2º secretário. Como estaria Nobelino Dourado se fosse vivo hoje? Vendo uma emenda que foi aprovada quando era 2º secretário desta Casa, que veio só garantir o direito do funcionalismo público de ter a sua previdência, quando não tiver mais condição de trabalhar, após ter contribuído tanto para o desenvolvimento de nosso Estado? Agora, hoje, o governo do Estado, com a sua máquina, passa por cima da Constituição do Estado da Bahia.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MISAEL NETO:- Já não estamos mais agora, deputado João Carlos, rasgando o Regimento Interno da Casa. Nós, na data de hoje, estamos rasgando a Constituição do Estado da Bahia por um motivo casuístico, 2009, 2010. O governo

quer caixa para disputar a eleição, quer caixa para dar a seus aliados. O governador não teve nem o discernimento de fazer uma emenda, alguma coisa. Ele diz, explicitamente: “*excepcionalmente nos exercícios de 20096 e 2010*”. É uma vergonha, deputado João Carlos Bacelar.

V.Ex^a, que pediu um aparte quando estava descendo aqui, concedo-lhe.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Misael, esse projeto de lei parece uma caixinha em que a gente coloca o dinheiro para ver quem abre. É a mesma coisa, é o engodo. Agora, deputado Misael, pergunto a V.Ex^a: se em 2007 o governador Jaques Wagner fez tanto alarde com esse fundo, com a capitalização dele, se o secretário Manoel Vitorino foi aos jornais dizer que era um grande avanço a preocupação do governo com a previdência, isso é o que no fundo? É a grande distância entre o discurso do governador Wagner e a prática do governo Wagner. Vive de factoides, da mídia, e nada de concreto em favor do funcionalismo.

Cadê as vozes que defendiam a previdência pública? Cadê? Ninguém ouve, ninguém ouve, porque os sindicatos estão aparelhados pelos partidos da base do governo. Hoje os sindicatos dos servidores não têm compromisso com a causa dos seus associados.

V.Ex^a levantou a tese da inconstitucionalidade desse projeto, ela foi chamada até de esdrúxula pela Mesa, mas, para nossa surpresa, o voto vencedor na Comissão de Finanças e Orçamento foi baseado na sua tese. Por isso, V.Ex^a está de parabéns.

O Sr. MISAEL NETO:- Incorpo o aparte de V.Ex^a, deputado João Carlos Bacelar, e minha preocupação maior é que alguém já tenha conseguido abrir essa caixinha mágica. O que se diz hoje, a boca miúda, é só que o governo do Estado está querendo justificar a abertura da caixa mágica. Não sei quem foi, não sei quem é, deputado Eliedson, mas a conversa que há hoje é que essa caixa mágica já foi aberta, o dinheiro já foi gasto e, neste momento, está se querendo justificar em que foi gasto.

Então fico feliz mesmo, deputado João Carlos Bacelar, principalmente porque o parecer dos vencedores na Comissão de Finanças, de um dos deputados mais preparados desta Casa, deputado Waldenor – o deputado Arthur Maia –, foi justamente em cima da tese que levantamos na questão de ordem e que V.Ex^a foi contra. Era o papel de V.Ex^a, era mais do que obrigação de V.Ex^a, como Líder do governo, como defensor desse projeto encaminhado pelo Exm^o Sr. Governador, ser favorável a ele. Mas hoje se passou por cima não só do Regimento Interno da Casa mas também da Constituição do Estado da Bahia, deputado.

Concedo o aparte a V.Ex^a, pois sou afeito ao debate.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado Misael, quero agradecer a V.Ex^a o aparte e, imediatamente, contestar a sua questão de ordem, porque a Constituição estadual, no art. 161, veda, de fato, a utilização de recursos da previdência em uma outra finalidade. Aí V.Ex^a teria razão.

Entretanto esse projeto de lei que estamos apreciando nesta noite autoriza o governo do Estado a utilizar recursos da conta capitalizada da previdência para a própria previdência. Essa é a questão fundamental para a qual V.Ex^a não atentou! Para a própria previdência! Aliás, o projeto de lei diz que os recursos oriundos da

conta capitalizada só poderão ser utilizados exclusivamente nas despesas previdenciárias.

Ora, se se está tirando dinheiro da previdência para utilizá-lo na própria previdência, não há nada de inconstitucional. Tanto é assim, que V.Ex^a, oportunamente, receberá daquele a quem V.Ex^a recorrer ou de algum deputado citado a resposta da Justiça, mostrando que, em se tratando de um recurso que será utilizado exclusivamente na previdência, não caberia, por conseguinte, a questão de ordem de V.Ex^a.

Por outro lado, se V.Ex^a me permitir mais um minutinho apenas, queria destacar, rapidamente, que, com relação aos agentes penitenciários, que se encontram até o momento aqui acompanhando a sessão, tive a oportunidade de conversar com o deputado Heraldo Rocha, que, infelizmente, não pôde me conceder o aparte, e dizer-lhe que se trata de servidores afastados em 1992, há 17 anos, e estão sendo anistiados pelo governo Jaques Wagner, portanto, reincorporados as suas funções.

Esses servidores poderiam merecer da Bancada da Oposição, num ato de solidariedade, de reconciliação humanitária, a dispensa de formalidade. Todavia, quero assegurar aos servidores aqui presentes que, como não foi possível até o momento a dispensa de formalidades por causa da não aceitação da Bancada da Minoria, votaremos oportunamente, dentro da tramitação normal, este projeto, tendo em vista que ele repara uma injustiça cometida contra os senhores há 17 anos.

Ao tranquilizá-los, informo que os senhores serão contemplados oportunamente, repito, dentro da tramitação normal desse projeto, com a sua aprovação. E assim serão reincorporação à Secretaria da Justiça na condição de agentes penitenciários.

Agradeço a V.Ex^a pelo aparte.

O Sr. MISAEL NETO:- Deputado Waldenor, o senhor sabe do respeito e apreço que tenho por V.Ex^a, mas dizer que era necessária a provação desse projeto para retirar recursos da Previdência e colocar nela mesma, e que, por isso, esse artigo não seria válido, é, no mínimo, dizer que essa proposição é redundante. Qual a necessidade desse projeto se o dinheiro da Previdência vai ser aplicado na própria Previdência? Repito, no mínimo, é uma redundância!

Deputado Waldenor, quem pode responder pela Oposição é o deputado Heraldo Rocha, mas, com o pequeno conhecimento que possuo desta Casa, posso dizer que a Bancada do governo tem as armas necessárias para agilizar o processo, se tiver interesse nessa anistia, sem o apoio da Minoria.

Hoje mesmo V.Ex^a aprovou um requerimento de urgência. É necessário que o senhor veja qual é a prioridade do governo. Se fosse a de aprovar esse projeto de anistia, teria apresentado o requerimento de urgência para essa matéria. O que não pode é jogar as pessoas que seriam beneficiadas com essa anistia contra a Oposição, dizendo que há uma má vontade da nossa parte.

V.Ex^a fez um apelo publicamente. Pois bem, tive a deferência de lhe conceder o aparte e em momento nenhum fugi do tema, ao contrário de alguns colegas. Não quero dizer que eles estão errados, pois é um procedimento justo da Oposição, mas

utilizei todo o meu tempo para debater esse assunto.

O que posso dizer a V.Ex^a é que a Bancada do governo, assim como aprovou, hoje, um requerimento de urgência para um empréstimo que sequer sabemos onde o dinheiro será aplicado, também aprovará o projeto em questão. Ou seja, se V.Ex^a tiver a mesma deferência aos que serão anistiados, apresentará um requerimento de urgência e, creio eu, a Oposição votará favoravelmente. Comprometo-me a votar favoravelmente a esse requerimento de urgência que V.Ex^a apresentará em favor dos anistiados.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MISAEL NETO:- Concedo a palavra ao deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a já deu a resposta. Estava aqui admirando o seu pronunciamento, fico orgulhoso por nossa Bancada ter um prócer com a sua competência. V.Ex^a demonstra que traz as raízes de Juazeiro e dos seus pais.

Parabéns, deputado Misael Neto!

O Sr. MISAEL NETO:- Diante do horário avançado, deputado Zé Neto, não irei utilizar todo o meu tempo, já que os parlamentares estão cansados. Agradeço aos deputados João Carlos Bacelar, Waldenor Pereira e Heraldo Rocha, meu Líder, por terem compartilhado comigo deste tempo e ajudado no meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer hoje, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o deputado José Nunes pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, inicialmente, gostaria de falar sobre as emendas, nobre deputado Waldenor Pereira, preferenciais que o governo do Estado, ainda em dezembro, antes de assumir, deputado Heraldo Rocha, acenava para o novo modelo, onde os 63 deputados teriam realmente a condição de indicar as obras e ações necessárias para o desenvolvimento dos nossos municípios.

Naquela época, o deputado Waldenor acenava para um modelo novo e dizia que, realmente iríamos ter uma situação diferente. Ocorre, nobre deputado, que até hoje, decorridos quase 3 anos, apenas 15% das emendas, em torno disso, foram liberadas pelo governo do Estado.

Assisti com tristeza ao nobre deputado Waldenor Pereira, numa entrevista ao jornal *A Tarde*, dizer que o deputado José Nunes faltou a 3 reuniões agendadas para tratar do assunto. Não quero neste momento dizer que o nobre deputado Waldenor está a mentir, mas quero apenas dizer que o nobre deputado deveria, no mínimo, fazer uma reflexão e ver que não é verdadeira essa afirmação, uma vez que tivemos oportunidade de fazer 4 reuniões, onde discutimos os assuntos, inclusive o nobre deputado Paulo Câmara esteve presente pelo menos em duas dessas reuniões.

Na verdade, nessas reuniões, nós desenhamos o que poderia ser feito e o que não poderia com as emendas parlamentares, e lembro-me que ficou acertado que poderíamos apresentar emendas para poços artesianos, ginásios de esportes, quadras

de esportes, pavimentação, entre outras obras importantes. Isso, quase todos os deputados fizeram, encaminharam ao governo do Estado suas reivindicações, que até o momento não foram atendidas na sua grande maioria.

Digo na sua grande maioria e não tenho medo de errar, nobre deputado Gaban, que até hoje mais do que 15% dessas emendas foram atendidas, e não foi por falta de reunião, porque fizemos 4 reuniões e o governo do Estado tem lá o relatório do pedido de todos os senhores deputados e não os atende porque não quer ou porque verdadeiramente não tem dinheiro para cumprir a promessa feita. No momento, porque antes tinha. Até dezembro, me parece que tinha 2 bilhões em caixa, dinheiro mais do que suficiente para cumprir todas as emenda com apenas 3% desses recursos. Isso já foi feito.

Numa entrevista que fiz na semana passada aos senhores jornalistas eu disse que realmente a Bancada da Oposição, na sua grande maioria, não estava mais a acreditar que essas emendas fossem liberadas, porque, quando o governo tinha dinheiro, não liberava. E agora que realmente quebrou, fica muito difícil cobrar de quem não tem dinheiro. E isso me parece que é verdadeiro, porque o governo, hoje, vive a procurar dinheiro aqui, ali e acolá, e até quer quebrar o potinho, o porquinho.

Vocês vejam que, por exemplo, no momento o governo quer “meter a mão” em 70 milhões do Funprev. Isso já é uma demonstração inequívoca de que o governo não tem dinheiro, e no lugar que há dinheiro ele quer “meter a mão”. Está quebrado, sim, nobre deputado Heraldo Rocha, está querendo quebrar até o potinho para tirar as moedas para custear suas despesas.

Isso é, realmente, uma falta de respeito aos servidores do nosso Estado. Tenho a certeza absoluta de que se isso tivesse acontecido no governo passado o nobre deputado Waldenor, assim como todos os deputados que, hoje, formam a Base do governo, estariam a reclamar, a fazer estardalhaço, dizendo que Paulo Souto queria “meter a mão” no dinheiro dos servidores do Estado. Isso é muito triste!

E eu tenho a certeza absoluta, nobre deputado Waldenor, que V.Ex^a não está com a consciência tranquila quando defende esse projeto, porque sabe, no fundo do coração, que isso é uma injustiça muito grande para com os servidores do Estado. Inclusive, V.Ex^a está-se prejudicando, nobre deputado.

Concedo o aparte ao nobre deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Deputado José Nunes, agradeço o aparte. V.Ex^a além de ser meu colega aqui é um amigo, e eu o respeito muito.

Peço a atenção dos deputados Gaban, Heraldo Rocha e Javier, pois estou com o aparte e gostaria da atenção de V.Ex^{as}. Estou fazendo aqui referência ao ilustre deputado José Nunes, que não usa muito a tribuna, mas tem uma atuação muito forte dentro desse Parlamento e eu sei que faz a opinião de sua Bancada.

Mas eu solicitei um aparte também ao meu amigo, deputado Heraldo Rocha, meu colega médico e colega de muito tempo aqui, na Casa, para falar sobre o projeto de lei nº 17.966/2009, que dispõe sobre concessão de anistia.

A bem da verdade, eu ainda não li o projeto, mas assinei o requerimento de dispensa de formalidades, deputado José Nunes. E faço, aqui, uma retrospectiva em

relação às questões de anistia. Até torturador foi anistiado neste País. Eu não vou nem entrar no mérito da questão, deputado Heraldo Rocha, mas, para mim, esses que ainda estão aqui a esta hora da madrugada, nove pessoas, pais e mães de família, parece que são a ostra na luta entre o rochedo e o mar. Aí, eu vejo um pouco da sorte. Talvez se tivessem vindo aqui há 30 dias, 40 dias não teriam tido problema.

Eu faço um apelo em nome da amizade, não dos conflitos entre Oposição e governo, para que façamos uma reflexão em relação a essa questão. Mesmo que, porventura, tenham cometido algo que não condizia com suas profissões, mas em 17 anos já foram por demais punidos. Acho que essa questão não poderia entrar na discussão Oposição e governo, que nós deveríamos deixá-la à parte.

Estamos num conflito aqui, que é o papel deste Parlamento, é aqui que se discute as questões, mas esse problema podia ser visto como uma coisa à parte, deputado Heraldo Rocha. Então, está nas nossas mãos a solução desse problema. Assinemos a dispensa de formalidades e vamos discutir o mérito da proposta. Eu acho que é uma coisa muito insignificante em relação ao contexto maior que discutimos aqui.

E faço um apelo a V.Ex^a e à sensibilidade de cada um de nós: são pais e mães de família que já tiveram 17 anos de sofrimento, e essa é a oportunidade que estão tendo de retornar às suas atividades dentro do Estado, a uma secretaria à qual V.Ex^a prestou relevantes serviços. Se fosse o contrário, estaria dizendo aqui. Acho que essa questão não pode entrar na discussão do conceito geral do embate político desta Casa. Eu a vejo como uma questão à parte, porque até torturador foi anistiado neste país, depois da ditadura, outros tipos de anistia nós vemos nos jornais todos os dias. Esses trabalhadores do nosso Estado está nas nossas mãos, eu faço um apelo para a sensibilidade de cada um, não da ordem política de cada um, da posição política de cada um. Que não deixemos eles dormirem mais uma noite frustrados e ansiosos.

Falou-se a pouco em ansiedade no embate político e que muito bem o deputado Paulo Rangel colocava uma questão de ordem política e o jovem e competente deputado, líder do PMDB nesta Casa, dizia que a ansiedade do deputado estava a ponto de acabar. São 17 anos de ansiedade e uma noite a mais, em 17 anos, pode ser a gota d'água, talvez amanhã, quando essa anistia chegar não exista ninguém mais vivo esteja. E nós vamos levar sem saber esse pecado para nossa sepultura.

Portanto, eu faço um apelo a V.Ex^a, em nome da nossa amizade e da sensibilidade de cada um, como ser humano, de não deixar esses que nos procuraram, nove pessoas apenas, dormirem mais uma noite de ansiedade e de dúvidas nas suas vidas. E levarem aos seus lares uma notícia boa dada pela Assembleia Legislativa da Bahia. É um apelo que eu faço.

Muito obrigado, pelo aparte, deputado José Nunes.

O Sr. JOSÉ NUNES:- O nobre deputado pedro Alcântara fugiu um pouco do assunto, mas eu quero incorporar o aparte de V.Ex^a e conceder um aparte ao nobre deputado Waldenor para que ele possa realmente afirmar e reafirmar que o deputado que hora vos fala participou de quatro reuniões onde definimos as metas a serem cumpridas por parte do governo do Estado, como também definimos quem deveria

encaminhar essas propostas, e se as mesmas efetivamente chegaram ao governo do Estado. E se V.Ex^a lembra que as três últimas reuniões não foram realizadas e eu confesso que faltei a uma em função de compromissos no interior e justifiquei. V.Ex^a também faltou a 2 reuniões, inclusive, me pediu desculpas, aqui, perto desta tribuna em uma dessas vezes.

Com o aparte o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Agradeço a V.Ex^a, deputado José Nunes, o aparte, até porque quero atestar com satisfação que de fato realizamos 4 reuniões e esse atestado eu o faço com maior satisfação porque é a revelação de que a comissão, de fato, está trabalhando.

Nós formamos uma comissão paritária, composta por mim, por V.Ex^a, pelos deputados Paulo Câmera e João Carlos Bacelar, a Dr^a Maíra; diretora legislativa da Serin. A revelação de V.Ex^a de que 4 reuniões foram realizadas é a confirmação de que os trabalhos estão andando, que as coisas estão acontecendo.

Quero, também, destacar e V.Ex^a é reconhecedor do que vou afirmar, tratar-se de um avanço extraordinário para o parlamento da Bahia, para a Assembleia Legislativa a constituição dessa comissão paritária e a decisão do governo Jaques Wagner em acolher, acatar as indicações de emendas dos parlamentares.

Eu tive a oportunidade de citar o jornal *A Tarde*, que V.Ex^a destacou, que no governo anterior, pois sou deputado de 2º mandato, infelizmente não conseguia abrir uma cacimba. E V.Ex^a que é catingueiro, do interior, sabe o que é uma abertura de uma cacimba. É a abertura de um buraco, no rio, para ver se sai água. Enquanto que V.Ex^a apesar de criticar, procedentemente, reconhece que mais ou menos em torno de 15 a 20% já foi atendido. O que é um grande avanço quando comparado com a não abertura, se quer, de uma cacimba do deputado Waldenor no governo anterior.

Todavia, dito isso, quero destacar que o interesse do nosso governo é pelo cumprimento da totalidade das emendas acordadas com a oposição. Aliás, já acordamos com V.Ex^a, que amanhã vamos ter mais uma reunião, às 10 horas, para fazermos uma avaliação da situação das emendas, porque V.Ex^a tem que ter o cuidado de explicar que muitas emendas não têm uma celeridade maior nos seus procedimentos por várias razões: inadimplência do município, inexistência de projeto para a realização daquele investimento. São dificuldades que envolvem o parlamentar, os municípios que serão beneficiados e algumas dificuldades do próprio governo, é verdade. Por exemplo, o governo do Estado, agora neste momento de crise, nós não podemos esconder, está com muito mais dificuldades de cumprir o cronograma, a meta estabelecida, do que em momentos anteriores. Nós vamos conversar sobre isso amanhã. Mas a intenção do governo é cumprir as emendas, ainda que não seja na mesma celeridade que esperávamos num momento anterior.

Para concluir, quero dizer a V.Ex^a que não pude participar de apenas uma reunião, o que lhe comuniquei, e não duas. Agora, respeitosamente...

O Sr. JOSÉ NUNES:- Ah! Já reconhece uma, não é? Isso é um avanço. É um grande avanço reconhecer uma.

O Sr. Waldenor Pereira:- Reconheço. E V.Ex^a também já reconheceu uma.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Desde o início eu digo que não participei de uma e que V.Ex^a não participou de duas.

O Sr. Waldenor Pereira:- Agradeço-lhe, embora tenham sido três as reuniões mais recentes realizadas. Eu sei, V.Ex^a é um empresário de grandes tarefas que tem uma agenda carregada e infelizmente, por esta agenda bastante atribulada, de muitos afazeres, não pôde estar nas reuniões anteriores. Mas tenho certeza de que estará amanhã, às dez horas, na reunião.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Absolutamente.

O Sr. Waldenor Pereira:- Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Nobre deputado Waldenor, eu quero mais uma vez lhe dizer que não justifica o governo do Estado não ter podido atender as emendas de 2007 e 2008, uma vez que ele próprio reconhece que terminou o ano com dois bilhões em caixa. Bom, já que tinha tanto dinheiro, não há como justificar não ter atendido essas emendas. Como também não justifica dizer, nobre deputado, que as emendas não foram liberadas porque os municípios estavam inadimplentes ou por falta de projetos.

Bom, o próprio governo deixou a condição de fazer a execução direta através de algumas secretarias, e estas certamente tinham projetos prontos, como é o caso das quadras de esportes. E amanhã V.Ex^a vai ter oportunidade de ver que vários parlamentares pediram quadras de esportes onde o modelo já existe. O projeto também já existe por parte do governo. O que não existiu certamente foi a vontade de liberá-las.

Quando digo que não existiu a vontade de liberar, é porque reconheço que existia o projeto pronto. Também existia realmente uma solicitação dos parlamentares. E existia efetivamente o dinheiro. Então, quando existe o projeto, existe a solicitação e existe o dinheiro. Só não se cumpre quando não há a vontade política de cumprir. E hoje vejo que existem maiores dificuldades para cumprir estas emendas por falta de recursos. Até porque noto que o governo está querendo usar - e novamente volto a falar - até o dinheiro do Funprev! Até o dinheiro do Funprev, para certamente cobrir alguns *déficits* de caixa!

Vejo também o governo tomando 375 milhões emprestados, e sem dizer para o que é. O que realmente é complicado. E acredito até que, como foi dito aqui por alguns colegas, que realmente esse recurso seja para pagar às empreiteiras, que estão aí de língua de fora, pedindo encarecidamente que o governo possa honrar seus compromissos. Inclusive vi nos jornais da semana passada, não sei se o governo mandou, não, até quero acreditar que o secretário da Fazenda não tenha mandado esse recado de descontar duplicatas contra o governo do Estado da Bahia. Se isso aconteceu, realmente é a primeira vez que ouço falar, em toda a minha vida, de o governo mandar descontar duplicatas.

Veja bem, nobre deputado, se os empresários não têm mais a condição de tomar dinheiro no banco, imagine chegar com um papel para ser descontado contra o governo estadual! Eu lhe pergunto: se V.Ex^a fosse banqueiro, iria aceitar uma duplicata contra o Estado da Bahia na condição em que está? Tenho a impressão que

não, nobre deputado.

E, para encerrar, quero pedir desculpas aos nobres deputados Heraldo Rocha, Gaban e João Bacelar que pediram um aparte, mas, infelizmente, o tempo foi curto, até porque o nobre deputado Waldenor fez do aparte dele um verdadeiro discurso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, no momento em que solicito uma verificação de quorum para continuidade da presente sessão, gostaria de frisar, deputado José Nunes, sou testemunha em reuniões da Bancada da Minoria no final do ano passado, mês de dezembro, fruto, deputado Waldenor, do não cumprimento de acordos feitos quando da época de transição de governo e que aqui na Casa o interlocutor era o ex-deputado Edmon Lucas, fez-se um acordo até para possibilitar que o governo eleito impusesse, e fizesse o Orçamento que ele assim desejasse. Fizemos um acordo nesse sentido, emendas de parlamentares foram acatadas de acordo com critérios pré-estabelecidos pela equipe de transição e esse compromisso não foi cumprido.

Na época das reuniões, V.Ex^a, deputado José Nunes, e o deputado Luiz de Deus foram os que dentro da Bancada mais defenderam a posição em busca do entendimento. Quando tomamos a posição, a maioria esmagadora, de não mais fazer acordo, porque o acordo da época de transição não havia sido cumprido, V.Ex^{as}, sobretudo os deputados José Nunes e Luiz de Deus, foram os que defenderam a posição de dar mais um crédito de confiança; a função do Parlamento é a negociação, recordo a palavra de V.Ex^{as}, a Casa é do diálogo, é do acordo, vamos dar mais um crédito de confiança, o governo não vai pela segunda vez falhar com os compromissos assumidos e cumpridos, e em reuniões exaustivas, deputado Waldenor.

Não foi fácil chegarmos ao entendimento, repito mais uma vez, foi uma das épocas mais promissoras da Assembleia Legislativa e sobretudo nesta legislatura a mais promissora, votamos e votamos tudo por entendimento. Mas tenho que dar o mérito aos deputados José Nunes e Luiz de Deus que defenderam essa posição e pouco a pouco foram convencendo os parlamentares, um a um, a também votar para dar mais um crédito de confiança ao governo que queria e sinalizava cumprir as emendas estabelecidas desde a época de transição do governo Paulo Souto para o governo Wagner, bem como as emendas de 2007 ou 2008.

Hoje entendo o deputado José Nunes, V.Ex^a tinha uma posição muito incômoda porque defendeu, nos convenceu, todo mundo acreditou e as coisas não estão acontecendo. Não adianta às vezes acatar emendas e não cumpri-las, deputado Waldenor, digo aqui sem nenhuma mágoa, sem nada. Isso não é avanço, já avançou mais que os governos anteriores que não tinham direito a nada, mas foi fruto de entendimento; o convencimento dos parlamentares da Bancada de Oposição, repito, não foi fácil, resolveu-se dar mais um crédito de confiança, acatar na totalidade, não

sei nem se chega a isso, que chegue a 15%, não é nada, porque estão incutindo aqui emendas da época da transição de mais de dois anos. São três emendas de cada parlamentar referentes a três anos consecutivos, atendeu 15%, não é justo, não é correto, isso inviabiliza o entendimento. Não pode o preposto de que agora a situação financeira do Estado está em dificuldades. Não tem o empréstimo aí, use o dinheiro do empréstimo para infraestrutura. Quem estabeleceu as obras que seriam acatadas não foi V.Ex^a, deputado Zé Nunes, não foi o deputado Luiz de Deus, foi o governo que estabeleceu critérios, o tipo de obras para as quais poderíamos fazer emendas.

Então, acordo tem que ser cumprido. Acordo tem que ser respeitado, porque nós não firmamos nenhum compromisso por escrito aqui na Casa, o que vale é a palavra. Se não temos a palavra, não podemos mais ter acordo. Espero que as emendas que são poucas, insignificativas em termos de orçamento do Estado, sejam cumpridas para que possamos restabelecer o diálogo, que é fundamental para um Parlamento ter a sua maturidade, ter seu trabalho reconhecido pela sociedade baiana.

Finalizo, Sr. Presidente, solicitando que sejam estabelecidos os 15 minutos previstos, sejam acionadas as campainhas convidando os Srs. Parlamentares para que compareçam a este plenário pois existe uma solicitação de verificação de quorum para continuidade da presente sessão. Os parlamentares que aqui comparecerem terão a oportunidade de ouvir o pronunciamento desse que foi um dos grandes líderes da Casa, Líder do governo, deputado Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Elidedson Ferreira):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Elidedson Ferreira):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do deputado Gaban, que solicitou uma verificação de quorum para continuidade da presente sessão, em respeito ao deputado Paulo Azi, que já se encontra ali posicionado para fazer uso da palavra, eu gostaria de convidar todos os deputados da nossa base para se deslocarem imediatamente para este plenário, tendo em vista que necessitamos de 21 Srs. Parlamentares para continuidade da presente sessão.

Srs. Parlamentares, Srs. Deputados, gostaríamos de solicitar, portanto, essa verificação de quorum e dizer que, amanhã, vamos dar continuidade, deputado Gaban, à reunião para organização das emendas, embora V.Ex^a seja um dos deputados que já está contemplado. V.Ex^a, na relação apresentada na primeira reunião, é um dos poucos deputados que já está – amanhã vamos checar – relativamente bem contemplado. Portanto, amanhã, vamos fazer a checagem das obras, dos investimentos, deputado Zé Nunes, e vamos confirmar aqueles parlamentares...

O Sr. Gaban:- Estou desafiando V.Ex^a a apresentar, publicamente, o atendimento às emendas que apresentei...

O Sr. Waldenor Pereira:- Num primeiro relatório apresentado, o deputado Gaban é um dos parlamentares que já está bastante aquinhado com emendas. Amanhã vamos checar a situação do deputado Gaban. Estou falando respeitosamente, viu deputado Gaban, porque aquele relatório apresentado na primeira reunião...

Amanhã, vamos fazer, então, a primeira apresentação e uma checagem daqueles parlamentares que já receberam, que não receberam, quais foram as dificuldades, para fazer os devidos encaminhamentos.

Dito isso, solicito deputado Eliedson, que faça soar as campainhas e convide os parlamentares, porque me parece que já temos 21 aqui presentes para que o deputado Paulo Azi possa fazer uso da palavra.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Solicito que o painel seja zerado e que sejam marcados os 15 minutos regimentais.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quorum solicitado pelo deputado Gaban e ratificado pelo deputado Waldenor Pereira. Os Srs. Deputados que estiverem nas dependências da Assembleia dirijam-se ao plenário para continuidade da presente sessão.

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Questão de ordem, deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente, amanhã usarei de 20 minutos para esclarecer posições que foram aqui levantadas em relação ao meu partido, à administração do grande companheiro, professor de Economia Baiana na Uneb, professor e companheiro de partido Davidson Magalhães, que brilhantemente dirige a Bahiagás. E terei a oportunidade de esclarecer ou de continuar o bom debate, que iniciamos eu e o deputado Arthur Maia, acerca de linha política, concepção de modelo econômico, neoliberalismo ou não, desenvolvimentismo etc.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Já temos os 21 deputados, deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Obrigado, presidente Eliedson.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Presidente, a questão de ordem é no sentido de que fui citado nominalmente pelo deputado Waldenor. É sobre a maneira como fui citado, V.Ex^a disse que fui extremamente bem aquinhado. Já tinha ouvido na imprensa naquela época que houve mais de R\$ 1 milhão em obras minhas, “autorizadas” e “realizadas”. O que era uma mentira. Naquele levantamento, que fiquei com curiosidade de conhecer, constava abastecimento de água em várias comunidades de Seabra, obras que foram iniciadas no governo Paulo Souto, inauguradas pelo governo Wagner, havia obras do deputado Edson Pimenta no município de Morro do Chapéu e mesmo apresentadas por ele, dando-se como sendo minhas. Em Condeúba também, obras que não foram minhas, e sim de outros parlamentares.

Então, para esclarecer, deputado Zé Nunes, V.Ex^a tem a relação que encaminhei a seu pedido. Desafio o Líder do governo, deputado Waldenor, a vir aqui apresentar as obras, comparando-as com as emendas que apresentei, para ver esse R\$ 1 milhão em obras que foram feitas em meu nome. E espero que, constatando-se a mentira, se

veja que eu preciso de mais de R\$ 1 milhão em obras. Se dizem que tenho, então tenho direito. Se não tenho e estão afirmando, então dê o que disseram que já foi dado a mim.

Sr. Presidente, é um desafio que estou fazendo para que publicamente seja apresentado o mais de R\$ 1 milhão em obras que tenho.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, deputado Gaban, tenho a impressão de que o deputado Waldenor cometeu um equívoco, imagino que R\$ 1 milhão em obras a que ele se refere é para o conjunto dos 63 parlamentares. V.Ex^a não entendeu o que o deputado Waldenor quis dizer, seguramente ele não quis dizer que V.Ex^a recebeu R\$ 1 milhão em obras, porque todos sabemos que isso é verdadeiramente impossível.

(O deputado Waldenor balança a cabeça positivamente.)

O Sr. PAULO AZI:- Deputado Waldenor, V.Ex^a confirma? Continua confirmando? Então, o deputado Gaban já fez...

(O Sr. Zé Neto fala fora do microfone.)

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, verdadeiramente se criou um impasse na Casa, presidente Marcelo Nilo, o deputado Waldenor...

(O Sr. Gaban fala fora do microfone.)

O Sr. PAULO AZI:- Gostaria, deputado Gaban, até de que o que deputado Waldenor diz seja efetivamente verdade, porque tenho a impressão de que essa informação que o nosso querido Líder Waldenor acaba de passar ao Plenário, vai causar um certo desconforto em vários deputados da sua base, deputado Waldenor. O que a gente ouve, não sei se também os deputados da sua base ficam escondendo o jogo, mas o que ouvimos pelos corredores é que a maioria não recebeu praticamente nada desse governo. V.Ex^a afirma que o deputado Gaban, deputado da Oposição, recebeu mais de R\$ 1 milhão de reais, então alguma coisa não está funcionando devidamente bem dentro da base governista.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO AZI:- Concedo um aparte a V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- Deputado Paulo Azi, V.Ex^a traz à pauta um assunto interessantíssimo.

Notei que, na hora em que esse assunto veio à baila, parlamentares da base do governo, que estão aí a míngua, sem ter nada, estavam até dormindo, mas acordaram. O deputado Ferreira Ottomar deve ter mais de 10 milhões emendas se comparadas com as minhas; o deputado Néelson Leal, o deputado Paulo Câmara, a deputada Maria Luiza...; o deputado Ubaldino então nem se fala! O deputado Ivo de Assis está rindo à toa!

Se tive mais de um milhão, conforme afirma o Líder do governo, então vocês têm que meter o pau mesmo! Agora, pior é levar a fama sem proveito; o pior de tudo, deputado Paulo Azi, é se considerar como deste governo obra iniciada e concluída no governo Paulo Souto, como em Seabra, e ter sido considerada como emenda minha.

O pior é considerar, nem sei se consideraria, do governo Jaques Wagner a única obra realizada em Senhor do Bonfim, a Central de Resfriamento de Leite, a qual consegui com o governador Paulo Souto, e, depois de um ano, o governo Wagner foi inaugurá-la. Foi a única obra, só falta pôr isso como emenda minha.

Então acho que se deveria fazer a CPI das Emendas, já que elas não saem, para se ir a fundo, para ver se vale a pena assumir compromisso com este governo e depois não tê-lo cumprido; se vale a pena assumir compromisso, mandar as emendas por escrito e dentro dos critérios estabelecidos por esse governo e, depois, mudarem obras que os prefeitos pediram diretamente talvez ou por aqueles que acham que os prefeitos estão lá juntos. Mas todos sabemos que estão lá para esperar o que sai, mas, como nada saiu, está todo mundo no seu caminho, de malas prontas, porque sabemos... e aqui desafio: se disser àqueles que aderiram ao governo reclamando esses dias todos, porque fizeram um levantamento, deputado Paulo Azi, dos que serão futuros candidatos a deputado, e foram os mais ligados ao PT – é o que dizem todos que aderiram ao governo Wagner – que foram aquinhoados em todo o interior do Estado da Bahia.

Já há um grupo de parlamentares pelo PT, fortíssimos, que têm cooptado vários parlamentares da base do governo. Aqueles que aderiram ao governo, foram cooptados desde a última eleição, têm sido constantemente... citaram até parlamentares do PT, eles é que deveriam citar, mas, nos bastidores daqui, corre – e V.Ex^a sabe disso e todos aqui da Casa sabem – que deputados pelo PT que não tinham nenhum prefeito hoje têm 22, tirando prefeitos ligados àqueles que aderiram ao governo.

Então, começou..., vamos aproveitar, deputado Waldenor, já que V.Ex^a continua afirmando que tenho mais de um milhão, e fazer um jogo aberto aqui, trazendo tudo o que veio de mim e foi aprovado, todas as emendas que fiz por escrito e foram acatadas no valor de mais de um milhão de reais. Vamos fazer o levantamento de todas, mas vamos fazer um levantamento numa CPI – e não estou falando de brincadeira, não, deputado Luiz Augusto – para ver, nos municípios que V.Ex^a representa, o que saiu de obras, se foi capitalizado para V.Ex^a, para Paulo Câmara, para Maria Luiza, para Ottomar, para todos que aderiram ao governo, para Pedro Alcântara, que é da Bancada independente, mas dá sustentação ao governo! Vamos ver as emendas que foram aprovadas!

Então acho que se tem que passar a Casa a limpo para não se fazer mais acordos e não se cumprir e omitir informações. Pior do que omitir informações é dar informações erradas. Temos que esclarecer... E parabênizo V.Ex^a por voltar a este assunto porque me dá a oportunidade e esperar, deputado Waldenor, que amanhã V.Ex^a mostre de maneira aberta o mais de um milhão em emendas por mim apresentadas e acatadas por esse governo. Esperaria até que fosse verdade, ficaria satisfeito, porque viria o cumprimento de um acordo, mas, infelizmente não posso aplaudir porque o acordo não foi cumprido, foi desrespeitado.

O Sr. PAULO AZI:- Eu incorporo seu aparte, deputado Gaban e concedo um aparte ao deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado Paulo Azi, agradeço a concessão do aparte por nos permitir fazer um bom debate. Acho que o deputado Gaban deveria estar satisfeito. Eu, na condição de Líder do governo, vou fazer o possível para que todos os parlamentares da Situação e da Oposição sejam contemplados com o mesmo valor, até com valor superior. Aliás, esse é o desejo dos parlamentares, de todos, de terem a possibilidade de apresentar emendas e vê-las acatadas. Essa é a cobrança.

É um debate de boa qualidade, um bom debate que nós naturalmente vamos dar prosseguimento. Amanhã temos essa reunião já agendada com uma comissão paritária. O deputado José Nunes tem cumprido muito bem a sua função na representação da Bancada da Minoria. Naturalmente, deputado Gaban, a informação é porque chegou à comissão um relatório do qual V.Ex^a tem conhecimento, até porque V.Ex^a está contestando talvez até legitimamente, não estou contestando o que foi apresentado. Mas espero que V.Ex^a receba mais, não estou torcendo para que V.Ex^a receba menos, não. Eu quero que V.Ex^a receba muito mais, não só V.Ex^a como os demais parlamentares da nossa base, os de Oposição, os da Situação. Vou fazer o possível, trabalhar firmemente para que V.Ex^a seja beneficiado com um volume bem maior de recursos do nosso governo. Nós estamos inovando, o nosso governo está permitindo, pela primeira vez na história deste Parlamento, a possibilidade de emendas governamentais à Oposição. Eu sou deputado de segundo mandato, e no primeiro mandato não tive oportunidade de nada, citei até a brincadeira da cacimba. É verdade, não recebi uma cacimba, eu quero, sinceramente, estou fazendo o possível, me esforçando e vou defender firmemente junto ao meu governo que as emendas sejam cumpridas na sua plenitude. Vou trabalhar para isso, para a gente abrir um novo momento na história deste Parlamento, que é permitir que parlamentares, assim como na Câmara Federal, no Congresso Nacional, possam apresentar emendas e possam realizar ações e investimentos fruto das emendas indicadas aqui no Parlamento.

Vou fazer o possível para isso e amanhã nós vamos tirar as dúvidas, naturalmente quem quiser, ninguém é obrigado, tem parlamentar que não tem interesse sequer em destacar as suas emendas por representar muito ou pouco. É um direito do parlamentar não fazer esse destaque. Se V.Ex^a concordar, a gente faz o cotejamento, a avaliação de como está a situação de V.Ex^a.

Deputado Paulo Azi, agradeço a V.Ex^a, peço desculpas por ter me prolongado um pouco no aparte.

O Sr. PAULO AZI:- Vou conceder, primeiro, um aparte ao deputado José Nunes, depois ao deputado Paulo Rangel. Peço apenas que sejam breves para que eu possa entrar no assunto.

O Sr. José Nunes:- Nobre deputado Paulo Azi, eu quero lhe dizer que me sinto feliz de ter trazido, neste início da madrugada, esse assunto de grande importância, que serviu até para acordar todos aqueles que dormiam. Quando se fala em emenda parlamentar, parece-me que todo mundo tem interesse, inclusive a maior Bancada desta Casa. Costumo dizer que, nestes últimos 14 anos, pela primeira vez a bancada dos insatisfeitos é bem maior do que a do governo e da Oposição.

De forma que os insatisfeitos ficaram muitos felizes nesta noite, porque, pelo

menos, o deputado Waldenor Pereira acenou com a possibilidade de também atender os insatisfeitos. E é bom que atenda, nobre deputado, senão vai ficar muito difícil votar projetos nesta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. PAULO AZI:- Incorporo o aparte de V.Ex^a. Ouço agora o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Paulo Azi, vou usar o tempo de V.Ex^a para dar um informe. Deputado Marcelo Nilo, vou ter uma conversa, como Líder do PT, com o governador Jaques Wagner e com o secretário da Articulação Política para que tenham cuidado no momento de articular a vinda de algum parlamentar para o governo, tendo em vista o que aconteceu com os deputados Elmar e Gaban. Eles vieram, mas quando saíram ficaram radicais demais. Por isso esse trabalho todo.

A partir de agora, quem vier vai ter de ficar. Tem de haver um contrato de gaveta ou algo desse tipo.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO AZI:- Deputado Gaban, V.Ex^a tem a palavra.

O Sr. Gaban:- Deputado Paulo Rangel, como V.Ex^a tem razão!

Levei todos os prefeitos ligados a mim ao governador Wagner, minha Bancada toda sabe disso. Eles pediram: “Vamos, porque ele está acenando que vai nos ajudar”. E aí o governador Wagner assumiu compromissos. Não gostaria de tratar desse assunto publicamente, até porque o governador tem sido muito distinto e cortês quando me encontra, mas, como V.Ex^a trouxe esse tema, vou ter de abordá-lo aqui.

O governador assumiu o compromisso – e toda a minha Bancada, repito, sabe disso – com todos esses prefeitos de realizar duas obras em cada município antes das eleições. Assinou! Sabe quantas obras ele cumpriu? Nenhuma.

Os prefeitos estão pedindo: “Gaban, dê uma peitada”. E já falei isso em várias reuniões da minha Bancada em relação às críticas ao governo, para que, pelo menos, não os prejudiquemos. Eu até disse: “Não vai fazer as obras”. Infelizmente, tinha razão, na medida em que o governador não cumpriu nenhum dos compromissos que assumiu com as prefeituras que represento. Nenhum!

Até as eleições eu não fiz críticas maiores ao governo, deputado Paulo Rangel, atendendo o que as minhas lideranças desejavam. Elas queriam deixar passar a chuva – que já passou – para então se começar a ter posicionamento político.

É por isso que vemos o ex-governador Paulo Souto disparando nas pesquisas. É porque já não existe credibilidade naquele que assumiu compromissos e não cumpriu nenhum. Como também não tem cumprido com aqueles que efetivamente aderiram. No caso de Elmar, se prometeram uma secretaria e não cumpriram, é um problema do governo com ele, não é comigo. Mas, com meus prefeitos, foi assumido com eles, por isso poupei as críticas. Entretanto em nenhum momento fui a reuniões da Bancada de V.Ex^a com o governador para discutir projetos. E reitero que a minha Bancada sabia que eu estava esperando, a pedido dos meus prefeitos, das lideranças, a chuva passar. E a chuva já passou.

No ano que vem teremos eleição, e não terei de justificar o não cumprimento dos compromissos assumidos pelo governador com os meus prefeitos; caberá a ele essa tarefa.

O Sr. PAULO AZI:- Tenho, Sr. Presidente, muita tranquilidade para dizer que o deputado Gaban é um dos melhores quadros que a Oposição tem nesta Casa. Parlamentar que se destaca pela maneira como estuda os diversos assuntos, como se posiciona diante de todos os temas relacionados ao governo do Estado. Ele tem uma postura muito clara, Sr. Presidente, sempre em defesa da Bahia, sempre em defesa dos baianos.

Portanto, quero, deputado Gaban, me congratular pelo pronunciamento que V.Ex^a acaba de fazer e dizer, Sr. Presidente, que essa questão das emendas parlamentares, eu quero entender que isso é um assunto passado, é um assunto vencido.

Aqueles parlamentares que porventura tiveram a sorte ou tiveram o prestígio de ser aquinhoados, parabéns a esses parlamentares. Mas, creio, Sr. Presidente, sinceramente, que diante da dificuldade com que o governo apresenta as suas finanças, um governo que deve a Deus e ao mundo, é o que é dito hoje praticamente por todos os fornecedores...

O Sr. Javier Alfaya:- Deve na Bahia, mas não ao mundo.

O Sr. PAULO AZI:- O que, deputado Javier?

(...) a todo o mundo da Bahia, deputado Javier, um governo que deve a todo o mundo, que deve nos quatro cantos do nosso Estado, infelizmente, não quero crer que tenha a condição de cumprir com os compromissos que foram assumidos junto a este Parlamento. É um governo que, no início, dizia que essa crise era uma crise controlável, que o Estado tinha todas as condições de absorver e transpor as dificuldades e, agora, se vê numa situação de buscar dinheiro a qualquer preço, a qualquer custo, seja onde tiver.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Deputado, V.Ex^a seja condescendente com este parlamentar, porque eu dei o meu tempo para um debate importante no Plenário desta Casa. Então, eu peço a V.Ex^a que seja um pouco condescendente com este parlamentar. Mas quero concluir, Sr. Presidente, principalmente nos assuntos que são relacionados a esse projeto.

O governo Wagner, nos primeiros dois anos da sua administração, encaminhou a esta Casa mais de uma dezena de projetos criando conselhos, foram criados conselhos de todos os tipos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Vou concluir, deputado Marcelo Nilo.

(...) e de todas as formas, e esse projeto que chega a esta Casa é um desrespeito ao funcionalismo público, um desrespeito aos aposentados e é também um desrespeito ao conselho que foi criado pelo governo Wagner e, agora, é encaminhado um projeto para que o governo não deva mais nenhum tipo de satisfação ao Conselho do Funéreo,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a levanta um debate importante nesta Casa, mas eu solicito que conclua.

O Sr. PAULO AZI:- (...)e quero lamentar, deputado Marcelo Nilo, que eu tenha sido instigado a fornecer o meu precioso tempo, mas quero crer que foi um debate importante, um debate, inclusive, esclarecedor, e pontos importantes referentes às emendas parlamentares foram...

O Sr. MARCELO NILO:- Conclua, deputado, o tempo de V.Ex^a já se esgotou.

O Sr. PAULO AZI:- Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputado, V.Ex^a prestou um grande serviço ao Parlamento baiano.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão.

O Sr. Luiz de Deus:- Sr. Presidente, eu falarei.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não está inscrito aqui não, deputado. V.Ex^a quer falar? (Pausa) O deputado Luiz de Deus se inscreveu? V.Ex^a tem todo o direito de falar, mas V.Ex^a esqueceu de se inscrever. (Pausa)

Deputado, V.Ex^a tem todo o direito de falar e aguardaremos pacientemente, vez que nós jamais acreditávamos que V.Ex^a participasse de uma obstrução até de madrugada, mas V.Ex^a é um parlamentar atuante e tem direito de falar até 20 minutos.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, eu agradeço a benevolência de V.Ex^a, mas, com certeza, eu não utilizarei nem os 10 minutos que V.Ex^a me concede.

Srs. Deputados, não quero cansá-los mais do que os senhores já estão, mas quero dar uma visão desse projeto que, no meu entendimento, faz parte de um contexto. Na Mensagem, o Executivo textualiza: a presente proposição tem por objetivo a inserção de um novo parágrafo ao art. 7º da referida lei, permitindo a utilização dos recursos até então acumulados em uma conta específica do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - Funprev, a fim de desonerar o Tesouro estadual do aporte que vem fazendo para pagamento dos benefícios previdenciários, sem que seja necessário aguardar o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do fundo e, tampouco, dependa de autorização do Conselho de Previdência do Estado - Conprev.

Complementando, trata-se de medida excepcional, válida somente para os exercícios de 2009 e 2010, a fim de minimizar a redução da arrecadação estadual, decorrente da atual crise mundial.

Ora, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, associado a isso, hoje, nesta noite, nós votamos em regime de urgência o empréstimo que o Sr. Governador do Estado solicita ao BNDES, de R\$ 375 milhões e 848 mil. Ora, associado a isso, os senhores têm 135 municípios sem delegados, e já existem 108 delegados concursados esperando nomeação há praticamente 10 meses, justamente desde agosto de 2008.

Nós temos professores que fizeram concurso público em 2005 e até hoje não foram aproveitados. No entanto, as escolas da Bahia se encontram com um déficit de

7 mil e 158 professores. Como se não bastasse, existe a ausência de pagamento àqueles empreiteiros, empresários que executaram suas obras e há, praticamente, 6 meses não recebem um centavo do Estado.

Então, o que estou querendo dizer é que isso tudo faz parte de um único contexto, o contexto de que este governo terminou, que este governo está falido. Os senhores não esperem absolutamente nada, quanto mais emendas parlamentares. Essa é que é a pura verdade. É uma nova visão que estou dando? É. Mas essa, se os senhores forem analisar, é a análise que precisa ser feita.

Eu vou votar favoravelmente ao projeto, e vou votar porque quero que os aposentados, os pensionistas continuem recebendo seus benefícios, caso contrário não irão receber. Será que é exagero da minha parte? Com certeza que não. Analisem tudo isso que estou dizendo aos senhores, dando o valor que essas palavras merecem, e verão que se trata, realmente, de uma verdade.

Este governo, para mim, terminou, Sr. Presidente. Então, não precisei dos 10 minutos que V.Ex^a me concedeu. Acho que nem cansei os senhores. E foram suficientes essas palavras, que são de alerta.

E conclamo minha Bancada a votar. Vamos votar favoravelmente ao projeto, para que os pensionistas, os aposentados continuem recebendo os seus benefícios.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Muito obrigado, deputado.

Encerrada a discussão. Em votação.

O Sr. Misael Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Misael Neto.

O Sr. Misael Neto:- Estamos finalizando os trabalhos, Sr. Presidente. Peço um pouco de paciência a V.Ex^a. Os nossos colegas estão aqui até o avançar do horário esperando para votar este projeto importante.

Requeiro a V.Ex^a verificação de quorum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, como todos os deputados já estão aqui atentos, alguns se encontram em seus gabinetes e se deslocarão para cá mais rapidamente, eu solicito a V.Ex^a que estabeleça 25 minutos, conforme o acordo de Lideranças, para que possamos...

Até 25 minutos. Recomposto o quorum de 32 deputados imediatamente votaremos favoravelmente.

Solicito a V.Ex^a que faça soar as campainhas convidando os nossos colegas deputados para se fazerem presentes no Plenário pois há uma verificação de quorum.

E recomendamos aos nossos colegas deputados e deputadas que votem favoravelmente a este projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, no Salão Nobre Deputado Nestor Duarte, nos gabinetes, em outro recinto, inclusive na biblioteca elaborando projetos para apresentar a este Parlamento, venham para o Plenário, há uma solicitação de verificação de quorum de votação feita pelos deputados Misael Neto e Waldenor Pereira.

Zerem o painel, marquem 25 minutos. Solicito aos deputados Misael Neto e Waldenor Pereira que marquem as suas presenças.

Srs. Deputados que queiram participar da votação do projeto nº 17.940/09 do governo do Estado, marquem as suas presenças.

O Sr. Javier Alfaya:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Javier Alfaya.

Srs. Deputados, marquem as suas presenças.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente, eu dizia na questão de ordem anterior de que pretendo fazer um esclarecimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Javier, peço vênica a V.Ex^a.

O Sr. Javier Alfaya:- Muito obrigado, presidente. Fico satisfeitiíssimo com o quorum. Muito bem, vamos votar favoravelmente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Recomposição do quorum por favor. Reconstituam o quorum. Já há quorum de votação.

Como recomenda a Bancada de V.Ex^a deputado Heraldo Rocha ? Só recomendar, por favor. V.Ex^a recomenda sim, não ou abstenção?

O Sr. Heraldo Rocha:- Espere aí, Sr. Presidente.

Eu quero recomendar a nossa Bancada o voto contra, o voto não. Quero recomendar a Bancada dos insatisfeitos que analisem, vejam a situação e, se possível, votem também não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Heraldo Rocha não acatando a sugestão do deputado Luiz de Deus recomenda não.

Deputado Waldenor, como é que V.Ex^a recomenda a Bancada de V.Ex^a? Sim, não ou abstenção?

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, recomendamos a nossa Bancada que vote favoravelmente a este projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Waldenor recomenda sim, o deputado Heraldo Rocha recomenda não.

Como recomenda o deputado independente Pedro Alcântara?

O Sr. Pedro Alcântara:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Recomenda sim.

O deputado Waldenor recomenda sim, o deputado Pedro Alcântara recomenda sim, o deputado Heraldo Rocha recomenda não.

Em votação. O deputado Heraldo Rocha recomenda não, o deputado Waldenor recomenda sim e o deputado Pedro Alcântara também recomenda sim.

Votem Srs. Deputados.

(Os Srs. Deputados procedem à votação no painel)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Hoje tivemos a presença de 61 dos 63 deputados.

Estão faltando votar os deputados Álvaro Gomes, Angelo Coronel, Arthur Maia, Capitão Tadeu, Clóvis Ferraz, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Getúlio Ubiratan, Gildásio Penedo, Joélcio, Pedro Alcântara, Roberto Carlos, Rogério Andrade.

Srs. Deputados, vou encerrar a votação. Estão faltando votar os deputados Álvaro Gomes, Arthur Maia, Capitão Tadeu, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Gildásio Penedo Filho, o deputado Jurandy está ali votando.

Vou encerrar a votação. Votaram 50 Srs. Deputados.

Resultado: Aprovado: 38 sim, 12 não. Aprovado o Projeto de Lei nº 17.940/09 de procedência do Poder Executivo. O projeto está aprovado, vai a sanção de S. Ex^a o Sr. Governador.

Agradeço aos Srs. Deputados e está encerrada a sessão. Fica prejudicada a convocação.

Por solicitação dos Srs. Deputados, gostaria de considerar, tendo em vista que já estamos no dia seguinte, aceito a ponderação, a presença para a próxima sessão de amanhã com o quorum já de hoje. Os 61 Srs. Deputados são considerados para a quarta-feira, uma vez que já estamos no dia 13 e o pleito do deputado Emério Resedá procede.

Considero o quorum para a próxima sessão e está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*